



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA –
IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

CAROLINA GUIMARÃES DE SOUZA DIAS

POLÍTICAS DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS DE PESQUISA
EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE ECONOMIA

Tese de Doutorado

Agosto de 2026



ATA DE DEFESA DE DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Data: 26/08/2026 **Modalidade:** híbrida **Sala:** reunião do IBICT

Nome da discente: Carolina Guimarães de Souza Dias **DRE:** 122000409

Título da Tese: Políticas de compartilhamento de dados de pesquisa em periódicos científicos de economia

LINHA: 1 - Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientador/a: Profa. Dra. Jacqueline Leta

Banca Examinadora presidida por Profa. Dra. Jacqueline Leta (**Orientador/a**), **homologada** em 28/05/2026
Ata da 9ª reunião Ordinária da Comissão deliberativa do PPGCI IBICT

	Nome	Instituição
1	Profa. Dra. Jacqueline Leta	UFRJ/PPGCI
2	Prof. Dr. Fábio Castro Gouveia	IBICT/PPGCI
3	Profa. Dra. Luana Farias Sales Marques	IBICT/IBICT
4	Profa. Dra. Maria Simone de Menezes Alencar	UNIRIO
5	Prof. Dr. André Luiz Appel	IBICT

Após a exposição do trabalho pelo/a aluno/a e sua arguição pelos membros da Banca, a Banca Examinadora decidiu pela:

☒ **Aprovação da Tese**, tendo sido a/o aluna/o concedido o título de **Doutor/a em Ciência da Informação**

☐ **Reprovação da Tese;**

☐ **Revisão da Tese**, concedendo o prazo de () 30 dias () 45 dias () 60 dias () 90 dias,
que se encerra em...../...../....., sendo indicado(s) o (s) seguinte(s) membro(s) da banca para aprovação da
revisão: _____

Ao final dos trabalhos, 16:45 horas, a Banca Examinadora teceu as seguintes considerações sobre a Tese:
 A BANCA ENALTECE O TRABALHO QUE TRAZ INEDITISMO EM RELAÇÃO AO CAMPO DE ESTUDO, AO DETALHAMENTO
 METODOLÓGICO ROBUSTO E A POSSIBILIDADE DE NOVAS FRENTES DE PESQUISA.

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora:

Professor (a) (Presidente)_____

Documento assinado digitalmente
 JACQUELINE LETA
Data: 28/08/2026 10:41:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor (a)_____

Documento assinado digitalmente
 ANDRÉ LUIZ APPEL
Data: 28/08/2026 12:32:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor (a)_____

Documento assinado digitalmente
 LUANA FARIAS SALES MARQUES
Data: 28/08/2026 22:12:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor (a)_____

Documento assinado digitalmente
 MARIA SIMONE DE MENEZES ALENCAR
Data: 31/08/2026 12:12:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor (a)_____

Professor (a)_____

Documento assinado digitalmente
 FÁBIO CASTRO GOUVEIA
Data: 03/09/2026 16:37:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do/a aluno/a:

Rio de Janeiro, 26/08/2026

NO CASO DE SOLICITAÇÃO DE REVISÃO

O (a) aluno (a) apresentou a revisão no dia ____/____/____ aos membros da banca responsáveis pela revisão, sendo

☐ Aprovado (a), concedido o título de DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO;

☐ Reprovado (a).

Assinatura do(s) membros(s) da Banca Examinadora indicados para aprovação da revisão:

Professor(a)_____

Professor(a)_____

Professor(a)_____

Assinatura do/a aluno/a:

Documento assinado digitalmente
 CAROLINA GUIMARAES DE SOUZA DIAS
Data: 25/09/2026 10:34:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rio de Janeiro, ____/____/____

CAROLINA GUIMARÃES DE SOUZA DIAS

**POLÍTICAS DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS DE PESQUISA EM
PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DE ECONOMIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Jacqueline Leta.

Rio de Janeiro

2026

CIP - Catalogação na Publicação

D541p Dias, Carolina Guimarães de Souza
 Políticas de compartilhamento de dados de
pesquisa em periódicos científicos de economia /
Carolina Guimarães de Souza Dias. -- Rio de
Janeiro, 2026.
 154 f.

 Orientadora: Jacqueline Leta.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
2026.

 1. Periódicos científicos. 2. Políticas editoriais.
3. Ciência aberta. 4. Compartilhamento de dados de
pesquisa. 5. Economia. I. Leta, Jacqueline, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta pesquisa não teria sido possível sem o apoio irrestrito da minha família e dos meus colegas de trabalho do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC) do Instituto de Economia da UFRJ. Um agradecimento especial deve ser feito a David Kupfer (*in memoriam*), editor-chefe da Revista de Economia Contemporânea (REC) de 2010 a 2019, e a Marta dos Reis Castilho, que assumiu a editoria-chefe da REC em 2019: juntos, aprendemos sobre o ofício do editor científico, erramos e acertamos inúmeras vezes, na busca de aumentar a qualidade, a relevância e a visibilidade da REC no campo da economia no Brasil e fora dele. Também registro minha gratidão à Jacqueline Leta, não apenas pela impecável orientação da minha pesquisa, mas também pela generosidade e a firmeza com que, no seio do seu grupo de pesquisa, o LabInfo, ensina os estudantes sobre o ofício do pesquisador – reflexo da seriedade e da honestidade com que encara o fazer científico. Sem o GIC, a REC e a Jacque, eu não me tornaria a pesquisadora que saio dessa experiência do doutorado. Cabe reconhecer a fundamental contribuição de Leandro Andraos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a seleção da amostra e a elaboração das análises estatísticas que integram a metodologia da tese. Por fim, agradeço a todos os colegas do PPGCI/Ibict-UFRJ, do LabInfo, do Ibict, do DOAJ e da Université Côte d’Azur, com quem debati e aprendi sobre as questões da ciência aberta, do acesso aberto e da editoria científica e que, de diferentes formas, contribuíram para os resultados desta investigação.

Registre-se que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio de bolsa do Programa PROEX, e da Comissão Europeia, por meio de bolsa do Programa Erasmus+.

RESUMO

DIAS, C. G. S. Políticas de compartilhamento de dados de pesquisa em periódicos científicos de economia. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2026.

Ainda fundamentais na comunicação científica, os periódicos têm se mostrado determinantes na disseminação das práticas de ciência aberta, com destaque para o *compartilhamento de dados de pesquisa* – uma das mais populares e pervasivas dimensões da ciência aberta. A contribuição dos periódicos para a disseminação dessa prática se dá, sobretudo, por meio das políticas editoriais das publicações, que tratam, entre outros aspectos, dos requisitos para a abertura dos dados subjacentes aos manuscritos submetidos. Porém, a adoção de políticas editoriais de compartilhamento de dados não é uniforme entre as disciplinas e os países, mas a literatura registra poucos estudos enfocando a área de economia e comparações internacionais. Visando suprir essa lacuna, o presente estudo investiga a ocorrência de políticas editoriais de compartilhamento de dados em periódicos de economia, buscando identificar associações entre características das políticas e dos periódicos, incluindo aspectos geográficos e econômicos das publicações. Desenhada como um estudo de corte transversal comparativo, a pesquisa examina as políticas editoriais de 259 títulos de economia listados no Scimago Journal Rank de 2023, combinando análise de conteúdo temática dos textos das políticas com análises estatísticas de associação e de regressão binominal. O estudo identificou políticas de compartilhamento de dados em 55% dos títulos investigados e revelou ser maior a probabilidade de ocorrer tais políticas nos títulos das editoras comerciais, dos países desenvolvidos, da América do Norte e da Europa Ocidental, e também naqueles de maior visibilidade, além de mostrar a prevalência de políticas facultativas e pouco detalhadas, de forma geral. Os resultados também revelam aspectos importantes acerca dos periódicos de economia, como o protagonismo das editoras comerciais como instituições editoras nos países da Europa Ocidental e nos EUA e das instituições de ensino e pesquisa nos países da América Latina e Caribe e da Europa Oriental – aspectos já apontados na literatura – e dados inéditos sobre a participação dos títulos híbridos na área de economia e na base do SJR, agregando novos achados à literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Periódicos científicos. Políticas editoriais. Ciência aberta. Compartilhamento de dados de pesquisa. Economia.

ABSTRACT

DIAS, C. G. S. Políticas de compartilhamento de dados de pesquisa em periódicos científicos de economia. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2026.

Journals remain fundamental to scientific communication and have proven to be decisive in disseminating open science practices, particularly the sharing of research data — one of the most widespread and pervasive dimensions of open science. The contribution of journals to the dissemination of this practice occurs primarily through their editorial policies, which address, among other aspects, the requirements for opening the data underlying submitted manuscripts. However, the adoption of editorial data-sharing policies is not uniform across disciplines and countries, and the literature contains relatively few studies focusing on the field of economics and on international comparisons. To address this gap, the present study investigates the occurrence of editorial data-sharing policies in economics journals, seeking to identify associations between policy characteristics and journal attributes, including geographic and economic aspects of the publications. Designed as a comparative cross-sectional study, the research examines the editorial policies of 259 economics titles listed in the 2023 Scimago Journal Rank, combining thematic content analysis of policy texts with statistical analyses of association and binomial regression. The study identified data-sharing policies in 55% of the titles analyzed and found a higher likelihood of such policies in journals published by commercial publishers, in developed countries, in North America and Western Europe, as well as in journals with greater visibility. Moreover, the findings reveal a general prevalence of optional and minimally detailed policies. The results also highlight important aspects of economics journals, such as the prominence of commercial publishers as publishing institutions in Western Europe and the United States, and of teaching and research institutions in Latin America and the Caribbean and Eastern Europe — patterns already noted in the literature — as well as novel data on the participation of hybrid titles in the field of economics and within the SJR database, thereby contributing new insights to the literature.

PALAVRAS-CHAVE: Scholarly journals. Editorial policies. Open science. Research data sharing. Economics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo de publicação de periódicos	24
Figura 2 – Exemplos de ícones e legendas que indicam periódicos híbridos.....	73
Figura 3 – Periódicos de economia com ocorrência de política de compartilhamento de dados, 2024 (em quantidade e percentual).....	86
Figura 4 - Associações entre a ocorrência da política de compartilhamento de dados e o tipo de instituição editora (A), a região geográfica (B), o grupo econômico (C) e a visibilidade do periódico (D).....	90
Figura 5 – Distribuição de periódicos de economia com ocorrência de política de compartilhamento de dados por grau de exigência da política, 2024 (em quantidade e percentual) (n=142)	93
Figura 6 – Ocorrência dos tópicos nas políticas identificadas, 2024 (n=142).....	95
Figura 7 – Regressão logística: influência do tipo de instituição editora (A), região geográfica (B), grupo econômico (C) e visibilidade do periódico (D) sobre a ocorrência da política de compartilhamento de dados nos periódicos.....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões-chave da ciência aberta.....	37
Quadro 2 - Taxonomia de dados de pesquisa.....	39
Quadro 3 – Tópicos abordados nas políticas editoriais de compartilhamento de dados	53
Quadro 4 - Estudos empíricos sobre políticas editoriais nas ciências sociais aplicadas	55
Quadro 5 – Questões e hipóteses da pesquisa	63
Quadro 6 – Variáveis do estudo	70
Quadro 7 – Termos e expressões buscados para categorização temática.....	75
Quadro 8 – Questões de pesquisa e variáveis usadas na análise estatística de associações	77
Quadro 9 – Análise de regressão logística: variáveis selecionadas.....	80
Quadro 10 – Lista de títulos da amostra por país, região geográfica e grupo econômico (n=259)	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população e da amostra inicial por região geográfica.....	67
Tabela 2 – Distribuição da população, da amostra inicial e da amostra final por região geográfica	69
Tabela 3 – Distribuição de periódicos de economia segundo características das publicações, 2024 (em quantidade e percentual) (n=259).....	82
Tabela 4 – Distribuição de periódicos de economia por tipo de instituição editora, modelo de negócios e visibilidade, segundo regiões geográficas e grupos econômicos, 2024 (em percentual)	84
Tabela 5 – Periódicos de economia com ocorrência de política de compartilhamento de dados por característica das publicações, 2024.....	88
Tabela 6 – Associação entre ocorrência de política de compartilhamento de dados e tipo de instituição editora, região geográfica, grupo econômico e visibilidade: Teste Qui-Quadrado de Independência.....	89
Tabela 7 – Associação entre ocorrência de política de compartilhamento de dados e tipo de instituição editora, região geográfica, grupo econômico e visibilidade: Coeficiente de Cramer	89
Tabela 8 – Distribuição de periódicos de economia por grau de exigência da política de dados, segundo características das publicações, 2024	94
Tabela 9 – Tópicos mais frequentemente mencionados nas políticas, segundo características das publicações, 2024	96
Tabela 10 – Lista de instituições com o respectivo número de títulos na amostra (n=259)...	146
Tabela 11 – Distribuição de periódicos de economia segundo características das publicações, 2024 (em quantidade) (n=259)	150
Tabela 12 – Distribuição de periódicos de economia por regiões e grupos econômicos, segundo tipo de instituição editora, modelo de negócios e visibilidade, 2024 (em percentual) (n=259)	151
Tabela 13 – Distribuição de periódicos de economia com ocorrência de política de dados por região geográfica e país, 2024	152
Tabela 14 – Distribuição de periódicos por grau de exigência da política de dados, segundo características das publicações, 2024 (em quantidade) (n=142)	154
Tabela 15 – Distribuição de periódicos de economia por tópico mencionado na política de dados, segundo características das publicações, 2024 (em quantidade e percentual) (n=142)	155

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OS PERIÓDICOS NA COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA.....	18
2.1 Conceituação e funções dos periódicos	18
2.2 Contextualização histórica e desenvolvimentos recentes	20
2.3 A economia da produção de periódicos científicos	23
2.3.1. O ciclo da publicação de periódicos	23
2.3.2. Estrutura e dinâmica da indústria	28
2.3.3. Modelos de negócios, segmentação e tamanho do mercado	29
3 A CIÊNCIA ABERTA E O COMPARTILHAMENTO DE DADOS DE PESQUISA	35
3.1 A ciência aberta	35
3.2 Os dados de pesquisa e os requisitos, as rotas e os determinantes do compartilhamento de dados.....	39
3.2.1. Requisitos, rotas e infraestruturas para o compartilhamento de dados.....	41
3.2.2. Fatores que influenciam o compartilhamento de dados	45
3.2.3. O compartilhamento de dados na área de economia	48
3.3 Políticas editoriais de compartilhamento de dados	50
3.3.1. Características das políticas editoriais de compartilhamento de dados de pesquisa	51
3.3.2. A pesquisa empírica sobre as políticas de dados em periódicos	53
4 METODOLOGIA.....	60
4.1 Características da pesquisa.....	60
4.2 Pesquisa bibliográfica exploratória	61
4.3 Questões de pesquisa, objetivos e hipóteses	62
4.4 Campo de estudo e amostra	64
4.5 Coleta dos dados	69
4.6 Variáveis do estudo.....	70
4.7 Análise dos dados.....	74
4.7.1. Análise de conteúdo.....	74
4.7.2. Análise estatística de associações.....	77
4.7.3. Análise estatística de regressão	79
5 RESULTADOS	82
5.1. Caracterização dos periódicos de economia.....	82
5.2. Ocorrência de política de compartilhamento de dados nos periódicos de economia	85

5.3. Fatores de influência sobre a ocorrência de política de compartilhamento de dados nos periódicos de economia.....	88
5.4. Caracterização das políticas editoriais de compartilhamento de dados.....	92
6 DISCUSSÃO	98
7 CONCLUSÕES.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
APÊNDICE A - LISTA DE TÍTULOS DA AMOSTRA	137
APÊNDICE B - LISTA DE INSTITUIÇÕES DA AMOSTRA.....	146
APÊNDICE C – SINOPSE ESTATÍSTICA	150
APÊNDICE D – RESULTADOS DA ANÁLISE ESTATÍSTICA DE REGRESSÃO... 	157

1 INTRODUÇÃO

O debate e o apoio em torno da ciência aberta vêm ganhando tração nas mais diversas comunidades científicas e países. A ciência aberta compreende vários movimentos e práticas para tornar o conhecimento científico mais acessível e reutilizável, aumentar o compartilhamento de insumos, infraestruturas e produtos das pesquisas, aumentar a transparência na condução e na avaliação de pesquisas e melhorar a comunicação da ciência com a sociedade e outros sistemas de conhecimento (Unesco, 2021; Albagli, 2019; Albagli; Clinio; Raychtock, 2014). Segundo o manual *Open Science Training Handbook* da Open Knowledge Foundation (Bezjak *et al.*, 2018), a ciência é “aberta” quando seus conteúdos, materiais e dados se tornam livremente acessíveis segundo termos e condições que permitam sua reutilização, redistribuição e reprodução por qualquer pessoa a qualquer tempo.

Nas taxonomias propostas por Pontika *et al.* (2015), Baumgartner (2019) e Silveira *et al.* (2021), os quatro eixos principais da ciência aberta compreendem o acesso aberto a publicações, os dados de pesquisa abertos, a reprodutibilidade¹ das pesquisas e a avaliação da ciência (Silveira *et al.*, 2023). Interessa ao presente estudo o eixo de *dados de pesquisa abertos*, que são aqueles tornados acessíveis em formato conveniente e modificável e sob termos legais que permitam sua reutilização e redistribuição por quaisquer pessoas e para qualquer fim, de maneira interoperável ou combinável (Bezjak *et al.*, 2018). O compartilhamento de dados de pesquisas constitui uma das principais temáticas do campo de estudos da ciência aberta e a mais pervasiva de todas as práticas comumente associadas a ela, como evidenciado em diversos estudos bibliométricos e de revisão da literatura sobre o tema (Vicente-Saez; Martinez-Fuentes, 2018; Shmagun *et al.*, 2020; Lasser *et al.*, 2022; Lee; Chung, 2022; Ahmed; Othman; Noordin, 2023; Dorsch *et al.*, 2024).

Do ponto de vista prático, compartilhar dados e outros materiais de pesquisa cria condições para a análise, a verificação e o reuso desses insumos e, nesse sentido, contribui para aumentar a robustez, a reprodutibilidade e a replicabilidade dos estudos (Bezjak *et al.*, 2018). Argumenta-se também que a abertura e o compartilhamento de dados evitam a duplicação de recursos e esforços de investigação, contribuindo, assim, para a eficiência econômica dos investimentos públicos em pesquisa (European Commission, 2016) e do tempo investido pelos pesquisadores (Pronk, 2019). Ao mesmo tempo, compartilhar dados de pesquisa dá aos pares e

¹ Segundo Bollen *et al.* (2015), a reprodutibilidade se refere à capacidade de duplicar os resultados de um estudo anterior usando os mesmos materiais e procedimentos usados originalmente; já a replicabilidade compreende a habilidade de duplicar os resultados de um estudo anterior seguindo os mesmos procedimentos do estudo original, mas aplicados a novos dados.

às gerações futuras de pesquisadores a oportunidade de compreender melhor a pesquisa realizada e, dessa forma, a chance de conseguir melhorá-la, expandi-la e tomá-la como base para novas empreitadas (Miguel, 2021). Nesse sentido, esse eixo da ciência aberta cumpre uma função social relevante de estabelecer formas de colaboração mais ampla e, ao mesmo tempo, torna a comunidade científica mais transparente, justa e inclusiva (Miguel, 2021).

Estudos apontam que a prática de compartilhamento de dados de pesquisa está cada vez mais presente nos diversos ambientes da ciência e campos do conhecimento. Segundo a pesquisa *The State of Open Data* (Hahnel; Smith; Campbell, 2024), o número de declarações de disponibilidade de dados nos artigos publicados vem aumentando de forma sustentada desde 2018, demonstrando a disseminação da prática entre os autores. Outra edição dessa pesquisa (Digital Science *et al.*, 2023) revela que as principais motivações dos pesquisadores de todas as áreas para compartilhar dados são a busca de crédito por meio de citações e o aumento da visibilidade e do impacto de suas pesquisas – embora algumas áreas sejam mais orientadas para a busca de citações a artigos, como ciências dos materiais, química, computação e engenharias, enquanto outras busquem mais citações aos conjuntos de dados, como física, astronomia e finanças. Já o estudo de Tenopir *et al.* (2020) mostra que, embora cada vez mais áreas reconheçam a importância de compartilhar dados de pesquisa, essa prática encontra maior adesão nas disciplinas mais intensivas na produção e no processamento de dados quantitativos, como ecologia, astronomia, computação, hidrologia, oceanografia e geologia. Também parece ser maior a adesão em áreas nas quais a pesquisa colaborativa é mais frequente, como as ciências biológicas e da natureza, por exemplo – o que explicaria, em parte, a maior resistência ao compartilhamento de dados nas ciências sociais e humanas, como sugerem Beigel (2023) e Berkowitz e Delacour (2022). Porém, estudos enfocando pesquisadores das humanidades (Digital Science *et al.*, 2022; Enwald *et al.*, 2022) sugerem que a maioria apoia o compartilhamento de dados, mas o pratica sobretudo via canais informais e com colegas da mesma área. O trabalho de Christensen *et al.* (2020) também mostra crescente adesão nas ciências sociais, sobretudo entre os pesquisadores engajados em pesquisas experimentais e quantitativas. Realmente, como apontam Tenopir *et al.* (2015), há mais incentivos e maior adesão quando as áreas valorizam e reconhecem – tanto informal, quanto formalmente – o compartilhamento de dados.

Se, por um lado, a literatura aponta diferenças marcantes entre áreas do conhecimento e comunidades científicas em matéria de compartilhamento de dados, estudos com comparações internacionais são mais escassos. A pesquisa *The State of Open Data* sugere que há diferenças

significativas entre os países no que tange à quantidade de conjuntos de dados depositados em repositórios, ao número de *papers* publicados com declarações de disponibilidade de dados e ao conhecimento de protocolos de gestão de dados (Hahnel; Smith; Campbell, 2024). A pesquisa mostra que os países da OCDE e da América do Norte apresentam os melhores índices, enquanto alguns países em desenvolvimento apresentam progressos consideráveis, como aqueles dos BRICS. Edição anterior dessa pesquisa (Digital Science *et al.*, 2022) já reportara os avanços na infraestrutura de compartilhamento de dados de países da América Latina e da Ásia. De fato, análise recente do conteúdo do r3data – principal base de repositórios de dados do mundo – feita por Khan *et al.* (2023) mostra que 15 países respondem por mais de 81% dos repositórios registrados e, entre eles, há 13 membros da OCDE e mais a China e a Índia e nenhum país latino-americano ou africano.

A despeito das diferenças disciplinares e geográficas apontadas na literatura, os estudos revisados apontam para a crescente adesão às práticas de compartilhamento de dados de pesquisas nos mais variados campos do saber e comunidades científicas. Ressalta-se, no entanto, que a abertura de dados não é uma panaceia. Como sugerem Wilkinson *et al.* (2016), para serem compartilhados, os dados de pesquisa precisam ser preparados, descritos, licenciados e disponibilizados de maneira adequada, de forma a efetivamente contribuir para aumentar a transparência e a reprodutibilidade das pesquisas e a eficiência dos investimentos em ciência. Como mostra o diagnóstico realizado no âmbito do projeto *Policy Recommendations for Open Access to Research Data in Europe* (RECODE) – iniciativa que impulsionou o desenvolvimento de políticas sobre o tema entre os países europeus –, é crucial que haja *políticas de abertura e compartilhamento de dados* orientando e balizando sua condução (Tsoukala *et al.*, 2015). Como argumentam Hrynaskiewicz *et al.* (2017), nesse cenário, os periódicos têm papel relevante na formulação de orientações específicas sobre como os dados de pesquisa devem ser preparados, abertos e compartilhados nas diferentes etapas do processo de submissão, avaliação e publicação dos resultados das pesquisas, de maneira a ampliar e disseminar essas práticas.

Com efeito, a literatura revisada sugere que as políticas editoriais dos periódicos têm papel fundamental na disseminação das práticas de ciência aberta, em especial o compartilhamento de dados de pesquisa (Miguel, 2021; Jones; Grant; Hrynaskiewicz, 2019; Ikeuchi, 2018; Hrynaskiewicz *et al.*, 2017; Naughton; Kernohan, 2016; Piwowar; Chapman, 2008). É por meio de suas políticas que os periódicos estabelecem padrões, na forma de recomendações e requisitos, para autores e pareceristas aumentarem a transparência e a

colaboração na preparação, submissão e avaliação de artigos (Malicki *et al.*, 2021; Hrynaskiewicz, 2019; Hrynaskiewicz *et al.*, 2020). E isso é válido para todas as áreas do conhecimento. No entanto, tendo em vista as diferenças disciplinares em matéria de compartilhamento de dados, as políticas editoriais voltadas para essa finalidade não podem ser tomadas como uma solução de tamanho único e, como apontam evidenciado na pesquisa Digital Science *et al.* (2023) e no estudo de Prosser *et al.* (2022), precisam refletir os padrões de comunicação e as demandas de pesquisa das comunidades científicas que essas publicações atendem. Nesse cenário, a adoção de políticas de compartilhamento de dados por periódicos de diferentes áreas, as características dessas políticas, o quanto elas refletem (ou como endereçam) as especificidades das áreas e mesmo os impactos dessas políticas na pesquisa ali conduzida são todas questões relevantes para investigação.

A literatura empírica sobre políticas editoriais de compartilhamento de dados cresceu significativamente ao longo da última década, como mostra a revisão sistemática de Malicki *et al.* (2019) e a revisão apresentada na 3.3.2. Estudos enfocando a área de economia (cujas características serão discutidas na seção 3.2.3) são poucos, mas revelam que cada vez mais periódicos da área possuem tais políticas (Vlaeminck, 2021; Butler; Currier; Lillard, 2021). Estudos com comparações internacionais sobre a adoção dessas políticas também são escassos, assim como investigações sobre as relações entre características das políticas e características institucionais dos periódicos como o tipo de instituição editora e o modelo de acesso da publicação.

Visando contribuir para essa literatura, o presente estudo tem o objetivo de identificar e descrever, de uma perspectiva comparada internacional, a ocorrência e as características de políticas editoriais voltadas para o compartilhamento de dados de pesquisa em periódicos da área de economia. A escolha dessa área como campo de estudos se deve, sobretudo, à experiência profissional da autora da presente tese como editora executiva da Revista de Economia Contemporânea (REC), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio Janeiro (IE-UFRJ), cujo corpo editorial integra desde janeiro de 2010. No seu exercício profissional à frente do periódico, a autora observa que o uso de dados empíricos e ferramentas computacionais nas investigações que são publicadas na área é cada vez mais intenso; porém, o compartilhamento de dados de pesquisa pelos autores é ainda pouco usual, especialmente entre os brasileiros. Com efeito, essa percepção tem levado a autora a refletir sobre o quão recente e incipiente é o debate sobre o compartilhamento de dados de pesquisa na comunidade acadêmica brasileira da economia. Sobre esse aspecto, como será discutido na seção 3.2.3, em

outras praças, como nos EUA, Canadá e Reino Unido, esse debate encontra-se mais avançado, e trabalhos como os de Swanson *et al.* (2020), Vilhuber (2020), Vlaeminck (2013) e Andreoli-Versbach e Mueller-Lange (2014) indicam a importância dos periódicos nesse processo.

Nesse sentido, espera-se que os resultados deste estudo proporcionem a editores, autores e pareceristas da área de economia subsídios para a reflexão e o debate sobre como as políticas de compartilhamentos de dados podem atender às comunidades de pesquisa da área. Além disso, este estudo também espera contribuir para o diagnóstico da situação dos periódicos de economia no que tange ao apoio à prática de compartilhamento de dados de pesquisa entre os autores da área, bem como para a compreensão de fatores institucionais e geográficos potencialmente associados às políticas prevalentes, aumentando, assim, a base de conhecimentos sobre a expansão das práticas da ciência aberta no sistema de comunicação científica.

Além desta introdução, este documento contém outras cinco seções. A seção 2 aborda o papel dos periódicos no sistema da comunicação científica e descreve as características principais da produção dessas publicações, apontando o papel das políticas editoriais nessa estrutura produtiva. A seção 3 trata de aspectos conceituais mais gerais sobre a ciência aberta e o compartilhamento de dados de pesquisa, discute de forma particular a importância do compartilhamento de dados na área de economia e apresenta uma revisão da literatura empírica sobre as políticas editoriais de compartilhamento de dados nas ciências sociais, que abrange o campo da economia. A seção 4 descreve a metodologia do estudo, ao passo que a seção 5 apresenta e discute os resultados. A seção 6 conclui o estudo, sintetizando os principais achados, contribuições e limitações do estudo e apresentando uma agenda para futuras pesquisas. Ao final, são incluídos cinco apêndices abordando aspectos metodológicos, a lista publicações e de instituições contempladas na amostra e sinopses estatísticas com os resultados do estudo.

2 OS PERIÓDICOS NA COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA

A. J. Meadows abre seu clássico livro sobre a história e a estrutura comunicação científica afirmando que “a comunicação situa-se no próprio coração da ciência” (Meadows, 1999, p. vii). Como discute o autor, as práticas de comunicação são centrais na ciência contemporânea, em que a realização de pesquisas se tornou uma atividade produtiva institucionalizada e profissionalizada, que envolve recursos públicos e privados vultuosos e mobiliza organizações de vários tipos, setores e regiões geográficas. Nesse âmbito, observam Garvey e Griffith (1979), a comunicação científica abrange todo um sistema de práticas, procedimentos e infraestruturas voltados para a produção, a disseminação e o uso da informação científica por pesquisadores. Dentro desse sistema, destaca-se o papel ainda preponderante que desempenham os periódicos científicos.

Esta seção busca conceituar os periódicos, situar seu lugar e papel entre os canais da comunicação científica e contextualizar historicamente o desenvolvimento dessas publicações, além de apresentar as principais características estruturais de seu ciclo de produção, de seus modelos de negócio e da indústria em que se inserem.

2.1 Conceituação e funções dos periódicos

Os periódicos científicos são, por definição, coletâneas de documentos de diferentes tipos, com predominância de artigos originais de pesquisa, da autoria de diferentes autores, selecionados por um editor ou corpo de editores conforme uma linha editorial e após revisão por pares, e publicados sob um mesmo volume, fascículo ou edição, conforme periodicidade pré-definida (Tenopir; King, 2001; Meadows, 1999; King; Tenopir, 1998). Diferenciam-se das publicações seriadas ordinárias em função de três aspectos: do seu *conteúdo*, constituído, predominantemente, de artigos de pesquisa originais, que são manuscritos que reportam os resultados de pesquisas teóricas ou empíricas e obedecem a determinados formatos (Sabadini; Sampaio; Koller, 2009; Targino, 2005, 1998); de seu *público-alvo*, correspondendo aos membros de determinada comunidade científica, especialidade ou área do conhecimento (Stumpf, 1998); e, sobretudo, do uso da *revisão por pares* como sistema de seleção e avaliação de conteúdo (Stumpf, 2008, 2006; Targino, 2005; Targino; Garcia, 2008; Meadows, 1999).

Sobre a revisão pelos pares, trata-se de um processo de avaliação dos manuscritos por especialistas da área (os pares dos autores) previamente à publicação dos textos. Esse sistema de arbitragem se baseia na crença de que, dado o conhecimento e a experiência que possuem, os pares serão capazes de emitir uma opinião especializada e informada sobre o objeto em

avaliação (Merton, 1977). Ressalte-se que, em suas diversas modalidades (Tennant *et al.*, 2017; Nassi-Calò, 2015), esse sistema engaja os membros da comunidade científica simultaneamente como autores e avaliadores. Ao enviarem seus artigos aos periódicos, na qualidade de autores, os pesquisadores submetem sua produção ao escrutínio dos seus pares e, em logrando êxito na publicação, conseguem estabelecer sua autoridade (Targino, 1998), obter crédito e prioridade para seu trabalho (Merton, 1977), se promover profissionalmente e adquirir prestígio dentro da comunidade científica (Ziman, 1984). Já na qualidade de avaliadores ou *pareceristas*, os mesmos pesquisadores revisam os manuscritos submetidos por seus pares e, dessa forma, impõem as normas de produção e os critérios de qualidade para as pesquisas nas áreas em que atuam (Meadows, 1999; Hrynaskiewicz, 2019; Stumpf, 2005). Nesse sentido, a despeito das inúmeras e variadas críticas que recebe (Dance, 2023; Nassi-Calò, 2015; Smith, 2006), o sistema de revisão por pares determina a qualidade e a legitimidade daquilo que é científico e constitui-se no processo-chave de criação de valor em um periódico (Björk, 2017; European Commission, 2019).

Os periódicos cumprem diversas funções na comunicação da ciência. Tradicionalmente, a literatura destaca quatro delas: i) *registro* dos conhecimentos, estabelecendo a procedência da produção e a autoridade dos pesquisadores; ii) *certificação* dos conhecimentos, atribuindo-lhes validade e valor científico; iii) *disseminação* da produção, tornando os conhecimentos visíveis e acessíveis; e iv) *preservação* ou arquivamento dos conhecimentos produzidos para uso posterior ou futuro (Priem; Hemminger, 2012; Meadows, 1999). Aponta-se que, nas últimas décadas, vêm ganhando relevância o papel dos periódicos em processos de *avaliação* da ciência, uma vez que essas publicações conseguem fornecer elementos, como contagem de artigos publicados e citações, que permitem a agências governamentais e de fomento avaliar diferentes aspectos da produção científica dos pesquisadores e das instituições que apoiam, como produtividade, visibilidade e prestígio (European Commission, 2019). Nesse aspecto, a publicação em periódicos contribui ativamente para a atribuição de mérito científico, a distribuição de recompensas e a progressão na carreira; com diversas repercussões sobre a própria estrutura social da ciência (Tennant; Ross-Hellauer, 2020; Bourdieu, 2003).

2.2 Contextualização histórica e desenvolvimentos recentes

Segundo Meadows (1999), os periódicos surgiram na Europa do século XVII,² coincidindo com o desenvolvimento da ciência experimental e também, como observa Thompson (1998), com o surgimento do comércio de notícias e livros no contexto da crescente urbanização e expansão do capitalismo naquele continente europeu. Como discute Ida Stumpf (1996), os periódicos foram uma inovação no sistema de comunicação científica vigente no século XVII, então baseado em reuniões das sociedades científicas e em correspondências pessoais, livros, atas e memórias desses encontros. Seu surgimento, porém, não significou o abandono de formas anteriores de comunicação, mas antes redefiniu os papéis atribuídos aos distintos canais.

Durante seus primeiros séculos de vida, os periódicos tinham caráter de comunicação provisória e, segundo Targino (1998), os artigos deveriam ser posteriormente legitimados pela publicação de trabalhos monográficos e livros. Meadows (1999) ressalta que foram necessários alguns séculos até que os periódicos adquirissem legitimidade e credibilidade suficientes para que os artigos neles publicados pudessem ser considerados registros definitivos da ciência e, assim, substituir os livros, por exemplo. Ida Stumpf (1996) ressalta que as pressões por canais mais eficientes para o escoamento da produção científica em crescimento ao longo do século XIX na Europa foram determinantes para essa mudança no status dos periódicos. Ao mesmo tempo, como notam Meadows (1999) e Thomson (1998), também contribuíram para isso o progresso técnico e a especialização do trabalho editorial no contexto da Revolução Industrial, que elevaram os padrões de qualidade e a eficiência na produção e disseminação desses produtos editoriais.

O formato e a estrutura dos periódicos e dos artigos científicos, incluindo o desenho do sistema de referência autor-data e o funcionamento da revisão por pares, levaram séculos para emergir e se estabilizar e, como observa Meadows (1999), evoluíram junto com as práticas de comunicação entre pesquisadores nas diferentes áreas do conhecimento. Como observa Solomon (2013), a transformação dos periódicos ao longo dos séculos acompanhou as próprias transformações no fazer científico, moldada por inúmeras forças sociais e econômicas.

² Como registra Meadows (1999), os pioneiros foram o francês *Journal des Sçavants*, da Académie Royal des Sciences (depois somente Académie des Sciences), e o inglês *Philosophical Transactions*, da Royal Academy, ambos surgidos em 1665. Segundo Stumpf (1996), no Brasil, os periódicos apareceram somente no século XIX, e os primeiros foram a Gazeta Médica do Rio de Janeiro, de 1862, e a Gazeta Médica da Bahia, de 1866.

Sobretudo ao longo do século XX, os periódicos proliferaram e se especializaram, acompanhando o crescimento acelerado no número de sociedades científicas, associações profissionais, instituições de pesquisa e cursos de pós-graduação – segundo Meadows (1999) e Stumpf (1996), acompanhando a própria expansão e a profissionalização da pesquisa científica de maneira geral. Solomon (2013) e Björk (2017) sugerem que, especialmente a partir dos anos 1950, a produção de periódicos deixou de ser realizada apenas por sociedades científicas e instituições de pesquisa como uma atividade sem fins lucrativos integrante de suas missões institucionais para se transformar em um negócio com múltiplos atores – e um negócio muito lucrativo, como mostram as análises de Butler *et al.* (2023) e Zhang *et al.* (2022) sobre o faturamento do setor. Conforme descrito em diversos estudos, como o relatório da European Commission (2019) e os trabalhos de Björk (2017), Schimmer, Geschuhn e Vogler (2015) e Solomon (2013), consolidou-se um modelo de negócios ancorado na produção impressa e baseado no acesso fechado e na comercialização de exemplares e assinaturas que ensejava determinado arranjo de relações entre os atores do setor, especialmente os pesquisadores (enquanto autores/avaliadores/leitores), as editoras e as bibliotecas.

Nesse ínterim, os periódicos se tornaram peça-chave no sistema de avaliação e recompensa da ciência, fornecendo métricas – notadamente o fator de impacto³ – que se estabeleceram como proxy da qualidade desses canais e, por consequência, dos autores e das instituições que neles publicam. Apesar das limitações e imperfeições ressaltadas por Brems, Button e Munafò (2013) e The PLOS Medicine Editors (2006), métricas como o fator de impacto passaram a influenciar tanto a tomada de decisão dos atores sobre onde publicar e quem financiar, segundo McKiernan *et al.* (2019), quanto as estratégias de precificação e distribuição das instituições editoras dos periódicos, segundo o relatório da European Commission (2019) e as análises de Solomon e Björk (2012).

A disseminação da Internet e das tecnologias digitais a partir dos anos 1990 transformou significativamente a comunicação científica no mundo todo, com inúmeras repercussões sobre a produção de periódicos. É farta a literatura que analisa os multifacetados impactos dessas transformações, que incluem a automação e o redesenho de processos no ciclo de publicação (Björk, 2007; Willinsky, 2006),⁴ a mudança na estrutura e o barateamento de custos de

³ Sobre a história e a evolução do fator de impacto, ver Garfield (2006) e Archambault e Larivière (2009).

⁴ Destaca-se aqui o desenvolvimento do *Open Journal Systems* (OJS), um sistema de gerenciamento e publicação eletrônica de periódicos baseado em software aberto criado pelo Public Knowledge Project (PKP), que se tornou uma referência no setor, especialmente entre títulos de acesso aberto. A história de desenvolvimento do OJS é contada por Willinsky (2006). Em 2020, a base de usuários do OJS abrangia 25.671 periódicos de 136 países diferentes, conforme estudo de Khanna *et al.* (2022).

produção (Willinsky, 2006; King, Tenopir, 1998), o surgimento do acesso aberto e de novos modelos de negócios para viabilizá-lo (Clarke, 2005; Willinsky, 2006; Crow, 2009; McCabe; Snyder, 2012; European Commission, 2019), além de novos arranjos de relações entre os atores da indústria (Schimmer; Geschuhn; Vogler, 2015; Solomon, 2013).

O movimento pelo acesso aberto (AA) à literatura científica – que tem nas declarações de Budapeste (BOAI, 2002), Bethesda (Suber *et al.*, 2003) e Berlim (The Berlin Declaration..., 2003) algumas de suas manifestações mais relevantes – é parte indissociável das transformações desse período mais recente da história da comunicação científica.⁵ Segundo European Commission (2019), Björk (2017), Dewatripont *et al.* (2006) e Willinsky (2005), ele emerge num cenário em que os altos preços das assinaturas dos periódicos, decorrentes sobretudo da atuação oligopolizada dos grandes editores, restringiam o acesso das instituições de ensino e pesquisa à produção científica em grande parte financiada com recursos públicos.

Os textos seminais das declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim passam a definir o acesso aberto à literatura científica como a disponibilização de publicações científicas em formato digital de maneira gratuita, imediata e livre de barreiras legais, financeiras e técnicas que não as relacionadas diretamente ao acesso à Internet. Para isso, os autores, como detentores dos direitos autorais dos trabalhos publicados, devem adotar uma licença aberta (Creative Commons ou equivalente) que conceda a terceiros o direito de utilizar e compartilhar os conteúdos publicados respeitando a integridade do trabalho do autor, citando e reconhecendo essa autoria (BOAI, 2002). Na prática, o AA abrange diferentes modelos de acesso que, segundo Willinsky (2006) e Suber (2016), se referem às rotas adotadas para publicar em acesso aberto online: via verde, que prevê o autoarquivamento em repositórios, páginas pessoais ou institucionais e outros arquivos abertos, e a via dourada, correspondendo à publicação em periódicos de acesso aberto. Segundo o DOAJ, os periódicos de acesso aberto são aqueles que oferecem acesso livre e gratuito aos artigos publicados a partir da adoção de licenças abertas (DOAJ, 2025).

Haustein e Larivière (2015) argumentam que o acesso aberto e a digitalização da comunicação científica não alteraram de forma significativa o papel dos periódicos no sistema de avaliação da ciência institucionalizada, mas abriram espaço para discussão sobre o uso de métricas derivadas dos periódicos e, ao mesmo tempo, observam Hicks *et al.* (2015), proporcionaram novas ferramentas analíticas para isso. Destacam-se, nessa seara, a Declaração

⁵ Para uma história do movimento do acesso aberto e uma linha do tempo dos principais acontecimentos, ver a página da Open Access Network (2025).

de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa (San Francisco..., 2012) e o Manifesto Leiden (Hicks *et al.*, 2015), que advogam pelo fim do uso do fator de impacto de periódicos como proxy da qualidade da produção de indivíduos e instituições e pela adoção de processos avaliativos mais qualitativos, abertos e transparentes na tomada de decisão envolvendo contratações, promoções e financiamentos.

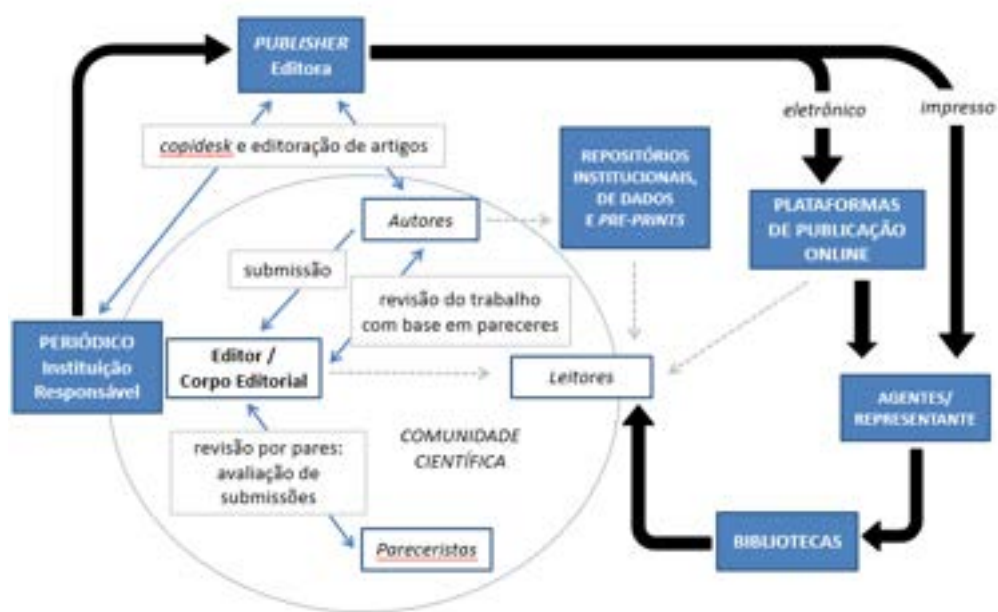
2.3 A economia da produção de periódicos científicos

Esta seção discute aspectos econômicos essenciais da produção, distribuição e comercialização de periódicos. Enquanto a primeira parte aborda processos, atores e infraestruturas cruciais dos periódicos, incluindo o papel das políticas editoriais no ciclo da publicação, a segunda parte apresenta os principais modelos de negócios adotados para a sustentabilidade financeira das publicações e traz evidências para compreender a estrutura da indústria e o tamanho do mercado nos dias atuais.

2.3.1. O ciclo da publicação de periódicos

A progressiva digitalização da comunicação científica ao longo dos últimos 30 anos transformou vários aspectos econômicos e tecnológicos da produção de periódicos e, no entanto, como observa Solomon (2013), os processos-chave do ciclo de publicação permaneceram relativamente estáveis e inalterados, assim como as funções que os periódicos desempenham dentro da ciência. A Figura 1 ilustra o ciclo da publicação de periódicos, a partir dos macroprocessos de submissão, avaliação e distribuição de artigos.

Figura 1 – Ciclo de publicação de periódicos



Fonte: Elaboração própria (2025) com base em Johnson, Watkinson e Mabe (2018) e Björk (2007).

Nesse ciclo, a instituição responsável pelo periódico desempenha papel preponderante. Designada como *publisher* na língua inglesa, doravante denominada instituição editora, essa organização desempenha amplo e variado conjunto de funções, cobrindo aspectos gerenciais, operacionais e técnicos do negócio. Segundo Johnson, Watkinson e Mabe (2018), Björk (2017) e Anderson (2018), essas funções incluem: montar, gerenciar e remunerar o corpo editorial; atrair autores, leitores e avaliadores; fazer a gestão da revisão por pares; prover serviços de tratamento de textos e imagens; gerar receitas e gerenciar custos; disseminar e promover os artigos; garantir a indexação da publicação. Johnson, Watkinson e Mabe (2018) argumentam que essas funções podem ser exercidas pela própria instituição ou ser terceirizadas, de forma que o papel da instituição editora não se confunde com (e na verdade pode englobar) aquele do fornecedor de serviços de editoração e serviços gráficos. Em geral, as instituições editoras de periódicos podem ser de diferentes tipos e naturezas, abrangendo: (i) editoras comerciais, incluindo-se aí editoras universitárias; (ii) sociedades científicas e associações profissionais; (iii) instituições de ensino e pesquisa, geralmente por meio de faculdades, departamentos, programas de pós-graduação, centros de estudos ou unidades administrativas; (iv) órgãos governamentais, como ministérios, secretarias, institutos e fundações públicas; e (v) outros tipos de organizações públicas ou privadas, como bancos, agências, etc. (Taşkın *et al.*, 2024; Beigel; Packer; Gallardo, 2024; Bosman *et al.*, 2021). A verdade é que, como argumentam

Taşkin *et al.* (2024), não existe uma categorização padronizada para os tipos de instituições responsáveis pelos periódicos e há grande variedade terminológica na literatura e entre as bases de dados e indexadores. Beigel (2025), Taşkin *et al.* (2024) e Clarke (2020) ressaltam que os periódicos podem ser produzidos e distribuídos por essas instituições de forma individual, de forma conjunta em parceria ou em relação do tipo cliente-fornecedor; já Björk (2017) e Anderson (2018) observam que essa atividade pode ser desenvolvida pelas instituições editoras com ou sem fins lucrativos.

O negócio dos periódicos gira em torno da publicação de artigos originais de pesquisa, que, segundo Garvey (1919), constituem sua unidade básica. Na definição de Targino (1998), o artigo de pesquisa constitui uma peça de comunicação formal e pública, elaborada por e para pesquisadores, na qual se reportam resultados, materiais e métodos de investigação de interesse para determinada comunidade disciplinar. Ecoando as ideias de Garvey (1979), Targino (1998) observa que o artigo de pesquisa tem função prescritiva e de memória científica, uma vez que reúne elementos acerca do objeto abordado, das metodologias e das informações utilizadas, bem como dos resultados obtidos, fornecendo detalhes suficientes que permitam a compreensão e a repetição da pesquisa reportada e, ao mesmo tempo, contribuam para estabelecer ou ampliar os conhecimentos acerca de determinado problema, fenômeno ou questão. Na visão de Mehlenbacher (2018), embora tenha resistido de maneira relativamente estável às mudanças trazidas pela digitalização, os artigos de pesquisa apresentam uma miríade de formatos e estruturas diferentes conforme os objetivos e o tipo de pesquisa reportada, a área do conhecimento, etc.⁶

Os artigos são selecionados pelo corpo editorial após revisão por pares de acordo com a política editorial da publicação. Segundo Trzesniak (2009), a política editorial expressa o posicionamento do periódico dentro da área do conhecimento ou especialidade e sua forma de atuação e compromissos assumidos junto à respectiva comunidade de pesquisadores. Para Rode, Sales e Alves (2022), ela identifica o escopo e a missão do periódico, seu público-alvo, a modalidade e a periodicidade de publicação; além disso, como observam Trzesniak e Koller, (2009), ela define a forma e os requisitos relativos à formatação, submissão, avaliação e disseminação dos manuscritos – incluindo-se aí seus materiais suplementares, como os dados

⁶ Muitas áreas – e especialmente as de saúde (ver Galvão; Silva; Garcia, 2016; Samaan *et al.*, 2013) – adotam guias de redação científica (em inglês, *reporting guidelines*) para padronizar a estrutura e o formato dos artigos de pesquisa. Elas fornecem elementos que servem tanto para orientar os autores sobre como elaborar e redigir os manuscritos, quanto para os editores e os pareceristas sobre como avaliar os textos. A rede Equator (<https://www.equator-network.org/>), uma iniciativa da Universidade de Oxford, registra centenas de guias de redação diferentes. No Brasil, a norma 6022 da ABNT dispõe sobre a formatação de artigos (ABNT, 2018).

de pesquisa. Ademais, observam Rode, Sales e Alves (2022), Malicki *et al.* (2021) e Hrynaskiewicz (2019), a política editorial estabelece critérios e procedimentos para garantir a ética e a integridade no processo editorial, definindo como os atores devem lidar com questões como autoria, propriedade intelectual e conflitos de interesses, por exemplo.

O desenho e o cumprimento da política editorial costumam ser tarefas dos editores-chefes e do corpo editorial, que normalmente inclui editores executivos e editores associados, de seção, temáticos e outros. Segundo Sparks (2014), Trzesniak (2009) e Targino e Garcia (2008), editores-chefes usualmente concentram funções gerenciais de natureza científica, política e administrativa do periódico, como, por exemplo, aplicar a política editorial, designar pareceristas, definir que artigos aceitos serão publicados e quando, representar o periódico em fóruns específicos, entre outras atribuições. Autores como Sparks (2014), Meadows (1999) e Garvey e Griffith (1979) destacam o papel estratégico dos editores-chefes que, ao decidir o que será submetido à revisão por pares e publicado, busca atender às demandas e prioridades da comunidade científica e conciliar os interesses (muitas vezes conflitantes) de autores, pareceristas e demais interessados, como a instituição responsável pela publicação, os financiadores, etc.

Os artigos são selecionados pelo editor após revisão por pares. Na visão de Trzesniak (2009), os pares ou pareceristas são, como os autores e os leitores, membros da comunidade científica que, a convite do editor, assumem o papel de avaliadores dos manuscritos submetidos para publicação. Estudo de Publons (2018) descreve assim a dinâmica da revisão por pares: com base em orientações oriundas da política editorial do periódico e em sua expertise sobre o tema, o avaliador elabora um parecer sobre o trabalho agregando um conjunto de recomendações quer para a recusa do manuscrito, quer para sua revisão, visando aumentar o valor da sua contribuição para a literatura, como condição para a publicação do texto. Segundo Tennant *et al.* (2017), esse processo abrange diversas modalidades, desde a revisão totalmente anônima (ou cega) ou a totalmente aberta em relação às identidades de autores e avaliadores. Aczel, Szaszi e Holcombe (2021) ressaltam que esse trabalho é geralmente desempenhado de maneira voluntária e não remunerada⁷ e, diante disso, o estudo de Publons (2018) argumenta que o engajamento dos pareceristas é usualmente obtido pela adesão dos indivíduos ao *ethos* científico (Merton, 1977) e ao princípio da vantagem acumulada – o chamado efeito Mateus (Merton, 1968).

⁷ O pagamento ou não do serviço de revisão por pares é um tema controverso na ciência. Sobre isso, ver Vines e Muddit (2021).

Os artigos aceitos após revisão por pares são, então, preparados para publicação, isto é, editorados. A editoração engloba diferentes atividades de processamento e serviços técnicos, incluindo, segundo Grossman e Brembs (2021), (i) revisão, tradução e copidesque de textos; (ii) tratamento de citações e referências bibliográficas; (iii) tratamento de imagens, dados e notações matemáticas; (iv) criação de layouts e diagramação; (v) marcação XML; e (vi) preparação de metadados. Ressalta-se que há grande variedade de regras e convenções que se aplicam no processamento de artigos para publicação, refletindo padrões de comunicação específicos a áreas do conhecimento, comunidades científicas e instituições.

Depois de editorados, os artigos são publicados. Cirasella e Bowdoin (2013) distinguem dois regimes ou modalidades de publicação nos periódicos: a publicação seriada ou em unidades discretas e a publicação em fluxo contínuo. De acordo com Cirasella e Bowdoin (2013) e Packer *et al.* (2016), na modalidade seriada, os artigos são reunidos em fascículos ou números programados para publicação com regularidade pré-definida (periodicidade mensal, bimestral, trimestral etc), ao passo que, na modalidade contínua, os artigos vão sendo publicados à medida que são aceitos e editorados, sendo opcional a organização das matérias em um número ou volume, geralmente identificado com o ano-calendário. Para Packer *et al.* (2016), a modalidade de publicação seriada se estabeleceu ao longo dos séculos na comunicação científica e era o padrão até o advento do acesso aberto, mas tem perdido espaço para a publicação continuada, considerada mais ágil e flexível.

A publicação dos fascículos (publicação seriada) ou dos artigos individuais (publicação contínua) implica sua distribuição em uma variedade de canais. Ao longo das últimas décadas a distribuição migrou progressivamente para o meio digital, que se tornou o padrão, como observado no relatório da STM Association (2022) e nos textos de Solomon (2013) e Björk (2017). Atualmente, segundo o relatório da European Commission (2019) e os estudos de Schonfeld (2019) e Hinchliffe (2018), a distribuição abrange múltiplos canais que ensejam diferentes arranjos entre os atores, desenhos operacionais e modelos de acesso incluindo páginas eletrônicas individuais de periódicos; coleções digitais como Scielo, Redalyc, OpenEdition e Érudit; plataformas multisserviços, como Science Direct, da Elsevier, e os portais de periódicos baseados na tecnologia *Open Journal Systems*, muito populares entre as universidades brasileiras, segundo Dias (2025b). Além dessas diferentes plataformas de publicação, os estudos de Björk (2017, 2007) e o relatório da European Commission (2019) apontam que fazem parte da cadeia de distribuição as bibliotecas, os serviços de agregação e

indexação e os repositórios, que se complementam na tarefa de dar acesso aos conteúdos publicados na íntegra ou a seus metadados.

2.3.2. Estrutura e dinâmica da indústria

O tamanho do mercado de periódicos é incerto. Como não existe um catálogo único de títulos ativos no mundo, o que há são informações das coleções incluídas nas diferentes bases de dados, indexadores e serviços de informação (que possuem diferentes níveis de cobertura) e estimativas compiladas por diferentes autores e organizações, como Associação Internacional de Editores Científicos, Técnicos e Médicos (International Association of Scientific, Technical and Medical Publishers – STM Association) e a consultoria Delta Think, que, utilizando diferentes metodologias e fontes de informações, resultam em números bastante variados.

Estimativas recentes da Delta Think (Pollock; Staines, 2022a; 2022b), com base em dados do OpenAlex, Scopus, Web of Science e DOAJ, apontam que, entre 2020 e 2021, havia no mundo aproximadamente 121.700 periódicos ativos publicados por 16.780 instituições diferentes. Esses números são muito superiores aos estimados pela STM Association com base nos dados do Ulrich's Directory: cerca de 48.000 periódicos ativos em 2020 (STM Association, 2021) e 10.000 *publishers* em 2018 (Johnson; Watkinson; Mabe, 2018). Apesar dessa discrepância, os dados da Delta Think (Pollock; Staines, 2022a; 2022b) e da STM Association (2021) convergem no sentido de apontar que o número de títulos e de instituições editoras cresceu acentuadamente nos últimos 20 anos, puxados, sobretudo, pela disseminação das publicações em acesso aberto.

A literatura mostra que essa indústria é bastante concentrada. Segundo a Delta Think (Pollock; Staines, 2022a; 2022b), entre 2020 e 2021, cerca de metade da produção total foi publicada por apenas 10 instituições (todas editoras com fins lucrativos que publicavam 400 ou mais títulos cada) que representam apenas 0,06% das instituições editoras com títulos ativos. Além disso, os dados da Delta Think também revelam que, nesse período, 95% das instituições publicavam de 1 a 10 periódicos cada e respondiam por cerca de 20% da produção total. Tal estrutura da indústria – formada por um pequeno grupo de instituições concentrando boa parte dos títulos de periódicos e grande parte da produção, seguido de uma longa cauda de instituições contribuindo com um título ou poucos e respondendo por uma parcela pequena da produção total – também se revela em outros estudos, como o de Kim e Atteraya (2024) sobre os títulos da base Scimago Journal Rank; o de Laakso e Multas (2023) sobre o setor de periódicos nos países da União Europeia; o de Nishikawa-Pacher (2022) sobre as 100 maiores editoras do

mundo; os de Crawford (2025, 2021) sobre os títulos indexados no Directory of Open Access Journals (DOAJ); e o de Lariviere, Haustein e Mongeon (2015), sobre a produção indexada na Web of Science de 1973-2013. Segundo Butler *et al.* (2023) e Lariviere, Haustein e Mongeon (2015), esse seleto grupo de instituições que concentram a maior parte dos periódicos e da produção publicada é formado, em sua maioria, por editoras comerciais com fins lucrativos sediadas nos Estados Unidos, Reino Unido, Países Baixos, Suíça e Alemanha.

A dinâmica concorrencial no setor é, há décadas, dominada pela atuação oligopolizada desses grandes grupos editoriais. De acordo com Budzinski *et al.* (2020), Björk (2017) e Crow (2009), essas corporações usam seu poder de mercado para definir os níveis de preço (seja para assinaturas ou para taxas de publicação) com base no prestígio dos títulos junto às comunidades disciplinares que atendem e não com base na estrutura de custos de publicação. Tal dinâmica é, na visão de Budzinski *et al.* (2020), reforçada pelo papel ainda central das métricas derivadas de periódicos no sistema de avaliação e recompensa da ciência institucionalizada, que supervaloriza a publicação nos chamados periódicos de alto impacto. Em sua análise das forças competitivas do setor, Björk (2017) ressalta que as grandes editoras competem não por preço, mas, sobretudo, por participação de mercado, isto é, pelo controle de um número e uma variedade cada vez maior de periódicos – e especialmente títulos de prestígio –, e que elas upor meio da aquisição de editores menores. Segundo Clarke (2020), os editores comerciais também buscam aumentar seu portfólios por meio de contratos de publicação com instituições universitárias e sociedades científicas para assumir a publicação de seus títulos.

2.3.3. Modelos de negócios, segmentação e tamanho do mercado

Ao longo da história, diversos modelos de negócios se desenvolveram para dar sustentabilidade financeira à produção de periódicos. Segundo Osterwalder (2004), o modelo de negócios descreve a maneira como uma organização obtém receitas para se sustentar financeiramente a partir de um conjunto de elementos do negócio e das relações entre os atores. No caso dos periódicos, como apontado por Crow (2009) e Willinsky (2006), a opção por um modelo de acesso aos artigos publicados (se aberto ou fechado, gratuito ou pago) implica em determinada estratégia para garantir a sustentabilidade econômica da publicação envolvendo cobranças e/ou remunerações seja pelo lado da demanda (leitores), seja pelo lado da oferta (autores), ou envolvendo outras partes, como as instituições editoras e as agências de financiamento. Como resultado, conforme descrito nos relatórios de Gatti (2020) e Society Publishers (Wise; Estelle, 2020), a paisagem setorial é povoada por uma variedade de modelos

de negócios, dentre os quais se destacam o modelo de assinaturas, o modelo de dourado, o modelo diamante e o modelo híbrido.

O modelo de assinaturas é aquele que, segundo Gatti (2020), gera receitas para as instituições editoras por meio de assinaturas individuais ou institucionais – nesse caso pagas, sobretudo, pelas bibliotecas das instituições de ensino e pesquisa. Como observam McCabe e Snyder (2018), nesse modelo, dominante no século XX, os autores publicam “gratuitamente”, cedendo os direitos sobre seus trabalhos em troca dos serviços de revisão por pares e publicação.

Os modelos dourado e diamante se aplicam aos periódicos de acesso aberto que, por definição, concedem o acesso livre e gratuito aos conteúdos publicados (BOAI, 2002). Na ausência da cobrança de assinaturas para leitores, outras formas de geração de receita se aplicam, dentre as quais Crow (2009) destaca: a cobrança de taxas de publicação (conhecidas como *article processing charges* - APCs)⁸ pagas pelos autores (ou suas instituições e financiadores⁹), a concessão de subsídios pelas instituições editoras e o aporte financeiro por parte de agências de fomento e outros financiadores da pesquisa por meio de subvenções e auxílios. O modelo de negócios baseado na cobrança de taxas de publicação aos autores costuma ser chamado de AA dourado (Willinsky, 2006; Piwowar *et al.*, 2018) ou de AA com taxas (Crawford, 2025, 2021). Já o modelo baseado em subvenções e subsídios, sem cobrança de taxas aos autores, costuma ser chamado de diamante (Bosman *et al.*, 2021), platina (Pearce, 2022; Severin *et al.*, 2022) ou ainda AA sem taxas (*non-fee*) (Crawford, 2025, 2021).

Já o modelo híbrido é aquele que, segundo Björk (2017) e Jahn, Matthias e Laakso (2021), combina a cobrança de assinaturas para leitores e a cobrança de taxas de publicação para autores. Trata-se, portanto, de um híbrido dos modelos tradicional de assinatura e AA dourado. Os periódicos híbridos publicam tanto artigos acessíveis exclusivamente mediante pagamento de assinatura, quanto artigos em acesso aberto financiados por taxas de publicação pagas pelos autores ou suas instituições.

As estimativas para a segmentação do mercado por modelo de negócios, em termos do número de títulos, volume de artigos publicados, faturamento – além de outras características socioeconômicas, como distribuição geográfica, área do conhecimento e tipo de instituição

⁸ Para mais detalhes sobre os determinantes da precificação e a evolução de preços e faturamento relacionados a APCs, ver Butler *et al.* (2023) e Budzinski *et al.* (2020).

⁹ As taxas de publicação são pagas diretamente pelos autores ou custeadas pelas instituições de ensino e pesquisa ou as agências de financiamento por meio dos chamados Acordos Transformativos – um tipo de contrato firmado entre essas instituições e uma editora comercial, cujo objeto é a contratação da publicação em acesso aberto, em títulos do portfólio da editora contratada, de um número determinado de artigos de autores da instituição contratante (ver Borrego; Anglada; Abadal, 2021).

editora – variam significativamente conforme a base de dados utilizada. Isso ocorre porque, como demonstrado nos estudos de Simard *et al.* (2024) e de Maddi, Maisonobe e Boukacem-Zeghmouri (2025), as bases possuem diferentes níveis de cobertura relativamente às características das publicações, incluindo os modelos de negócios; além disso, adotam diferentes fontes de informação, definições de acesso aberto e metodologias de mensuração, como observam Severin *et al.* (2020).

Segundo o Directory of Open Access Scholarly Resources (ROAD, 2025), com base em registros do ISSN, havia aproximadamente 64 mil periódicos de AA ativos no mundo no início de 2025, abrangendo os modelos dourado e diamante. No DOAJ, em março de 2026, havia 22.717 títulos de acesso aberto indexados (Arief, 2026), dos quais 37% eram dourados e 63% do tipo diamante. Estudo de Bosman *et al.* (2021) estimou entre 17.000 e 29.000 o número de periódicos diamantes no mundo. No que concerne o volume publicado, estudos como os de Crawford (2025, 2021), Piwowar, Priem e Orr (2019) e Piwowar *et al.* (2018) mostram que os periódicos dourados são, em geral, menos numerosos do que os diamantes, mas publicam um volume maior de artigos. No DOAJ, por exemplo, os títulos diamantes eram 65% da coleção, mas responderam por 30% dos artigos publicados em 2024 (Crawford, 2025).

Os periódicos de assinatura são, de acordo com a Delta Think (Pollock; Staines, 2025a, 2025b, 2024; Pollock; Michael, 2024), menos numerosos do que os de acesso aberto, mas publicam comparativamente um volume bem maior de artigos, tendo respondido, em 2025, por mais de 50% de todos os artigos publicados e quase 80% de todo o faturamento da indústria no mundo. O modelo de assinaturas é prevalente na Europa – especialmente na parte Ocidental –, correspondendo a 70% dos 26.577 títulos ativos em 2021 identificados por Laakso e Multas (2023). O modelo de assinaturas também é prevalente entre os periódicos indexados na Scopus e na base do Scimago Journal Rank (SJR), mas vêm perdendo participação, conforme revelam o painel de dados da STM Association (2025) e o estudo de Kim e Atteraya (2024). Na Scopus, as publicações em periódicos de assinaturas caíram de 70% para 54% entre 2014 e 2024 (STM Association, 2025). Embora venham realmente perdendo participação, os periódicos de assinatura ainda representavam mais de 70% dos títulos indexados na base do SJR em 2021 (Kim; Atteraya, 2024).

Já os periódicos híbridos vêm crescendo em número de títulos e volume de artigos, como mostram os dados de Jahn (2025), Shu e Larivière (2023) e Butler *et al.* (2022). O estudo de Jahn (2025) sobre o escopo de 700 acordos transformativos firmados no âmbito do Plan S na

Europa¹⁰ identificou 11.189 periódicos híbridos em atividade, os quais responderam por 9,1% dos mais de 8,1 milhões de artigos publicados entre 2018 e 2022. Esse número é praticamente o dobro do número de títulos identificados por Butler *et al.* (2023) que, ao analisar as taxas cobradas por periódicos híbridos e dourados editados pelos principais grupos editoriais do mundo (Elsevier, Sage, Springer-Nature, Taylor & Francis, Wiley), identificaram 5.641 títulos híbridos ativos entre 2015 e 2018. O estudo de Shu e Larivière (2023) sobre a produção publicada em acesso aberto na Dimensions e Web of Science entre 2008 e 2020 mostra a expansão contínua e sustentada dos títulos híbridos. Os títulos híbridos são, em sua maioria, editados pelos grandes grupos editoriais sediados nos países da Europa Ocidental e Estados Unidos, como mostram os dados de Jahn (2025) e Butler *et al.* (2023).

Considerando o AA dourado e o diamante, os periódicos de acesso aberto caminham para se tornar o tipo de publicação prevalente no mundo, segundo estimativas da Delta Think (Pollock; Staines, 2025a, 2025b, 2024; Pollock; Michael, 2024). Os dados da consultoria mostram que, se consideras também as publicações em AA realizadas em periódicos híbridos, cerca de metade do total de artigos do mundo em 2023 foi publicado em alguma modalidade de AA (Pollock; Michael, 2024) – proporção que já foi 31% em 2019 (Piwowar; Priem; Orr, 2019) e 28% em 2018 (Piwowar *et al.*, 2018). Na Scopus, o volume publicado em periódicos dourados e híbridos também aumentou de forma crescente e sustentada ao longo da última década, atingindo 40% em 2024, segundo dados do painel da STM Association (2025).

Com relação à distribuição geográfica, segundo o Directory of Open Access Scholarly Resources (ROAD, 2025), dos cerca de 64 mil periódicos de AA ativos em 2025, 42,5% deles eram da Europa e da América do Norte (mais de 2/3 deles da França, Reino Unido e EUA), 35% da Ásia (mais da metade só da Indonésia) e 12,3% da América Latina e Caribe (quase a metade só do Brasil). Tal distribuição é muito próxima daquela encontrada por Crawford (2025, 2021) para a coleção do DOAJ (que indexa somente periódicos dourados e diamantes). De acordo com Laakso e Multas (2023), com base em dados do Ulrich's, 30% dos 26.577 periódicos editados nos países da União Europeia em 2021 eram do tipo dourado ou diamante, boa parte deles dos países da Europa Oriental. Já segundo o estudo de Bosman *et al.* (2021), os periódicos diamantes são prevalentes em países da Europa (especialmente da Europa Oriental) e da América Latina e Caribe.

¹⁰ O Plano S é uma iniciativa lançada em 2018 pela cOAlition S, um consórcio de organizações de pesquisa e financiadores, apoiado pela Comissão Europeia e capitaneado pela Science Europe (ver Coalition S, [s.d.]). Seu objetivo principal é garantir a publicação em acesso aberto da produção científica gerada em investigações financiadas por fundos públicos.

Já com relação às áreas do conhecimento, a revisão da literatura feita por Severin *et al.* (2020) e o estudo de Simard *et al.* (2024) apontam que, de maneira geral, as áreas STEM¹¹ e biomédicas têm a maior proporção de publicações de AA dourado e diamante entre todas as áreas e as humanidades têm a menor; já nas ciências sociais, a participação das publicações de AA dourado e diamante é menor do que nas áreas STEM mas vem crescendo; porém, na maioria das disciplinas de ciências sociais, os periódicos de maior visibilidade e prestígio ainda são predominantemente de assinatura. No DOAJ, que apenas inclui títulos dourados e diamantes, mais de 80% dos periódicos das áreas STEM e das ciências da saúde indexados adotam o modelo dourado, contra 20% ou menos de títulos diamante; já nas ciências humanas e sociais predominam as publicações do tipo diamante, respondendo por 67% dos títulos indexados. Baseado em dados da Scopus, o painel de dados da STM Association indica que, em 2024, o modelo de assinaturas era ainda prevalente em todas as áreas do conhecimento, apesar do crescente ganho de participação do AA dourado (STM Association, 2025): naquele ano, 52% das publicações das ciências sociais e humanidades eram em títulos de assinatura, contra 42% em títulos de AA dourado; já nas áreas STEM a proporção era de 53% nos títulos de assinatura, contra 40% nos de AA dourado – percentuais que eram, em 2014, de 78% e 10% e de 69% e 14%, respectivamente.

Do ponto de vista do faturamento, dados da STM Association (2021) revelam que o mercado de periódicos movimentou quase US\$ 10 bilhões em 2021. Embora tenha respondido por cerca de metade da produção publicada em 2023, o pagamento de APCs gerou menos de 10% do faturamento do setor, com a cobrança de assinaturas ainda representando 80% das receitas, tendo nas bibliotecas universitárias os principais clientes, segundo dados da Delta Think (Pollock; Michael, 2024; Pollock; Staines, 2024) e da STM (STM Association, 2021). Ainda assim, destaca-se que a cobrança de APCs em periódicos dourados e híbridos gera pelo menos US\$ 1 bilhão em receitas anuais para as instituições editoras – sobretudo as editoras comerciais com fins lucrativos –, de acordo com o estudo de Butler *et al.* (2023). Ademais, como mostram Shu e Larivière (2023), o valor do APC médio cobrado por títulos híbridos é praticamente o dobro do valor médio das taxas em títulos dourados, o que faz do segmento híbrido o mais lucrativo do mercado.

Embora bastante disseminada, a cobrança de APCs é objeto de intenso debate e controvérsia (ver Dias *et al.*, 2023). Zhang (2024) e Andringa *et al.* (2024) argumentam que as taxas permitem aos principais atores da indústria manter seu poder de mercado e seguir

¹¹ Acrônimo para *science, technology, engineering and math*: ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

extraindo altas rendas da produção científica no contexto do acesso aberto. Diversos estudos, como os de Andringa *et al.* (2024), Williams *et al.* (2023), Segado-Boj *et al.* (2022), Smith *et al.* (2021), Tomaselli (2021) e Massarani *et al.* (2021), apontam que as taxas se converteram em nova barreira de preço e dificultam o acesso de autores e instituições dos países em desenvolvimento às publicações em AA, introduzindo novas formas de desigualdade no sistema da comunicação científica. Nesse sentido, cresce a percepção, apontada por Illes e Robillard (2025) e Alperin (2022), de que a cobrança de APCs enfraquece o acesso aberto ao invés de o fortalecer e não contribui para a disseminação de práticas de ciência aberta que sejam sustentáveis, justas e equitativas.

A ciência aberta será o tópico do próximo capítulo, que discutirá os aspectos principais desse movimento que envolve mudanças mais amplas e profundas no sistema da comunicação científica, particularmente na publicação de periódicos, as quais se refletem diretamente nas políticas editoriais dessas publicações.

3 A CIÊNCIA ABERTA E O COMPARTILHAMENTO DE DADOS DE PESQUISA

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre a ciência aberta e os dados de pesquisa de maneira geral e na área de economia, em particular, além de abordar também as políticas editoriais de compartilhamento de dados em diversas áreas, inclusive na economia.

3.1 A ciência aberta

A ciência aberta não é um fenômeno necessariamente novo, mas o debate em torno do tema se adensou ao longo da última década e ganhou tração com a emergência da Covid-19, que, segundo Spichtinger (2024), Schneegans, Straza e Lewis (2021), Besançon *et al.* (2021) e Besançon, Segalas e Leyrat (2021), mostrou o potencial transformador das práticas de colaboração em pesquisa e do compartilhamento de dados, métodos e infraestruturas de pesquisa.

A expressão “ciência aberta” (*open science*) é geralmente atribuída ao economista Paul A. David (David, 2003), estudioso dos modos de produção do conhecimento no sistema capitalista contemporâneo. Na formulação do autor, a “ciência aberta” constitui um modo de produção de conhecimentos que, pautado no *ethos* científico merthoniano e financiado, sobretudo, com recursos públicos, visa à produção do conhecimento como um bem comum¹² e tem na abertura e no compartilhamento de informações, métodos e resultados o princípio funcional básico que permite a revisão por pares e a validação coletiva dos conhecimentos. Para David (2003), a ciência aberta é distinta da pesquisa proprietária (*proprietary research*), que corresponde às atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) financiadas pelas corporações visando o lucro, o que pressupõe uma dinâmica de produção de conhecimentos baseada no segredo industrial e na propriedade privada sobre os resultados.¹³ Na visão do autor, a ciência aberta e a pesquisa proprietária constituem dois modos distintos, mas complementares de produção de conhecimentos (David, 2003, 2008).

As discussões em torno da ciência aberta começaram a ganhar corpo ao longo da década de 2010. Em sua análise do movimento da ciência aberta, Miedema (2022) destaca que documentos de política publicados em países europeus naquela década – tais como os da The Royal Society (2012) e da European Commission (2016) – constituíram marcos relevantes ao definir a ciência aberta como princípio norteador e organizador das diversas ações envolvendo

¹² A discussão da ciência como bem comum se insere no debate sobre os *new commons*. Ver Hess (2008) e Hess e Ostrom (2005).

¹³ Em outro trabalho, David (2008) analisa o processo histórico de institucionalização dos dois modos de produção do conhecimento.

acesso aberto a publicações e dados de pesquisa que já existiam desde a década anterior nos países do bloco.¹⁴ Na visão de Miedema (2022), o endosso dos países da União Europeia aos princípios da ciência aberta no âmbito das políticas nacionais para ciência, tecnologia e inovação foi fundamental para a disseminação do movimento entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A publicação da *Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta* (Unesco, 2021), menos de um ano depois da eclosão da pandemia da Covid-19, contribuiu significativamente para impulsionar o debate em torno da ciência aberta em todo o mundo, ao estabelecer um marco conceitual para o desenho e a implementação de políticas e práticas de ciência aberta nos variados contextos organizacionais e nacionais. Nesse documento, a Unesco (2021) define a ciência aberta como um conjunto de princípios e práticas que visam tornar o conhecimento científico mais aberto, acessível e reutilizável e a pesquisa científica mais transparente, inclusiva, equitativa e sustentável, de forma a beneficiar os pesquisadores em todas as áreas do conhecimento e as populações em todos os países e aumentar a contribuição da ciência para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O marco conceitual da Unesco (2021) identifica quatro pilares da ciência aberta: o conhecimento científico aberto, a infraestrutura científica aberta (física e virtual), o envolvimento de diversos atores sociais e o diálogo com outros sistemas de conhecimento.

Elaborado em resposta à consulta da Unesco que resultou em sua recomendação sobre o tema, o documento *Open Science for the 21st Century*, do International Science Council (Boulton, 2021), que representa mais de 250 associações científicas do mundo inteiro, traz a visão desse organismo sobre a ciência aberta. Partindo da defesa da ciência como bem comum, o ISC define a ciência aberta como aquela que promove transparência, acessibilidade e inclusão, garantindo que o conhecimento seja livre para todos, independentemente da localização ou origem; que permite a reutilização de dados e evidências, respeitando a segurança e a privacidade; e que, ao envolver diversos atores sociais, impulsiona a inovação e apoia um futuro sustentável (Boulton, 2021). Para isso, constituem pilares da ciência aberta o acesso aberto à literatura científica, o acesso aberto a dados de pesquisa, o acesso a infraestruturas digitais de comunicação e colaboração e a interação entre os pesquisadores e outros atores sociais (ISC, 2021).

¹⁴ Um panorama das políticas públicas de ciência aberta é dado por Abadal e Anglada (2021) e Sveinsdottir, Davidson e Proudman (2021) sobre os países europeus, por Babini e Rovelli (2020) sobre os países da América Latina e Caribe, e por Dias (2025a) sobre o Brasil.

Inspirada na Recomendação da Unesco (2021), a taxonomia de ciência aberta elaborada por Silveira *et al.* (2023) traz uma representação da ciência aberta ainda mais detalhada, cobrindo dez dimensões: acesso aberto, dados abertos, pesquisa aberta reprodutível, avaliação aberta, políticas e diretrizes, educação aberta, inovação aberta, infraestruturas e ferramentas, ciência cidadã e participativa, e diálogo com outros sistemas de conhecimento. Na classificação dos autores (Silveira *et al.*, 2023), as dimensões se desdobram em quase uma centena de tópicos diferentes, cobrindo desde modelos de publicação e tipos de licenças a questões de equidade e diversidade.

O Quadro 1 a seguir apresenta as dimensões-chave da ciência aberta segundo os documentos da Unesco (2021) e do ISC (Boulton, 2021) e a taxonomia de Silveira *et al.* (2023).

Quadro 1 – Dimensões-chave da ciência aberta

ISC (Boulton, 2021) • Acesso aberto à literatura científica • Acesso aberto a dados de pesquisa • Acesso a infraestruturas digitais de comunicação e colaboração • Interação entre os pesquisadores e outros atores sociais	Unesco (2021) • Conhecimento científico aberto – publicações, dados de pesquisa, recursos educacionais, software/códigos, hardware • Infraestrutura científica aberta (física e virtual) • Envolvimento de diversos atores sociais • Diálogo com outros sistemas de conhecimento		
Silveira <i>et al.</i> (2023) <table border="0"> <tr> <td> • Acesso aberto a publicações • Dados abertos • Pesquisa aberta reprodutível • Avaliação aberta • Políticas e diretrizes </td><td> • Educação aberta, • Inovação aberta • Infraestruturas e ferramentas abertas • Ciência cidadã e participativa, • Diálogo com outros sistemas de conhecimento </td></tr> </table>		• Acesso aberto a publicações • Dados abertos • Pesquisa aberta reprodutível • Avaliação aberta • Políticas e diretrizes	• Educação aberta, • Inovação aberta • Infraestruturas e ferramentas abertas • Ciência cidadã e participativa, • Diálogo com outros sistemas de conhecimento
• Acesso aberto a publicações • Dados abertos • Pesquisa aberta reprodutível • Avaliação aberta • Políticas e diretrizes	• Educação aberta, • Inovação aberta • Infraestruturas e ferramentas abertas • Ciência cidadã e participativa, • Diálogo com outros sistemas de conhecimento		

Fonte: Elaboração própria (2026).

Além dos marcos políticos sobre o tema, diversos estudos mapearam e revisaram a literatura sobre ciência aberta, com focos, metodologias e achados bastante variados. Shmagun *et al.* (2020) fizeram uma análise bibliométrica de agrupamentos temáticos de 38 artigos sobre ciência aberta publicados na Web of Science (coleção principal), Scopus e EBSCO. Os autores identificaram cinco temas ou questões principais na pesquisa sobre ciência aberta: (a) questões mais gerais, incluindo reprodutibilidade da pesquisa, má conduta e pré-registro; (b) acesso aberto, incluindo modelos de publicação, financiamento, compartilhamento de dados, avaliação; (c) dados de pesquisa abertos, cobrindo tipos de dados, incentivos, questões de

propriedade intelectual e repositórios; (d) ciência cidadã, envolvendo governo aberto, pesquisa colaborativa, ciência de dados; e (e) política científica, abarcando questões de infraestrutura, comportamentais e conhecimento como bem público. Um estudo mais recente, Lee e Chung (2022), com mais de 1.000 artigos sobre ciência aberta publicados em periódicos indexados na coleção principal da Web of Science, conseguiram distinguir nove agrupamentos temáticos: acesso aberto, reprodutibilidade, dados de pesquisa, compartilhamento de dados, pré-registro e relatórios registrados (*registered reports*), avaliação por pares aberta, ferramentas e plataformas para pesquisa reprodutível, inovação aberta e política científica, e *preprints*. Já Lasser *et al.* (2022) realizaram uma revisão de escopo da literatura empírica sobre ciência aberta publicada nas bases Scopus e Web of Science entre 2000 e 2020. Além de identificarem 10 agrupamentos temáticos – um a mais que Lee e Chung (2022) e o dobro de Shmagun *et al.* (2020) – abordando acesso aberto, políticas, métodos, dados, avaliação, ferramentas, educação, software, participação e ciência aberta de maneira geral, os autores constataram que os tópicos do acesso aberto e dos dados abertos se mantiveram, consistentemente, como os mais estudados ao longo do tempo. Ahmed, Othman e Noordin (2023) também conduziram amplo estudo bibliométrico da literatura sobre ciência aberta publicada na Scopus de 2013 a 2023 e identificaram o acesso aberto, a reprodutibilidade, os dados abertos e o compartilhamento de dados como os cinco tópicos mais prevalentes nessa literatura, de um total de 50 tópicos mapeados. Outro estudo bibliométrico, Dorsch *et al.* (2024) analisaram a literatura sobre ciência aberta publicada na WoS entre 1980 e 2023 e, utilizando diferentes técnicas de análise de citações, identificaram 11 agrupamentos temáticos, dos quais o mais largo e relevante foi o de dados abertos, seguido dos agrupamentos sobre replicação e sobre tecnologias.

Apesar da diversidade de metodologias e achados, os estudos revisados convergem ao apontar que a pesquisa e as práticas relacionadas à ciência aberta cresceram significativamente em volume e em diversidade temática ao longo das últimas décadas. E, embora a literatura revele diferentes maneiras de representar o conhecimento disponível sobre a ciência aberta e de descrever sua estrutura conceitual, ela converge com os documentos de política ao apontar o lugar de destaque dos dados abertos de pesquisa e do compartilhamento de dados no debate e na prática da ciência aberta.

3.2 Os dados de pesquisa e os requisitos, as rotas e os determinantes do compartilhamento de dados

Afinal, o que é dado de pesquisa? Sales e Sayão (2019) definem o dado de pesquisa como qualquer tipo de registro que seja gerado por meio de coleta e observação e utilizado pela comunidade científica para processamento e validação dos resultados das pesquisas. Tal definição se alinha à adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2006), que trata o dado de pesquisa como quaisquer registros factuais (numéricos, textuais, sonoros ou visuais) gerados em uma variedade de formatos, processados com diversas ferramentas e utilizados como fontes primárias na pesquisa científica, sendo um conjunto de dados de pesquisa uma representação sistemática, porém parcial, do objeto sendo investigado. Na mesma direção, o Committee on Data (Codata), vinculado ao International Science Council (ISC), define dado de pesquisa como todo elemento que sirva como evidência no processo de pesquisa ou no suporte para validação de resultados de pesquisa, incluindo dados observacionais, operacionais e experimentais, dados de terceiros e do governo, processados ou não processados, em formato digital e não digital (ISC, [s.d.]). A Unesco (2021) inclui, entre os dados de pesquisa, os registros numéricos e textuais, as imagens, os sons e arquivos multimídia, os protocolos e questionários, os códigos de análise e os fluxos de trabalho. Por conta disso, a OCDE (OECD, 2015b) entende que os dados de pesquisa são um bem de capital empregado como insumo geral e compartilhado como recurso de infraestrutura na produção de pesquisas científicas.

Existe uma diversidade de dados de pesquisa. Apresentada no Quadro 2 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a taxonomia proposta por Sales e Sayão (2019) procura classificar os dados de pesquisa quanto à natureza, à origem, à abordagem, ao nível de processamento, ao estágio de geração, ao nível de sensibilidade do seu conteúdo, à materialidade, à perenidade e à abertura. Como apontam Sayão e Sales (2021a), tamanha diversidade sugere que, na prática, o entendimento do que seja um dado de pesquisa varia bastante conforme a disciplina, dependendo do propósito da pesquisa, dos métodos de coleta, processamento e análise empregados, dos formatos adotados (inclusive para a comunicação), de como os dados são valorizados e apropriados individual e coletivamente na área, etc.

Quadro 2 - Taxonomia de dados de pesquisa

Critério	Categoria	Exemplos
Quanto à origem	dados de pesquisa	observacionais, experimentais ou computacionais
	dados para a pesquisa	registros administrativos, dados governamentais ou dados transacionais

Quanto ao grau de processamento	brutos / primários	informações coletadas diretamente na fonte não sujeitas a tratamento ou processamento
	intermediários / secundários	dados limpos, analisados, anonimizados, derivados
	finais / terciários	dados publicados/arquivados, dados de alta densidade
Quanto à abordagem	dados qualitativos	entrevistas, vídeos, imagens
	dados quantitativos	séries numéricas, estatísticas, índices
Quanto à natureza	número	medidas, resultado de levantamento, fórmula, equação, algoritmo
	multimídia	imagem, vídeo, áudio, animação
	software	códigos, base de dados, simulação
	visualização	tabelas, gráficos, diagramas, modelos 3D, modelos reduzidos, desenhos
	textual	metadado, questionário, entrevista, anotação, certificado, caderno de laboratório ou de campo, transcrição, correspondência, diário
	artefato	espécime, amostra, maquete, manequim
	processo	procedimento, workflow, protocolo, teste
Quanto ao nível de sensibilidade	pessoais	anonimizados, sensíveis
	confidenciais	prontuários médicos identificados, documentos pessoais
	não sensíveis / ostensivos	prontuários médicos anonimizados
Quanto à materialidade	digitais	pdfs, planilhas, vídeos, podcasts
	físicos	amostra, espécime, artefato
Quanto à perenidade	canônicos / referenciais	obras clássicas, manuais
	episódicos	coleções individuais ou comunitárias
Quanto à abertura	grau de abertura	fechado, aberto, parcialmente aberto, embargado
	tipo de licença para reuso	Creative Commons, outras

Fonte: Adaptado de Sales e Sayão (2019, p. 41).

A intensa digitalização vivenciada nas últimas décadas levou a um crescimento exponencial não apenas da quantidade e da diversidade de dados produzidos por diferentes segmentos da sociedade e em diversos contextos, mas também da capacidade de captura, processamento e armazenamento de dados (OECD, 2015b). Esses avanços levaram à ampliação e à complexificação da infraestrutura da informação científica disponível para a produção de pesquisas, que passa a contar com crescente diversidade de *inputs* e *outputs* informacionais, para além da literatura científica tradicional (Sayão; Sales, 2021a). À medida que aumenta a pressão social e política por mais abertura e transparência na ciência, essa infraestrutura informacional em constante crescimento impõe enormes desafios no que tange o acesso, o compartilhamento, a gestão e a preservação dos dados de pesquisa (Sayão; Sales, 2021a; OECD, 2015b).

Entre esses desafios, destacam-se o estabelecimento e a adequação dos caminhos que os dados de pesquisa precisam percorrer no seio das infraestruturas que compõem o sistema da

comunicação científica de forma a serem compartilhados com sucesso, assim como a observação de requisitos e protocolos que facilitem esse processo. Rotas de compartilhamento, requisitos técnicos para a abertura de dados e infraestruturas de apoio serão abordados na próxima subseção.

3.2.1. Requisitos, rotas e infraestruturas para o compartilhamento de dados

A prática de abrir e compartilhar dados baseia-se na premissa de que esses subprodutos da pesquisa interessam e têm utilidade para terceiros além dos autores das pesquisas para as quais foram gerados, incluindo a verificação dos dados em processos de avaliação, bem como seu reuso ou reaproveitamento como insumos em novas investigações, como sugerem os estudos de Miguel (2021), Pronk (2019) e European Commission (2016). Nesse sentido, como argumentam Sayão e Sales (2021a) e a OECD (2015a), compartilhar dados contribui para promover a transparência, a reprodutibilidade e a replicabilidade das pesquisas, além de aumentar a eficiência econômica dos investimentos públicos na ciência.

Porém, como observam Sayão e Sales (2021b) e Silva (2020), o compartilhamento de dados de pesquisa no âmbito do sistema de comunicação científico exige que eles atendam a determinadas condições envolvendo sua formatação, descrição, licenciamento, disseminação, armazenamento e preservação. Segundo a OCDE (OECD, 2015a), o dado de pesquisa aberto é aquele que pode ser acessado e reusado por qualquer pessoa a qualquer tempo, sem restrições de natureza técnica ou legal. Essa definição é alinhada à do manual *Open Science Training Handbook* da Open Knowledge Foundation (Bezjak *et al.*, 2018), segundo a qual os dados abertos são aqueles tornados acessíveis em formato conveniente e modificável e sob termos legais que permitam sua reutilização e redistribuição por quaisquer pessoas e para qualquer fim, de maneira interoperável ou combinável. Na recomendação da Unesco (2021), os dados de pesquisa devem ser abertos seguindo as diretrizes da boa governança de dados expressos nos princípios FAIR.

Os princípios FAIR – acrônimo dos conceitos em inglês *findable, accessible, interoperable, and reusable* (em português, localizável, acessível, interoperável e reutilizável) – foram elaborados em meados dos anos 2010 por representantes da academia, agências de fomento, editores e indústria para aperfeiçoar a infraestrutura de apoio ao compartilhamento de dados de pesquisa no sistema da comunicação científica (Wilkinson *et al.*, 2016). Sua ênfase é no estabelecimento de requisitos para os dados que permitam melhorar a capacidade de as máquinas automaticamente encontrá-los, recuperá-los e utilizá-los e, ao mesmo tempo, apoiar

o seu reuso pela comunidade científica. Segundo Wilkinson *et al.* (2016), esses requisitos definem que os dados devem ser:

- a) Localizáveis (*findable*) – por meio da descrição de metadados, da atribuição de um identificador persistente e do registro em indexadores;
- b) Acessíveis (*accessible*) – por meio da adoção de protocolos padronizados, abertos e universais e da manutenção dos metadados mesmo na ausência dos dados;
- c) Interoperáveis (*interoperable*) – por meio da utilização de ontologias e vocabulários comuns que permitam aos metadados ser semanticamente interpretados pelas máquinas; e
- d) Reutilizáveis (*reusable*) – por meio da descrição detalhada do seu conteúdo e sua proveniência e da adoção de licenças de uso que possibilitem seu reuso e recombinação por terceiros.

Na visão de Sayão e Sales (2021b), os princípios FAIR fornecem diretrizes que permitem converter o dado de pesquisa em um *data object*, ou seja, uma combinação de dados, metadados e um identificador persistente.¹⁵ A partir disso, permitem também delinear toda uma cadeia de serviços e infraestruturas de apoio ao compartilhamento de dados – incluindo-se aí os periódicos e suas políticas editoriais.

No âmbito do sistema da comunicação científica, os dados de pesquisa podem ser compartilhados de diferentes maneiras. Com base em Santos e Caló (2020), Colavizza *et al* (2020) e Silva (2020), é possível distinguir pelo menos cinco rotas principais:

- (i) como material suplementar de artigos publicados em periódicos científicos tradicionais – nesta rota, os dados geralmente integram um arquivo que é hospedado na plataforma de publicação do periódico e pode ser baixado junto com o artigo ao qual se vincula;
- (ii) via depósito em um repositório – nesse caso, os dados são depositados em um repositório que coleta seus metadados e lhes atribui um identificador persistente;

¹⁵ Identificadores persistentes digitais são referências a objetos digitais, na forma de links que são gerados para nunca falharem, pois remetem aos metadados dos objetos identificados (ISC, 2021; Madden et al, 2020). Existem diferentes tipos de identificadores persistentes digitais, conforme a categoria dos elementos identificados, se entidades, pessoas, instituições etc. O Digital Object Identifier (DOI) e o Handle, por exemplo, são usados para periódicos, artigos, livros e conjuntos de dados. Já o Open Researcher and Contributor ID (ORCID) é usado para pesquisadores.

- (iii) via publicação em um site institucional ou pessoal – nesse caso, geralmente os dados integram um ou mais arquivos disponibilizados para download em uma página eletrônica e não há atribuição de identificador persistente, mas de uma URL simples;
- (iv) na forma de um artigo de dados (*data papers*) publicado em um periódico de dados;¹⁶ e
- (v) disponibilização sob demanda – caso em que o autor dos dados coloca um meio de contato à disposição dos usuários interessados na solicitação dos dados.

Estudos mostram que as rotas preferenciais ou mais utilizadas pelos pesquisadores para compartilhar dados variam consideravelmente entre as áreas e disciplinas (Khan; Thelwall; Klousha, 2023; Jiao; Li; Fang, 2022; Tedersoo *et al.*, 2021; Wibowo; Mon, 2025), entre os países e regiões (Stuart *et al.*, 2018) e mesmo entre os grupos demográficos, considerando o estágio na carreira (Borycz *et al.*, 2023; Campbell; Micheli-Campbell; Udyawer, 2019; Kim; Stanton, 2016).

Um elemento-chave nas rotas de compartilhamento de dados de pesquisa envolvendo os artigos publicados em periódicos é a declaração de disponibilidade de dados (*data availability statements* – DAS). A expressão se refere, genericamente, a uma declaração incluída no artigo que informa se os dados de pesquisa relacionados àquela submissão estão abertos e disponíveis e, em caso positivo, onde e como podem ser acessados. Com base nos estudos de Collavizza *et al.* (2020), McGuinness e Sheppard (2021) e Hahnel, Smith e Campbell (2024), as DAS podem ser categorizadas em até sete tipos diferentes: (i) DAS não aplicável; (ii) dados não estão disponíveis ou abertos; (iii) dados disponíveis sob demanda ou solicitação; (iv) dados disponíveis na forma de materiais suplementares do artigo; (v) dados publicados no próprio manuscrito; (vi) dados disponíveis (em todo ou em parte) em um repositório; e (vii) dados disponíveis (em todo ou em parte) em uma fonte pública, como página eletrônica. Esses estudos mostram que o conteúdo da DAS pode se enquadrar em mais de uma das categorias identificadas, conforme o status dos dados empregados no artigo. Ressalta-se que, como sugerido por Hahnel, Smith e Campbell (2024) e Colavizza *et al.* (2020), o formato e a localização dessa declaração no artigo, bem como a obrigatoriedade ou não de inclui-la no

¹⁶ Diferentemente de um artigo científico tradicional, um artigo de dados é uma peça de comunicação que descreve uma coleção ou um conjunto de dados (Santos; Caló, 2020). Segundo Walters (2020), um periódico de dados publica apenas artigos de dados com o objetivo de informar determinada comunidade disciplinar sobre a existência de conjuntos de dados para reaproveitamento e reuso.

manuscrito variam significativamente dependendo do periódico e da instituição editora, mas geralmente são estabelecidas pela política editorial da publicação.

Os repositórios têm função estratégica nas rotas de compartilhamento de dados de pesquisa e seu uso vem crescendo, como apontam as evidências apresentadas por Hahnel, Smith e Campbell (2024), Khan, Thelwall e Kousha (2023) e Jiao, Li e Fang (2022). Segundo Araujo e Silva (2021) e Crow (2002), os repositórios são coleções digitais que capturam e preservam a produção intelectual de uma comunidade disciplinar ou institucional por meio de um sistema de representação, autoarquivamento e gestão geralmente baseado em software livre e em padrões abertos e interoperáveis. Eles integram o que Sayão e Sales chamam de “plataforma de gestão de dados” (2021b, p. 294-296), ou seja, um agregado de atividades, processos, serviços e ferramentas que formam uma espécie de arcabouço ao mesmo tempo técnico, operacional e social voltado para o acesso, a gestão, a preservação e o armazenamento de objetos digitais segundo determinadas políticas.

Há uma miríade de repositórios à disposição da comunidade científica, abrangendo repositórios institucionais, temáticos e especializados (entre eles, os especializados em dados de pesquisa) e infraestruturas locais, nacionais, regionais e internacionais, desde repositórios institucionais pertencentes a um departamento, faculdade ou instituição, até plataformas globais de acesso aberto como o Dataverse, o Figshare, o Zenodo e o Mendeley. Dados do OpenDOAR, diretório de repositórios de acesso aberto mantido pelo Joint Information Systems Committee (JISC), apontavam 6.017 repositórios em funcionamento no mundo em 2025, 53% deles em apenas 10 dos 130 países cobertos pelos registros: Estados Unidos (825 repositórios), Japão (655), Alemanha (313), Reino Unido (275), Peru (202), Indonésia (189), Espanha (188), Turquia (185), Croácia (182) e Brasil (180) (JISC, 2025). Já o Registry of Open Access Repositories contabilizava 5.109 repositórios em operação em 2025, com distribuição geográfica similar à do OpenDOAR (ROAR, 2025). O r3data, principal diretório de repositórios especializados em dados do mundo, registrava mais de 3.300 repositórios de dados ativos em 2025: dois terços deles sediados em países europeus e da América do Norte e categorizados como disciplinares, sendo prevalentes os das disciplinas das ciências da vida, ciências naturais, ciências sociais e humanidades (r3data, 2025).

A existência de rotas estabelecidas e de infraestruturas de armazenagem de dados no âmbito do sistema da comunicação científica formal mostra-se tão fundamental ao compartilhamento de dados quanto a observância de requisitos e protocolos para a preparação e a preservação dos dados. No entanto, essas condições podem não ser suficientes para garantir

que os dados de pesquisa sejam efetivamente disseminados pelos pesquisadores. A próxima subseção discutirá os diferentes fatores que podem influenciar a prática de compartilhamento de dados, para além das questões técnicas e infraestruturais relacionadas à disponibilidade de repositórios e à observação dos princípios FAIR.

3.2.2. Fatores que influenciam o compartilhamento de dados

A adequação a determinados requisitos, a existência de rotas estabelecidas e a disponibilidade de infraestruturas para compartilhamento podem não ser condições suficientes para garantir disseminação dos dados no sistema da comunicação formal da ciência. Na prática, são diversos os fatores que podem impulsionar ou restringir o compartilhamento de dados de pesquisas. Esses fatores podem ser individuais, institucionais/organizacionais, disciplinares, nacionais/regionais, socioculturais, técnicos/tecnológicos, econômicos, legais, políticos. Ressalta-se que, independentemente de como a literatura os classifica e os agrupa, as barreiras e os incentivos ao compartilhamento de dados operam de maneira interrelacionada e são também atravessados pelas forças econômicas e políticas mais amplas que moldam as relações sociais constitutivas do campo científico contemporâneo.

Diversos estudos investigaram atitudes e comportamentos individuais a respeito do compartilhamento de dados considerando diferentes contextos nacionais, disciplinares e institucionais, tais como os de Wibowo e Mon (2025), Khan, Thelwall e Kousha (2023), Jiao, Li e Fang (2022); Tedersoo *et al.* (2021), Hrynaskiewicz, Harney e Cadwallader (2021), Tenopir *et al.* (2020), Stuart *et al.* (2018), Tenopir *et al.* (2015), Alter e Vardigan (2015). He e Fang (2024) e Mozersky *et al.* (2021) apontam que as atitudes e os comportamentos individuais em relação ao compartilhamento de dados são afetados pelas práticas de pesquisa e as características dos dados gerados na área. Já Zenk-Mölten *et al.* (2018), Kim e Stanton (2016) e Kim e Adler (2015) destacam o papel influenciador das normas subjetivas existentes nas diferentes áreas, que contribuem para normalizar ou não o comportamento de compartilhamento de dados.

Dependendo do tipo de pesquisa realizada, os dados gerados adquirem características que suscitam a necessidade de proteção e sigilo, seja por questões éticas, legais ou econômicas, como destacam Mozersky *et al.* (2021) e Bates (2018). Por exemplo, em pesquisas com humanos e empresas, os dados podem conter informações sensíveis e seu compartilhamento

pode ser restringido por aspectos éticos ou legais.¹⁷ Quando os dados adquirem valor econômico significativo – como em projetos de P&D para fins comerciais – eles podem se tornar proprietários, o que impede sua publicização. De fato, como fica sugerido nos estudos de Wibowo e Mon (2025), Prosser *et al.* (2022), Tenopir *et al.* (2020) e Stuart *et al.* (2018), a necessidade de preservar a confidencialidade de dados sensíveis e proteger a propriedade dos dados com valor econômico constitui barreira em áreas tão díspares quanto a psicologia, as ciências médicas, as engenharias e a economia.

Receios pessoais com mal uso, interpretações equivocadas, plágio, perda de autoridade e danos à reputação relacionados aos dados abertos também influenciam a prática de compartilhamento de dados. É o que mostram as evidências coletadas por He e Fang (2024), Digital Science *et al.* (2023), Hill, Stein e Williams (2020), Bates (2018) e Bates, Lin e Goodale (2016). Tais receios são, para Hrynaszkiewicz, Harney e Cadwallader (2021), uma barreira ao compartilhamento de dados observada em todas as áreas do conhecimento; no entanto, para Bates (2018) e Bates, Lin e Goodale (2016), receios pessoais se manifestam com mais frequência em áreas de pesquisa envolvidas em controvérsias públicas e, para Sayogo e Pardo (2013), naquelas em que os dados são mais complexos e heterogêneos.

Destaca-se também, com base em Hrynaszkiewicz, Harney e Cadwallader (2021), Bates (2018) e Kim e Stanton (2016), que o desejo de abrir dados – seja de olho nos ganhos pessoais ou de forma altruísta – é, por vezes, obliterado por um senso de propriedade sobre os dados decorrente do esforço e do tempo investidos em sua produção e processamento. Ademais, como notam He e Fang (2024), a produção e a curadoria dos dados são atividades custosas; por isso, ao comparar os custos de produção e processamento com os do compartilhamento dos dados, Hill, Stein e Williams (2020) e Anderson *et al.* (2008) constatam que os pesquisadores podem preferir maximizar sua utilidade individual (não compartilhar dados) e manter uma vantagem competitiva em relação aos seus pares (a posse dos dados) a promover o benefício social (compartilhar dados).

A percepção individual dos custos ou esforços para compartilhar de dados é, em grande medida, influenciada pela disponibilidade de recursos materiais, tecnológicos e cognitivos necessários ao compartilhamento e à gestão dos dados. Mas esses recursos são, por vezes, escassos. Diversos estudos apontam que a falta de conhecimentos e habilidades, a falta de tempo e a escassez de recursos humanos e equipamentos de apoio para preparar, organizar, depositar

¹⁷ Como, por exemplo, as legislações nacionais sobre proteção de dados pessoais – no caso brasileiro, a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018).

e gerenciar os dados figuram entre as principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores para compartilhar dados: He e Fang (2024), Digital Science *et al.* (2023, 2022), Prosser *et al.* (2021), Mozersky *et al.* (2021), Tenopir *et al.* (2020), Perrier, Blondal e MacDonald (2020), Ikeuchi (2018), Stuart *et al.* (2018), Bates (2018), Kim e Stanton (2016), Tenopir *et al.* (2015).

Ressalta-se que a disponibilidade de infraestrutura para compartilhamento e gestão de dados é bastante assimétrica e heterogênea considerando os contextos disciplinares, institucionais e nacionais, uma vez que nem todas as áreas, instituições e países gozam da mesma capacidade de investimento – seja em infraestrutura, pessoal, treinamento – para viabilizar a abertura de dados. Nesse sentido, como sugerido em estudos enfocando fatores condicionantes do compartilhamento de dados (Prosser *et al.*, 2021; Hill; Stein; Williams, 2020; Tenopir *et al.*, 2020; Bates, 2018; Stuart *et al.*, 2018; Anderson *et al.*, 2008), o esforço percebido para compartilhar dados tende a ser maior ou mais agudo em contextos de escassez de recursos. Ademais, como notam He e Fang (2024), Hrynaskiewicz, Harney e Cadwallader (2021) e Stuart *et al.* (2018), a disponibilidade de recursos para compartilhar dados também varia muito em função do estágio na carreira em que se encontram os indivíduos, com estudantes de graduação e pós-graduação, jovens pesquisadores e pesquisadores seniores diferindo significativamente na quantidade de tempo, no estoque de conhecimentos e habilidades e no acesso a recursos financeiros para preparar e gerenciar dados.

Sobre as motivações para compartilhar dados, a pesquisa Digital Science *et al.* (2023) mostra que, apesar das diferenças disciplinares, a busca por citações e o cumprimento de exigências de financiadores e periódicos figuram como incentivos relevantes – ao passo que a falta de reconhecimento formal permanece um problema. Como ressaltam Terry, Littler e Olliaro (2020), essa questão lança luz sobre a importância de os sistemas de avaliação da ciência, tanto em nível nacional quanto institucional e disciplinar, conseguirem medir, reconhecer e recompensar o compartilhamento de dados de pesquisa, criando os incentivos adequados para os pesquisadores se engajarem nessa prática. Com efeito, a literatura é farta em evidências de que, por meio de suas políticas (ou da falta delas), as instituições de ensino e pesquisa, os periódicos, as agências de fomento e os governos atuam para promover ou restringir a abertura de dados nas diferentes áreas científicas e países (Hahnel; Smith; Campbell, 2024; Digital Science *et al.*, 2023; Tenopir *et al.*, 2020; Stuart *et al.*, 2018; Kim; Stanton, 2016; Kim; Adler, 2015).

A literatura revisada aponta que, seja pela adesão a valores e crenças ainda hoje incorporados ao *ethos* científico e às normas culturais das diferentes áreas do conhecimento,

seja por exigência das políticas públicas, institucionais e editoriais, cada vez mais os pesquisadores são instados a abrir e disseminar seus dados de pesquisa nos canais formais do sistema da comunicação científica. Compartilhar dados se coloca como questão imperativa no fazer científico contemporâneo e os periódicos constituem uma das rotas para isso. Na economia – área de interesse do presente estudo – não é diferente, como será visto na próxima subseção.

3.2.3. O compartilhamento de dados na área de economia

A economia é uma ciência social aplicada de controversa delimitação (Marques, 2024; Davis, 2019), mas cuja pesquisa, observa Amartya Sen (2004), é marcada pela heterogeneidade metodológica e pela valorização da testagem e da verificabilidade dos fatos. Segundo Davis (2019), Hands (2015) e Bresser-Pereira (2003), a pesquisa econômica faz uso tanto de modelos explicativos hipotético-dedutivos codificados em linguagem matemática e de ferramentas estatísticas para verificação e prova, quanto do método histórico-dedutivo e de outros métodos qualitativos e quantitativos de base empírica e viés sociológico.

Essa heterogeneidade metodológica se reflete, conseqüentemente, em ampla variedade de tipos e fontes de dados de pesquisa. Vlaeminck (2013) observa que a pesquisa econômica produz e utiliza tanto dados quantitativos quanto dados qualitativos e costuma fazer uso de dados secundários e terciários provindos de diferentes fontes, sendo facultativa, embora frequente, a realização de agregações e processamentos complementares pelos próprios pesquisadores. Segundo Vilhuber (2020), historicamente a pesquisa econômica se desenvolveu com base em dados estatísticos e registros administrativos de domínio público e em microdados de tabulações especiais feitos sob encomenda e sigilo, tendo como fontes principais órgãos de governo, institutos de estatística, agências governamentais, organismos multilaterais e organizações privadas. Ademais, como notam Vilhuber, Turrito e Welch (2020), a pesquisa econômica faz uso crescente de diversas ferramentas de software – como R, Python, Stata e outros – que geram novos conjuntos de dados agregados e sintéticos. Tudo isso – dados primários, secundários e terciários, classificações usadas para tabulações e agregações, códigos e scripts de software, etc – se enquadra na definição de dados de pesquisa gerados e usados durante o processo de investigação, conforme ressalta Vilhuber (2020).

Nesse cenário, o compartilhamento de dados de pesquisa tende a ganhar importância e adesão, sobretudo na presença dos incentivos adequados. É o que apontam os resultados da

pesquisa *State of Social Science* (3S), que entrevistou 2.787 pesquisadores das ciências sociais de instituições sediadas em países desenvolvidos – sendo 657 da área de economia –, sobre o envolvimento deles com práticas de compartilhamento de dados, compartilhamento de instrumentos de pesquisa e pré-registro de estudos (ver Christensen *et al.*, 2020). Segundo Swanson *et al.* (2020) e Ferguson *et al.* (2023), que analisaram os resultados da pesquisa 3S, a sondagem mostra que o percentual de pesquisadores de economia que declaravam já ter compartilhado dados online mais do que triplicou entre 2005 e 2017, chegando a quase 80% dos entrevistados. Já a sondagem de Khan, Thelwall e Kousha (2023) sobre práticas de compartilhamento e reuso de dados em diversas disciplinas encontrou resultados mais modestos: apenas 44% dos 251 entrevistados da área de economia e econometria reportaram já ter compartilhado dados – a média da sondagem foi de 46,8% para 3.257 respondentes de todas as áreas, também dos países do Norte. O levantamento de Khan, Thelwall e Kousha (2023) também evidenciou o papel dos periódicos nas rotas de compartilhamento utilizadas pelos pesquisadores da área: 39% dos pesquisadores de economia sondados pelos autores afirmaram utilizar os repositórios indicados pelas publicações para armazenar seus conjuntos de dados.

Para Swanson *et al.* (2020), a disseminação de práticas de ciência aberta na economia, capturada na pesquisa 3S, foi impulsionada tanto pelos avanços das tecnologias digitais quanto pelo endosso dessas práticas por parte da American Economic Association – principal sociedade científica da área, baseada nos Estados Unidos –, que estabeleceu políticas voltadas para o compartilhamento de dados e a promoção da reprodutibilidade para seus associados e seus periódicos. Segundo Vilhuber (2020), movimento semelhante ao da AEA se deu em outras associações da área, como a Canadian Economics Association e The Royal Society, do Reino Unido, cujas políticas de compartilhamento de dados tiveram efeitos multiplicadores nas comunidades acadêmicas daqueles países.

No Brasil, o debate sobre o compartilhamento de dados de pesquisa é incipiente no campo da economia. A principal associação de pesquisa da área – a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) – não possuía, até a elaboração da presente tese, política formal sobre o tema endereçada a seus associados; em sua página eletrônica, não foram encontradas notícias, brochuras ou informações abordando quaisquer práticas de ciência aberta. Em levantamento realizado nos anais eletrônicos do encontro anual da ANPEC de 2014 a 2025 (ANPEC, 2026), nenhum trabalho ou mesa abordando temas da ciência aberta foi

encontrado.¹⁸ Já o documento de área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) contendo os critérios e os procedimentos para avaliação dos programas de pós-graduação e periódicos da área de economia no período 2025-2028 faz uma breve menção à ciência aberta (CAPES, 2025, p. 21) reconhecendo a existência e a importância do movimento, mas indicando que “até o momento, não se vislumbram alterações substantivas nos principais veículos de divulgação da área”.

3.3 Políticas editoriais de compartilhamento de dados

A revisão da literatura apresentada na subseção 3.2.1 mostra que a existência de políticas públicas, institucionais e editoriais é crucial para se criar os incentivos adequados e promover o compartilhamento de dados nas comunidades científicas. Nesse contexto, estudos como os de Miguel (2021), Jones, Grant e Hrynaszkiewicz (2019), Ikeuchi (2018), Nujiten *et al.* (2017), Naughton e Kernohan (2016), Piwowar e Chapman (2008) fornecem evidências acerca dos efeitos normativos positivos exercidos pelas políticas editoriais dos periódicos sobre as práticas de abertura e disseminação de dados de pesquisa.

Segundo Rodes, Sales e Alves (2022) e Trzesniak (2009), as políticas editoriais abrangem o conjunto de recomendações e requisitos relativos à formatação, submissão, revisão por pares e publicação de artigos, que são expressas textualmente em instruções aos autores e pareceristas divulgadas na página eletrônica de cada periódico e/ou de sua editora. Já segundo Clare *et al.* (2025), Hrynaszkiewicz *et al.* (2020) e Hrynaszkiewicz (2019), as políticas editoriais de compartilhamento de dados de pesquisa definem como, onde, quando e em que condições devem ser abertos e compartilhados os dados de pesquisa empregados nos artigos submetidos para publicação e, por isso, cobrem diferentes tópicos e aspectos a serem observados por autores, editores e pareceristas. Hrynaszkiewicz *et al.* (2017) ressaltam que, assim como no caso das demais políticas editoriais, as políticas de dados podem ser específicas do periódico ou ser formuladas pela instituição editora para toda sua coleção de publicações. Ademais, de acordo com os estudos de Clare *et al.* (2025), Klebel *et al.* (2020) e Malicki *et al.* (2019), elas podem variar conforme a área do conhecimento em função das práticas de comunicação e pesquisa que lhes são típicas.

¹⁸ A pesquisa na página eletrônica da ANPEC (<https://www.anpec.org.br/novosite/br>) e nos anais do encontro anual (<https://en.anpec.org.br/previous-editions.php>) foi realizada em 22 de maio de 2026.

3.3.1. Características das políticas editoriais de compartilhamento de dados de pesquisa

Ao longo da última década, diversas iniciativas e autores mapearam requisitos e propuseram diretrizes para a formulação, a implementação e a avaliação de políticas de dados em periódicos, entre eles Vlaeminck (2013), Moles (2015), Sturge *et al.* (2015), Tsoukala *et al.* (2015), Clare *et al.* (2025) e Nosek *et al.* (2015). Uma síntese das recomendações e requisitos presentes nesses trabalhos é apresentada no Quadro 3, apresentado no final desta seção.

Vlaeminck (2013) reporta os resultados do *European Data Watch Extended Project* (EDaWaX), um projeto de pesquisa realizado entre 2011 e 2016 na Alemanha sobre as práticas, as políticas editoriais e a infraestrutura de compartilhamento de dados na área de economia, com vistas a promover a replicabilidade dos estudos econômicos. O projeto gerou, entre outros subprodutos, oito recomendações para a elaboração de políticas de dados em periódicos: estas devem estabelecer se a abertura dos dados é obrigatória ou facultativa aos autores; em que formatos e locais os dados devem ser abertos; que informações são necessárias sobre a proveniência dos dados; que ferramentas de software foram usadas na geração e análise dos dados; quais os requisitos para reprocessamento dos dados compartilhados; se os arquivos de dados serão submetidos à revisão por pares; e se há procedimentos ou restrições ao reuso dos dados em estudos de replicação.

Com a participação de diversas instituições de pesquisa europeias de 2013 a 2015, o projeto *Policy RECommendations for Open access to research Data in Europe* (RECODE) realizou amplo estudo dos ecossistemas e desafios institucionais, legais e tecnológicos para promoção do acesso aberto a dados de pesquisa. O trabalho de Tsoukala *et al.* (2015) descreve um dos produtos do projeto: um detalhado conjunto de recomendações para a elaboração e a implementação de políticas de compartilhamento de dados para agências de fomento, instituições de pesquisa, editores de periódicos e gestores de dados.

Sturge *et al.* (2015) descrevem um modelo de política editorial de compartilhamento de dados abordando 21 tópicos, elaborado a partir da experiência do *The Journal Research Data Project* (JoRD). Realizado de 2012 a 2014 pela Universidade de Nottingham, o projeto JoRD analisou as políticas de 250 periódicos e realizou consultas a diversos *stakeholders* para avaliar a viabilidade de desenvolver um diretório de políticas editoriais de dados de pesquisa nas ciências sociais (Sturges *et al.*, 2014). Financiado pelo Joint Information Systems Committee (JISC), esse projeto foi sucedido por outro, o *Journal Research Data Policy Registry* (JRDPR), realizado de 2015 a 2016, para construção do piloto do diretório, cujos resultados são reportados por Naughton e Kernohan (2016). O modelo de Sturge *et al.* (2015) é similar à proposta de

Moles (2015) descrita a seguir e inclui, ademais, exemplos de como as políticas devem ser redigidas para abordar cada aspecto.

Bebendo nos resultados do projeto JoRD e também nas recomendações do CODATA (Hodson; Molloy, 2015), Moles (2015) propõe o Data-PE, um modelo cobrindo 12 tópicos para avaliar a adequação e as forças e fraquezas de políticas de dados em periódicos científicos de qualquer área, com vistas a informar a tomada de decisão de pesquisadores, profissionais de informação, editores e agências de fomento. Nesse modelo, cuja cobertura temática é similar ao descrito por Vlaeminck (2013), a política de dados deve especificar: o formato e as características gerais dos conjuntos de dados aceitos; como e em que condições os dados devem disponibilizados; a exigência de declaração do(s) autor(es) com a contextualização dos dados e descrição da proveniência deles; o tipo de licença atribuída aos dados; os serviços e as responsabilidades relativos à curadoria dos dados; os requisitos para reprocessamento dos dados; a sujeição dos dados à revisão por pares; e como o periódico vai monitorar o cumprimento da política por parte dos autores.

Destacam-se também os *Transparency and Openness Promotion Guidelines* (TOP), elaborados por Nosek *et al.* (2015), compreendendo um conjunto de diretrizes visando à abertura e à transparência da pesquisa científica que abordam diversos tópicos, entre eles o compartilhamento de dados, códigos e materiais de pesquisa e a citação a dados.

Clare *et al.* (2025) consolidam os resultados de anos de trabalho do Research Data Policy Interest Group no âmbito da Research Data Alliance (RDA), no sentido da construção de um arcabouço a elaboração e a avaliação de políticas de dados que busca harmonizar os requisitos das políticas de vários grandes grupos editoriais, como Springer Nature, Elsevier, Wiley e PLOS, com os princípios FAIR, as recomendações do CODATA e as diretrizes TOP. Construído ao longo dos anos a partir dos trabalhos de Hrynaszkiewicz *et al.* (2017), Hrynaszkiewicz (2019) e Hrynaszkiewicz *et al.* (2020), o modelo a RDA cobre 14 tópicos que podem ser arranjados em seis tipos diferentes de políticas. Os tópicos incluem: definição de dados de pesquisa e exceções à política; obrigatoriedade ou não da abertura dos dados; formatos e tipos de materiais suplementares aceitos; indicação de repositório para depósito dos dados; prazo para compartilhamento e período de embargo; critérios para licenciamento e regras de citação; apresentação de declaração do(s) autor(es) e plano de gestão dos dados; sujeição dos dados à revisão por pares.

Quadro 3 – Tópicos abordados nas políticas editoriais de compartilhamento de dados

Tópico abordado	Descrição
Definição de dado de pesquisa	Define o escopo da política, especificando o que é considerado dado de pesquisa compartilhável na área do conhecimento coberta pela linha editorial do periódico.
Exceções à política	Especifica os tipos de dados que não são compartilháveis e como os autores devem descrevê-los no manuscrito.
Grau de exigência da abertura dos dados	Especifica se o compartilhamento dos dados é obrigatório ou opcional ou pode ser feito sob a demanda de editores, pareceristas e/ou leitores.
Tipos de submissão	Especifica se a política se aplica a todos os tipos de manuscritos submetidos e, caso não, a quais se aplica.
Declaração de disponibilidade de dados	Define se, onde e como nos manuscritos os autores devem declarar a disponibilidade de dados relativos àquela submissão.
Tipos de materiais aceitos	Indica os tipos de dados a serem compartilhados, como dados primários ou secundários, instrumentos de coleta, códigos, scripts etc.
Materiais suplementares	Indica se é permitido disponibilizar os dados como materiais suplementares e em que condições.
Repositórios de dados	Especifica onde depositar os dados, que tipos de repositórios são aceitos ou recomendados.
Formatos dos materiais aceitos	Indica quais os formatos dos arquivos aceitos de acordo com as práticas da área do conhecimento.
Tipos de metadados	Especifica os tipos de metadados a acompanhar os dados, como metadados descritivos, de procedência etc.
Prazo para o compartilhamento	Indica em que momento do processo editorial os dados devem ser compartilhados, se no ato da submissão, durante a revisão por pares, na publicação do manuscrito etc.
Período de embargo	Descreve se é permitido colocar os dados sob embargo e, caso sim, por quanto tempo.
Tipos de licenças atribuídas	Especifica que tipos de licenças devem ser atribuídas aos dados.
Identificadores persistentes	Indica se e quando é exigida a atribuição de identificadores persistentes para os dados abertos.
Revisão por pares	Determina se os dados estão sujeitos à revisão por pares.
Princípios FAIR	Indica se os dados devem atender os critérios FAIR.
Plano de gestão de dados	Determina a necessidade ou não de apresentação de um plano de gestão dos dados compartilhados.
Monitoramento e controle da política	Descreve se e como o periódico fará o monitoramento e o controle do cumprimento da política pelos autores.
Sanções	Descreve que sanções se aplicam em caso de descumprimento da política.

Fonte: Elaboração própria (2026) com base em Clare *et al.* (2025), Moles (2015), Sturge *et al.* (2015), Nosek *et al.* (2015) e Vlaeminck (2013).

3.3.2. A pesquisa empírica sobre as políticas de dados em periódicos

Diante da importância do tema, é crescente o número de estudos que investigam a ocorrência e examinam as características das políticas editoriais de compartilhamento de dados de pesquisa em periódicos de todas as áreas, inclusive na economia. Esta seção apresenta uma

revisão dessa literatura, com ênfase nos estudos que abordam as publicações das ciências sociais.

Malicki *et al.* (2021) realizaram uma revisão sistemática e uma meta-análise de 153 estudos publicados entre 1987 e 2017 sobre instruções aos autores em periódicos de diversas áreas abordando seis tópicos, entre eles o compartilhamento de dados. Os autores constataram que houve um aumento significativo na adoção de políticas de dados em publicações de todas as áreas do conhecimento nesse período; porém, as áreas médicas se mostraram as pioneiras e líderes no que tange a implementação de políticas editoriais desse tipo.

Malicki *et al.* (2021) também verificaram que é maior a prevalência de políticas de dados em periódicos de acesso aberto, mas essa relação entre tais políticas e o modelo de acesso dos periódicos tem sido, no entanto, pouco estudada na literatura. Outro estudo de Malicki *et al.* (2019), que comparou amostras de periódicos indexados na Scopus e no DOAJ, identificou que a menção ao compartilhamento de dados é mais frequente nas instruções a autores de periódicos indexados no DOAJ (usado como proxy para o acesso aberto) e daqueles editados por grandes grupos editoriais. Castro *et al.* (2017) também investigaram a presença de políticas de dados em periódicos indexados no DOAJ – e encontraram em apenas 26% deles –, mas as análises realizadas não enfocaram a questão do modelo de acesso (por exemplo, distinguindo entre periódicos de AA com e sem cobranças de taxas).

Já a relação entre as políticas de abertura de dados e o prestígio ou a visibilidade da publicação – capturada por meio de métricas baseadas em citações, como fator de impacto, SNIP e outras¹⁹ – foi estudada por Rousi e Laakso (2020), Malicki *et al.* (2019), Resnik *et al.* (2019), Vasilevsky *et al.* (2017), Aleixandre-Benavent *et al.* (2016), Herndon e O'Reilly (2016), Zenk-Moltgen e Lepthien (2014), Vlaeminck (2013) e Stodden, Guo e Ma (2013, 2012). Esses estudos convergem ao mostrar que, a despeito das diferenças entre as áreas do conhecimento, as políticas de compartilhamento de dados são mais frequentes e, não raro, mais detalhadas e exigentes em periódicos de maior visibilidade e prestígio.

Tal-Socher e Ziderman (2020), Malicki *et al.* (2019), Resnik *et al.* (2019), Castro *et al.* (2017) e Blahous *et al.* (2016) fizeram estudos comparativos entre áreas do conhecimento e encontraram resultados convergentes: no geral, as políticas de compartilhamento de dados são menos frequentes e mais facultativas nos periódicos das ciências sociais e humanidades do que

¹⁹ Como argumenta Alves Vieira (2024), apesar das limitações dessas métricas, é razoável inferir que indicadores baseados em citações servem como proxy da visibilidade de um trabalho ou publicação.

nos das áreas STEM (*science, technology, engineering, and mathematics*), nas quais, especialmente nas ciências da saúde, costumam ser mais comuns e exigentes.

Além dos estudos comparativos entre áreas, foram encontrados diversos estudos sobre políticas de abertura de dados em periódicos das ciências sociais aplicadas, com resultados que corroboram os achados dos estudos comparativos citados, ao mesmo tempo que trazem novos elementos para essa discussão. O Quadro 4 sintetiza os principais estudos empíricos encontrados (sobre a pesquisa bibliográfica que levou à construção desse quadro, ver a seção 4.2).

Quadro 4 - Estudos empíricos sobre políticas editoriais nas ciências sociais aplicadas

Trabalho	Propósito do estudo	Amostra analisada	Principais achados
Vlaeminck e Herrmann (2015)	Identificar a presença e as características de políticas de compartilhamento de dados nos periódicos	346 periódicos de Economia e Gestão e Negócios mais bem ranqueados por sociedades científicas alemãs e uma amostra não especificada de artigos publicados nos periódicos com políticas de compartilhamento	Cerca de 20% dos periódicos da amostra tinham políticas de compartilhamento e, entre esses, a maioria tinha políticas facultativas. Políticas de compartilhamento mais detalhadas ou obrigatórias eram mais comuns em periódicos com maior fator de impacto
Aleixandre-Benavent <i>et al.</i> (2016)	Investigar a correlação entre a presença de políticas de compartilhamento de dados e o fator de impacto dos periódicos	81 periódicos de Biblioteconomia e Ciências da Informação indexados na Web of Science	Cerca de 50% das publicações apenas recomendavam o compartilhamento de dados de pesquisa como material suplementar. Identificou-se a prevalência dessas políticas em periódicos com maior fator de impacto.
Herndon e O'Reilly (2016)	Investigar a evolução na adoção de políticas de compartilhamento de dados entre 2003 e 2015	100 periódicos de Sociologia, Economia, Ciência Política, Relações Internacionais, e Gestão e Negócios, listados no Journal of Citation Reports (JCR)	Aumentou o número de periódicos adotando políticas de compartilhamento de dados, mas em sua maioria as políticas eram facultativas, heterogêneas e vagas. E triplicou o percentual de periódicos de maior fator de impacto com políticas de abertura de dados.
Crosas <i>et al.</i> (2018)	Identificar a presença e as características de políticas de compartilhamento de dados nos periódicos	219 periódicos de Ciência Política, Relações Internacionais, Economia, Sociologia, História, Psicologia e Antropologia, mais bem ranqueados no JCR	74% dos periódicos têm alguma política; 25% têm políticas obrigatórias de compartilhamento de dados, mas a adoção de políticas (quer obrigatórias ou facultativas) varia conforme a área e o tipo de instituição responsável pelo periódico (se editora comercial ou sociedade científica).

Feeney (2018)	Investigar a adesão das políticas editoriais aos TOP <i>Guidelines</i>	20 periódicos da área de Psicologia Organizacional	Praticamente nenhum periódico possuía quaisquer políticas de compartilhamento de dados.
Dosch e Martindale (2020)	Identificar a presença e as características de políticas de compartilhamento de dados nos periódicos	146 periódicos da área de Gestão e Negócios mais bem ranqueados no SCImago <i>Journal & Country Rank</i> (SJR)	Quase metade encorajava a abertura de dados, mas apenas quatro exigiam isso previamente à revisão por pares ou publicação. As políticas não recomendavam qualquer método para o compartilhamento e, quando o faziam, apenas indicavam o uso de repositórios genéricos <i>online</i> .
Jackson (2021)	Identificar a presença e as características de políticas de compartilhamento de dados nos periódicos	201 periódicos de Biblioteconomia e Ciências da Informação listados no JCR	Mais da metade das publicações possuía políticas de compartilhamento, com a predominância de políticas facultativas e prevalência em periódicos editados por grandes editoras comerciais.
Vlaeminck (2021)	Identificar a presença e as características de políticas de compartilhamento de dados nos periódicos	327 periódicos de Economia listados no JCR de 2017	Cerca de 68% dos periódicos tinham alguma política de compartilhamento de dados, mas em sua maioria eram políticas facultativas que não indicavam métodos de compartilhamento ou traziam especificações para organização e preparação dos <i>datasets</i> .
Butler, Currier e Lillard (2021)	Identificar se e como as políticas editoriais abordavam o compartilhamento e a preservação de dados	184 periódicos de Economia selecionados entre os mais bem ranqueados no JCR, Google Scholar, IDEAS/RePEc.	Cerca de 77% dos periódicos da amostra recomenda o compartilhamento de dados e indica um método de compartilhamento, mas poucos abordam a preservação.
Schöpfel e Kergosien (2021)	Investigar a adesão das políticas editoriais aos TOP <i>Guidelines</i>	95 periódicos da área de Comunicação e Ciência da Informação	Um terço da amostra possuía políticas de compartilhamento de dados, códigos e materiais de pesquisa. De todas as práticas de ciência aberta avaliadas, as de compartilhamento de dados, códigos e materiais essas as mais recorrentes na amostra.

Silveira, Silva e Barbosa (2023)	Identificar a presença e as características de políticas de compartilhamento de dados nos periódicos	46 periódicos do estrato A1 do Qualis-Periódicos Capes da área de Comunicação e Informação	Mais da metade (52%) das publicações possuía alguma política para o compartilhamento de dados de pesquisa; com exceção de um periódico, todos os demais apenas encorajam o compartilhamento de dados; menos da metade continha orientações sobre como citar aos dados. No geral, as políticas são facultativas e pouco específicas.
Dias (2024)	Identificar a presença e as características de políticas de compartilhamento de dados nos periódicos	47 periódicos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas da coleção Scielo em 2022	Cerca de 34% da amostra possui alguma política de compartilhamento de dados, sendo a maioria facultativa e pouco específica.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Do ponto de vista do desenho da pesquisa e dos métodos de coleta e análise de dados empregados, a maioria dos estudos revisados adota o formato de estudo de corte transversal, trabalha com amostras de periódicos selecionados com base em algum indicador de prestígio – geralmente, o fator de impacto informado pelo Journal Citation Report (JCR) – e utiliza pesquisa documental e análise de conteúdo temática das instruções aos autores extraídas das páginas eletrônicas dos periódicos. Exceção é feita ao estudo de Herdon e O'Reilly (2016), que faz um estudo longitudinal das políticas de compartilhamento de dados em uma amostra de 100 periódicos observada em 2015 e 2003. Essas características metodológicas verificadas na literatura revisada coincidem com os achados da revisão sistemática realizada por Malicki *et al.* (2021).

Com relação aos principais achados reportados, os estudos revisados apontam que a adoção de políticas de compartilhamento vem crescendo nas ciências sociais, mas de forma bastante heterogênea entre as áreas. Isso fica claro nos resultados contrastantes encontrados por Feeney (2018) e Schöpfel e Kergosien (2021): enquanto o primeiro não encontrou adesão aos TOP *Guidelines* entre publicações de Psicologia Organizacional, os segundos encontraram adesão a diretrizes de abertura de dados em um terço da amostra de títulos de Comunicação e Ciência da Informação. Nesse sentido, corroboram-se as diferenças disciplinares no compartilhamento de dados apontadas por outros autores, como Tedersoo *et al.* (2021), Tal-Socher e Zideman (2020) e Resnik *et al.* (2019).

Em sua maioria, os estudos revisados também reportam a prevalência de políticas facultativas nas ciências sociais em geral, corroborando os achados de Tal-Socher e Zideman

(2020), Malicki *et al.* (2019), Resnik *et al.* (2019), Castro *et al.* (2017) e Blahous *et al.* (2016). Ademais, convergem ao apontar que os periódicos de ciências sociais costumam ter políticas de compartilhamento de dados vagas e pouco detalhadas. Por exemplo, Dosch e Martindale (2020) e Vlaeminck (2021) mencionam que as políticas analisadas nas áreas de gestão e economia, respectivamente, não faziam menção a método ou prazo para o compartilhamento de dados, nem traziam orientações sobre como organizar e preparar os conjuntos de dados para compartilhamento. Observação semelhante fizeram Silveira, Silva e Barbosa (2023) acerca das políticas encontradas nos periódicos de comunicação e ciência da informação, que não orientavam os autores sobre como preparar, citar e licenciar os dados. Ressalte-se que, conforme apontam os resultados do *survey* com autores e editores de várias áreas feito por Christian *et al.* (2020), políticas mal elaboradas e incompletas tendem a orientar os autores de maneira inadequada e a contribuir para a formação de expectativas divergentes por parte de editores e autores sobre como e quando os dados dos artigos devem ser compartilhados.

Embora seja crescente o número de estudos sobre as políticas editoriais de compartilhamento de dados dos periódicos de ciências sociais, foram encontrados poucos estudos abordando a situação das publicações da área de economia, quer brasileiras, quer estrangeiras. Entre os estudos identificados, seis enfocam ou abrangem títulos da área – Crosas *et al.* (2018), Butler, Courier e Lillard (2021), Herdon e O'Reilly (2016), Vlaeminck (2021), Vlaeminck e Herrmann (2015) e Dias (2024) – sendo que apenas este último inclui publicações brasileiras. O estudo de Diaz e Postali (2019) também enfoca periódicos brasileiros de economia, mas trata de políticas editoriais voltadas para ética e integridade em pesquisa, razão pela qual não foi incluído na revisão. Os dois estudos que abordam unicamente títulos de economia têm resultados relativamente parecidos: enquanto Vlaeminck (2021) identificou a ocorrência de políticas de dados em 68% dos 327 periódicos de economia listados no JCR de 2017, Butler, Currier e Lillard (2021) registraram políticas editoriais de dados em 77% dos 184 periódicos de maior prestígio do campo, e ambos constaram que, em sua maioria, se tratava de políticas do tipo facultativa e pouco detalhadas.

Além da escassez de estudos sobre periódicos de economia – especialmente os brasileiros –, outra lacuna identificada na literatura diz respeito a estudos com comparações internacionais. Jeong (2020) fez um estudo comparativo sobre políticas de dados em periódicos brasileiros, franceses e sul coreanos de todas as áreas do conhecimento, incluindo 11 publicações nacionais das ciências sociais; os resultados, porém, não foram discutidos por área

do conhecimento, mas de forma agregada por país, e mostraram a baixa prevalência dessas políticas entre os periódicos brasileiros.

Diante desse cenário, a investigação sobre a ocorrência de políticas editoriais de compartilhamento de dados nos periódicos de economia e de perspectiva comparada internacionalmente mostra-se original e necessária, além de estimular a realização de estudos similares em outras áreas das ciências sociais e outros enfoques internacionais, proporcionando um entendimento mais profundo sobre essa prática nessas áreas ainda pouco exploradas no nosso país.

4 METODOLOGIA

Este capítulo descreve a metodologia do estudo e contempla seis subseções, abordando as características gerais, os objetivos e as hipóteses da pesquisa, o campo de estudos e a unidade de análise, o plano amostral, bem como os procedimentos e as técnicas para coleta e análise de dados.

4.1 Características da pesquisa

Este estudo consiste em uma pesquisa quantitativa sobre a ocorrência e as características das políticas editoriais de compartilhamento de dados em periódicos de economia de diferentes países. Do ponto de vista do seu desenho, a pesquisa tem características gerais de um estudo de corte transversal, de estudo documental, de estudo de caso e de estudo comparativo.

Estudos de corte transversal são um tipo de estudo observacional de uma população definida por censo ou amostragem, de natureza estática e caráter geralmente descritivo, em que a coleta de dados para a observação das variáveis é realizada em um dado momento no tempo, gerando uma “fotografia” dos fenômenos de interesse (Zangirolami-Raimundo; Echeimberg; Leone, 2018). Muito comum na área de epidemiologia, este tipo de estudo serve para estimar a prevalência ou a frequência com que determinado evento ou fenômeno se manifesta na população de interesse (Bastos; Duquia, 2007). Esse desenho de pesquisa vem sendo também empregado em estudos de políticas editoriais em periódicos de diferentes áreas, como mostra a caracterização das metodologias dos estudos incluídos na revisão sistemática realizada por Malick *et al.* (2021) e na revisão empírica da presente pesquisa (ver subseção 3.3).

Estudos documentais, conforme apontam Lakatos e Marconi (2003), são aqueles cujas fontes de dados se constituem de documentos e materiais que não foram submetidos a qualquer processamento ou tratamento analítico. No caso do presente estudo, os documentos correspondem às políticas editoriais de compartilhamento de dados de pesquisa dos títulos de economia que se encontram publicadas na página eletrônica de cada periódico.

Estudos de caso são aqueles que estudam um único fenômeno de interesse referente a um único caso (Satyro; D’Albuquerque, 2020). Segundo de Vaus (2001), entre os diversos desenhos possíveis para o estudo de caso, está aquele em que as unidades de observação do fenômeno de interesse para o caso selecionado são analisadas em conjunto e de forma retrospectiva e paralela, com objetivo descritivo. No que concerne à presente pesquisa, o único fenômeno de interesse é a ocorrência das políticas editoriais de compartilhamento de dados e ele é observado para o caso da área de economia. As unidades de observação são os textos das

políticas editoriais dos periódicos publicados nas suas respectivas páginas eletrônicas, analisados em conjunto, de forma paralela e comparativa.

Em função dos objetivos traçados para a pesquisa, as análises realizadas propõem agrupamentos das observações com base em informações geográficas e econômicas dos periódicos da amostra, para fins de comparação entre regiões e grupos econômicos. Nesse sentido, a pesquisa assume também um desenho comparativo. Segundo Bryman (2012), estudos comparativos partem da premissa de que um fenômeno social pode ser mais bem compreendido quando se contrastam duas ou mais ocorrências do fenômeno de interesse, lógica que comporta diferentes níveis e formas de comparação.

4.2 Pesquisa bibliográfica exploratória

Para a elaboração das questões de pesquisa e o desenho da metodologia do presente estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória buscando responder às seguintes perguntas iniciais:

- *Que estudos foram publicados sobre políticas editoriais de periódicos abordando o compartilhamento de dados de pesquisa relacionados aos artigos submetidos?*
- *Quais são as características metodológicas dos estudos publicados sobre essa temática?*
- *Quais são os resultados reportados pelos estudos publicados sobre essa temática?*

Quanto às fontes e ao período das buscas, o levantamento bibliográfico foi realizado entre fevereiro de 2023 e fevereiro de 2025, de forma repetida, nas seguintes bases bibliográficas: Scopus, Web of Science, Dimension.ai e Scielo. Essas bases de dados foram escolhidas devido à sua abrangência e cobertura.

A estratégia de busca combinou levantamentos nas bases de dados com a busca em bola de neve (*snowball search*), sendo esta última etapa realizada sempre após a primeira. Essa combinação de estratégias leva a resultados superiores na identificação de estudos relevantes, conforme sugere Mourão *et al.* (2020).

A busca nas bases de dados procurou pela seguinte combinação de termos nos campos de título, resumo e palavras-chave dos documentos, quando disponíveis:

("*data sharing*" OR "*data transparency*" OR "*data openness*") AND
("*instruction* to authors*" OR "*instruction* for authors*" OR "*editorial
polic**" OR "*journal polic**" OR "*author guideline**")

("abertura de dados" OR "compartilhamento de dados" OR "transparência
de dados") AND ("instruções aos autores" OR "instruções de submissão"
OR "política* editoria*")

A busca em bola de neve procurou por literatura relevante entre as citações e as listas de referências dos estudos encontrados nas bases de dados que atendiam aos critérios básicos de elegibilidade (ver a seguir). De acordo com as diretrizes de busca em bola de neve de Wohlin (2014), os candidatos à inclusão foram identificados da seguinte forma: primeiro, as citações relevantes foram identificadas observando o local da citação no estudo analisado; em seguida, na lista de referências, os títulos e autores dos artigos citados foram verificados; por fim, a referência completa foi buscada na WoS, Scopus, Dimensions ou Scielo, aplicando-se a mesma estratégia de busca aplicada às bases.

Quanto aos critérios de elegibilidade, foram selecionados estudos com base no seu *conteúdo*, para incluir (i) apenas estudos que analisaram políticas editoriais ou instruções aos autores abordando o tema do compartilhamento de dados de pesquisa relacionados às submissões; (ii) estudos que analisaram pelo menos dois periódicos; e (iii) estudos que consideraram periódicos de pelo menos uma das disciplinas das ciências sociais aplicadas, conforme classificação do CNPq (2025), abrangendo Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Turismo; no *tipo de documento*, a seleção se restringiu a preprints, artigos de conferências publicados em anais, capítulos de livros, artigos científicos revisados por pares, artigos curtos de pesquisa (*short papers*) e cartas de comentário; na *data de publicação*, a seleção foi limitada a trabalhos publicados a partir de 1º de janeiro de 2013 até o presente; e no *tipo de acesso*, a seleção incluiu apenas documentos disponíveis em acesso aberto diamante ou dourado via assinatura institucional.

Os estudos elegíveis para revisão foram compilados no Quadro 4 e integram a seção 3.3.2.

4.3 Questões de pesquisa, objetivos e hipóteses

Do ponto de vista dos seus objetivos, este estudo é do tipo descritivo. Seu objetivo geral é identificar a ocorrência e descrever as características das políticas editoriais com foco em compartilhamento de dados de pesquisa em periódicos da área de economia, identificando

semelhanças e diferenças entre eles, de uma perspectiva comparada internacional. Como objetivos específicos, o estudo se propõe a: descrever características institucionais dos periódicos; descrever características das políticas editoriais, se existentes; identificar semelhanças e diferenças entre os periódicos considerando as características das publicações e das políticas; e investigar associações entre características das políticas e dos periódicos.

O Quadro 5 apresenta as questões de pesquisa que norteiam a investigação e suas respectivas hipóteses:

Quadro 5 – Questões e hipóteses da pesquisa

Questão de pesquisa	Hipótese
Q1: Os periódicos da área de economia possuem políticas de compartilhamento de dados?	H1: A maioria dos periódicos da área não possui políticas de compartilhamento de dados.
Q2: Quais as características da política editorial de compartilhamento de dados, se existente?	H2.1: A maioria das políticas existentes apenas recomenda o compartilhamento de dados.
	H2.2: A maioria das políticas existentes é pouco específica.
Q3: A ocorrência de política de compartilhamento de dados no periódico tem relação com o tipo de instituição editora?	H3: É maior a probabilidade de ocorrer políticas de compartilhamento de dados em periódicos editados por editoras comerciais.
Q4: A ocorrência de política de compartilhamento de dados no periódico tem relação com o país da instituição editora?	H4: É maior a probabilidade de ocorrer políticas de compartilhamento de dados em periódicos da Europa Ocidental e da América do Norte.
Q5: A ocorrência de política de compartilhamento de dados no periódico tem relação com o estágio de desenvolvimento do país da publicação?	H5: É maior a probabilidade de ocorrer políticas de compartilhamento de dados em periódicos dos países desenvolvidos.
Q6: A ocorrência de política editorial de compartilhamento de dados no periódico tem relação com a visibilidade da publicação?	H6: É maior a probabilidade de haver políticas de compartilhamento de dados em periódicos de maior visibilidade.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para a formulação da hipótese central do estudo (H1), considerou-se que, embora a ocorrência de políticas de compartilhamento de dados em títulos de economia seja cada vez mais frequente, tal como demonstrado por Butler, Currier e Lillard (2021), Vlaeminck (2021), Crosas *et al.* (2018), tais políticas costumam ser prevalentes em periódicos de maior visibilidade, o que foi observado por Resnik *et al.* (2019), Vasilevsky *et al.* (2017) e Alexandre-Benavent *et al.* (2016). Como, no presente estudo, a amostra de periódicos analisados é

composta de títulos com variados graus de visibilidade, acredita-se que a maioria dos periódicos de economia não possua políticas de compartilhamento de dados.

As hipóteses relativas às características centrais das políticas identificadas (H2.1 e H2.2) fundamentam-se nos achados da literatura, como os estudos de Silva e Barbosa (2023), Vlaeminck (2021), Dosch e Martindale (2020), Tal-Socher e Ziderman (2020), Malicki *et al.* (2019), Resnik *et al.* (2019), Castro *et al.* (2017) e Blahous *et al.* (2016), que relevam como as políticas prevalentes nos periódicos das ciências sociais costumam ser facultativas, vagas e pouco detalhadas

A terceira hipótese do estudo (H3), que sugere ser maior a probabilidade de ocorrer políticas de compartilhamento de dados em periódicos de editoras comerciais, baseia-se na observação de que o principal marco referencial para a elaboração e a avaliação de políticas de dados em periódicos – consolidado em Clare *et al.* (2025) – foi construído ao longo de vários anos a partir das políticas adotadas pelas grandes editoras comerciais, como Springer Nature, Wiley e Elsevier. Infere-se, assim, que essas editoras estão à frente das demais no que tange à adoção e à maturidade das políticas editoriais de compartilhamento de dados. Além disso, como essas organizações atuam, sobretudo, nos países da Europa Ocidental (Holanda, Reino Unido e Suíça, entre outros) e nos Estados Unidos, acredita-se que seja maior a probabilidade de os títulos de instituições dessas regiões – que integram o grupo de países desenvolvidos – possuírem políticas de dados, como sugerem as hipóteses 4 e 5 do presente estudo.

Por fim, a hipótese de que tais políticas provavelmente sejam mais frequentes em títulos de maior visibilidade (H6) fundamenta-se na literatura que investigou a relação entre a prevalência de políticas e o fator de impacto das publicações, que inclui os estudos de Rousi e Laakso (2020), Malicki *et al.* (2019), Resnik *et al.* (2019), Vasilevsky *et al.* (2017), Alexandre-Benavent *et al.* (2016), Herndon e O'Reilly (2016), Zenk-Moltgen e Lepthien (2014), Vlaeminck (2013) e Stodden, Guo e Ma (2013, 2012).

4.4 Campo de estudo e amostra

O campo de estudo é formado pelos periódicos científicos de economia. O que define se um periódico pertence ou não à área de economia nem sempre é claro, o que se deve às próprias incertezas, observadas por Ham, Wright e Ye (2023), na delimitação das fronteiras da economia em relação a áreas vizinhas, como finanças, administração e estatística. Os estudos revisados por Malicki *et al.* (2021) e na subseção 3.3 deste documento, por exemplo, definem seus campos empíricos com base na classificação adotada pela coleção ou pelo indexador

utilizado como fonte para seleção dos títulos da amostra, como a Scopus, o Journal of Citation Report (JCR), a Scimago Journal and Country Rank (SJR), o Directory of Open Access Journals (DOAJ) ou a Scielo. As classificações empregadas por essas bases e coleções, no entanto, também estão sujeitas a imprecisões e críticas, como observam Thelwall e Pinfield (2024).

A totalidade de periódicos ativos de economia no mundo também é incerta e depende da base de dados escolhida. Isso ocorre porque, para além dos problemas de classificação apontados acima, as coleções e os indexadores têm diferentes níveis de cobertura do ponto de vista geográfico, disciplinar e institucional – evidenciados nos estudos de Maddi, Maisonnobe e Boukacem-Zeghmouri (2025), Asubiaro, Onaolapo e Mills (2024), Tennant (2020).

No presente estudo, optou-se pelos periódicos ativos classificados na área economia na base de dados do Scimago Country and Journal Rank (SJR). A escolha dessa base se deu em função de quatro fatores principais: o acesso, a qualidade e a atualidade dos dados, e os tipos de informações disponíveis. Primeiro, a base é de acesso livre e aberto, o que permite a consulta e o *download* gratuito das informações. Como a base extrai informações da Scopus, pertencente à Elsevier – empresa privada que investe na construção de metadados para sua coleção –, os dados são padronizados e limpos, sem lacunas no preenchimento e atualizados anualmente. Com relação aos tipos de informações disponíveis, a base SJR fornece informações sobre 24 variáveis acerca dos títulos,²⁰ incluindo a posição de cada publicação no ranking (dividido em quartis) de citações registradas na Scopus, que serve como *proxy* para medir a visibilidade dos periódicos. Apesar de suas qualidades, a base SJR possui limitações decorrentes, sobretudo, da cobertura geográfica da coleção da Scopus (origem dos dados), que é predominantemente constituída de títulos dos países desenvolvidos. Avaliou-se, porém, que, considerando os objetivos da pesquisa, essa limitação é superada pelos atributos positivos de acesso, qualidade e cobertura informacional e pode ser em parte mitigada com a construção de uma amostra estratificada.

Assim, para a presente tese foram considerados os 1.291 periódicos ativos listados no *Journal Rankings* da base SJR classificados na área do conhecimento (*subject area*) “Economia, Econometria e Finanças” no ano de 2023. Essa área inclui títulos em três categorias temáticas: (i) Economia e Econometria, (ii) Economia, Econometria e Finanças (miscelânea), e (iii) Finanças. Essa agregação acaba por abranger revistas de outras áreas do conhecimento,

²⁰ Para uma descrição detalhada da lista completa de variáveis sobre os periódicos, ver <https://www.scimagojr.com/help.php>. SCImago, (n.d.). SJR — SCImago Journal & Country Rank [Portal]. Retrieved Jan. 16, 2024, from <http://www.scimagojr.com>.

como ciências médicas e biológicas, psicologia, engenharia e ciências da terra, que publicam (com frequências variadas) artigos sobre temas da área de economia.

Como o trabalho de campo exigiria uma coleta de dados intensa, realizada manualmente, decidiu-se por coletar e analisar dados de um subconjunto representativo do total de 1.291 periódicos. Optou-se, assim, por uma amostragem do tipo estratificada que, segundo Anderson, Sweeney e Williams (2005), é o processo de dividir os elementos da população em subconjuntos com base em critérios pré-definidos, de modo que cada elemento da população pertença somente a um único grupo. Isso pressupõe que os grupos formados sejam internamente homogêneos, o que aumenta a precisão das estimativas para o conjunto da população.

A amostra estratificada foi desenhada segundo a técnica de amostragem aleatória probabilística estratificada proporcional, realizada com o auxílio de um profissional especializado em estatística.²¹ Segundo Anderson, Sweeney e Williams (2005), nesse tipo de amostragem os estratos são definidos com base em uma característica da população e, em cada um deles, são selecionados elementos em quantidade proporcional ao seu tamanho na população, usando amostragem aleatória simples sem reposição, já que cada elemento pode pertencer a um único estrato.

O plano amostral envolveu dois recortes de estratificação: região geográfica e grupo econômico. Ambos foram construídos a partir da variável “país” oriunda da base SJR e da classificação de países em regiões e grupos econômicos das Nações Unidas chamada *standard M49* (United Nations, 2024). A estratificação por região abrangeu oito estratos: África, Ásia, Europa Oriental, Europa Ocidental, América do Norte, América Latina, Oriente Médio e Pacífico. Já a estratificação por grupo econômico incluiu dois estratos: países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A partir do cruzamento dessas variáveis foram criados 10 estratos de seleção: África - Em desenvolvimento; Ásia – Desenvolvido; Ásia – Em Desenvolvimento; Europa Oriental – Desenvolvido; América Latina e Caribe – Em desenvolvimento; Oriente Médio – Desenvolvido; Oriente Médio – Em Desenvolvimento; América do Norte – Desenvolvido; Pacífico – Desenvolvido; Europa Ocidental – Desenvolvido. Para não resultar em estratos rarefeitos, estabeleceu-se um número mínimo de 10 periódicos por estrato. Caso algum estrato não tivesse o mínimo considerado, optou-se por realizar um censo naquele grupo, o que aconteceu nas regiões da África, Oriente Médio e Pacífico.

²¹ A autora reconhece e agradece a contribuição de Leandro Andraos, profissional do quadro de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na realização deste trabalho. A colaboração com o profissional ocorreu por meio de reuniões virtuais realizadas entre os meses de julho de 2024 e março de 2025.

O dimensionamento amostral foi realizado tendo como objetivo estimar uma proporção (P) de 50% com um determinado coeficiente de variação (CV).²² Como o tamanho da amostra para estimar a proporção tem características de uma função quadrática com concavidade negativa, o valor de $p=50\%$ é tal que maximiza a função utilizada. Assim, o tamanho de amostra (n'_h) de periódicos para um determinado estrato h pode ser calculado de acordo com a fórmula proposta por Cochran (1977):

$$n'_{0h} = \frac{1 - P}{(CV)^2 \times P} \quad (1)$$

$$n'_h = \frac{n'_{0h}}{1 + \frac{n'_{0h}}{N_h}}, \quad (2)$$

Onde:

- n'_h é o tamanho da amostra final considerado;
- P é a proporção estimada da população;
- N_h é o tamanho da população; e
- CV é o coeficiente de variação, expresso como uma fração, que representa a margem de erro relativa em termos da proporção P .

Considerado os objetivos da pesquisa, o cálculo do tamanho amostral foi simulado levando em consideração um CV de 10% em cada estrato final, de forma que os resultados esperados para o nível total geral tenham CV abaixo de 5%.

Assim, a amostra foi inicialmente dimensionada em 338 periódicos para uma população de 1.291 títulos, conforme mostra a Tabela 1 - Distribuição da população e da amostra inicial por a seguir.

Tabela 1 - Distribuição da população e da amostra inicial por região geográfica

Região geográfica	População	Amostra
África	10	10
América do Norte	263	73
América Latina e Caribe	41	30
Ásia	98	60
Europa Ocidental	728	88

²² O CV é a margem de erro da estimativa da proporção e é uma medida adequada da precisão desejada na estimativa da proporção (Anderson; Sweeney; Williams, 2005).

Europa Oriental	130	57
Oriente Médio	7	7
Pacífico	14	13
Total	1291	338

Fonte: Elaboração própria (2025).

Uma vez definida a amostra, passou-se à etapa de validação do cadastro dos periódicos selecionados. Realizada entre 03/09/2024 e 12/09/2024, a validação do cadastro abrangeu três procedimentos: a verificação das informações dos títulos na base de dados do portal do International Standard Serial Number (ISSN);²³ a identificação da página institucional (URL) de cada título; e uma análise crítica da linha editorial de cada publicação para verificar a aderência ao campo da economia. A pesquisa no portal do ISSN teve como objetivo verificar a consistência das informações de cadastro do SJR, notadamente, o nome do periódico, o número de registro no ISSN,²⁴ o nome e o país da instituição responsável pela publicação. A pesquisa das URLs foi realizada por meio de pesquisa simples no Google combinando-se o nome do período com o número do ISSN e teve como objetivo completar o cadastro, visto que essa informação é ausente na base do SJR, embora necessária para a captura do conteúdo das políticas editoriais de interesse. Por fim, a análise crítica das informações de cadastro verificou a aderência dos 388 periódicos selecionados ao campo da economia, com vistas a excluir periódicos de áreas adjacentes muito distantes do *core* da área de interesse. Essa análise foi realizada por meio do exame da linha e do escopo editorial do periódico consultados na página institucional de cada publicação.

A etapa de validação do cadastro resultou na exclusão de 79 títulos da amostra, seja pela impossibilidade de localizar as páginas institucionais das publicações (URLs não encontradas ou indisponíveis), seja pela falta de aderência das respectivas linhas editoriais à área de economia (periódicos muito distantes do *core* da área). Os títulos excluídos pertenciam a todos os estratos geográficos, com exceção do Oriente Médio. Com a exclusão deles, o tamanho da amostra foi reduzido em cerca de 8% para 259 periódicos. A Tabela 2 – Distribuição da população, da amostra inicial e da amostra final por região geográfica mostra a composição inicial e final da amostra considerando os estratos utilizados; o Apêndice A traz a lista completa de títulos.

²³ <https://portal.issn.org/>

²⁴ Muitos títulos possuem mais de um número de registro no ISSN referentes a versões impressas e digitais. Quando o título é adquirido por outro Publisher ou muda de nome, também pode receber outro número de registro.

Tabela 2 – Distribuição da população, da amostra inicial e da amostra final por região geográfica

Região geográfica	População	Amostra inicial	Amostra final
África	10	10	9
América do Norte	263	73	55
América Latina e Caribe	41	30	23
Ásia	98	60	50
Europa Ocidental	728	88	64
Europa Oriental	130	57	45
Oriente Médio	7	7	7
Pacífico	14	13	6
Total	1291	338	259

Fonte: Elaboração própria (2025).

4.5 Coleta dos dados

O material analisado foi constituído de textos sobre as políticas editoriais disponibilizadas na página eletrônica oficial de cada periódico, com o uso da ferramenta de navegação Google Chrome. Conforme Sá-Silva, Almeida e Guidani (2009), trata-se do método de coleta documental, procedimento que se caracteriza pela busca de informações em fontes primárias, isto é, em documentos (materiais de diversos tipos) que não passaram por tratamento científico ou analítico ainda.

Como a amostra incluiu periódicos de diversos países, havia páginas eletrônicas em diferentes idiomas. Os textos foram consultados no idioma principal da página eletrônica do periódico se redigidos em língua inglesa, espanhola e portuguesa. Caso os textos estivessem em outros idiomas, foi utilizada a ferramenta de tradução do Google Chrome para traduzi-los do idioma original para a língua inglesa.

Os textos contendo as políticas foram extraídos manualmente da página do periódico, copiando-se para um arquivo todo o conteúdo disponível nas seções “sobre a revista”, “políticas editoriais”, “instruções aos autores”, “informações aos autores” e similares, gerando-se, para cada periódico, um documento de políticas em formato docx, depois convertido para pdf. Caso o texto das políticas indicasse a existência de um documento separado disponível para *download* contendo ou detalhando as políticas da publicação, esse arquivo foi juntado ao pdf com as políticas do periódico, usando-se um editor de arquivos pdf. Caso o texto das políticas remetesse a uma fonte externa ao periódico (por exemplo, a página da instituição responsável pela publicação) contendo ou detalhando as políticas da publicação, o conteúdo externo foi

copiado para o arquivo com as políticas do periódico usando-se os mesmos procedimentos ora descritos.

A coleta de dados foi realizada entre 03/09/2024 e 20/09/2024.

4.6 Variáveis do estudo

O estudo contemplou 15 variáveis visando à caracterização dos periódicos e das políticas editoriais de compartilhamento de dados e à relação entre características das políticas e dos periódicos. As variáveis são apresentadas no Quadro 6 e descritas na sequência.

Quadro 6 – Variáveis do estudo

Número da variável	Nome da variável	Categorias de resposta
Var.1	Instituição editora	Instituição de Ensino e/ou Pesquisa; Sociedade Científica ou Associação; Editora Comercial; Outro
Var.2	Região geográfica	África; Ásia; América do Norte; América Latina e Caribe; Europa Ocidental; Europa Oriental; Oriente Médio; Pacífico
Var.3	Grupo econômico	País desenvolvido; País em desenvolvimento
Var.4	Modelo de negócios	Dourado; Diamante; Híbrido; Assinatura
Var.5	Visibilidade	Quartil 1; Quartil 2; Quartil 3; Quartil 4
Var.6	Compartilhamento de dados	Sim; Não
Var.7	Grau de exigência	Obrigatório; Opcional; Sob Demanda
Var.8	Declaração de disponibilidade de dados	Sim; Não
Var.9	Tipos de submissões	Sim; Não
Var.10	Tipos de dados	Sim; Não
Var.11	Formatos dos dados	Sim; Não
Var.12	Prazo para compartilhamento	Sim; Não
Var.13	Repositório de dados	Sim; Não
Var.14	Identificador persistente	Sim; Não
Var.15	Princípios FAIR	Sim; Não

Fonte: Elaboração própria (2025).

A variável “instituição editora” (nº 1) buscou identificar e categorizar a instituição responsável por editar, organizar e gerenciar o periódico. A variável abrange quatro categorias (editora comercial, sociedade/associação, instituição de ensino ou pesquisa, e outra) elaboradas a partir das tipologias adotadas por Taskin *et al.* (2024) e Beigel (2024). A categoria “editora comercial” inclui as organizações editoriais e empresas de serviços de informação com fins lucrativos de diversos portes e também as editoras universitárias, como a Oxford University Press e a Cambridge University Press, que atuam como editoras comerciais e geralmente são citadas como parte do oligopólio que domina a indústria, como notam Beigel (2025) e Larivière,

Haustein e Mongeon (2015). A categoria “instituição de ensino e pesquisa” inclui as universidades, faculdades e institutos de pesquisa públicos ou privados, bem como centros e núcleos de estudos vinculados a essas organizações ou independentes. A categoria “sociedade/associação” abrange as sociedades científicas e as associações profissionais e de classe, incluindo aquelas que representam programas de pós-graduação e sindicatos. A categoria “outros” inclui órgãos e agências governamentais, além de bancos centrais, bancos de desenvolvimento e outras instituições financeiras que não têm na pesquisa e na produção editorial suas atividades-fim. A categorização em um desses tipos, no entanto, nem sempre é uma tarefa trivial. Destarte, como observam Gatti (2020) e Budzinski *et al.* (2020), tendo em vista que a indústria de periódicos é muito dinâmica, nem sempre as bases de dados dão conta de registrar mudanças de propriedade e controle envolvendo editoras e títulos, de maneira que a informação disponível pode estar desatualizada. Ademais, não é incomum, como observam Taskin *et al.* (2024) e Clarke (2020), que os títulos sejam produzidos em arranjos cooperativos ou contratuais envolvendo duas ou mais instituições sem que fique claro, na página eletrônica da publicação ou nos registros das bases de dados, qual o papel de cada ente nesse arranjo. Em vista disso, no presente estudo, quando o periódico é produzido por duas ou mais instituições de categorias diferentes, a categorização foi feita com base na instituição que hospeda o título: por exemplo, se o periódico for editado por uma universidade em cooperação com uma sociedade científica ou uma editora comercial, mas o título está hospedado na página da universidade, o título foi atribuído a uma instituição de ensino e pesquisa.

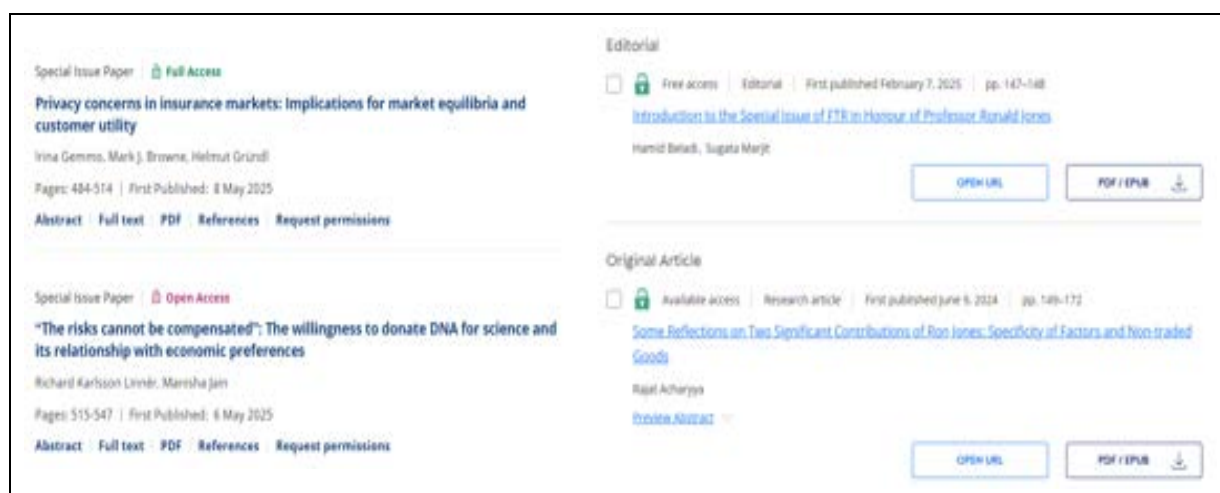
As variáveis “região geográfica” (nº 2) e “grupo econômico” (nº 3) categorizaram o periódico em uma das oito regiões (África, Ásia, América do Norte, América Latina e Caribe, Europa Ocidental, Europa Oriental, Oriente Médio e Pacífico) e dois grupos econômicos (países desenvolvidos e em desenvolvimento) a partir da classificação das Nações Unidas (United Nations, 2024), com base na informação sobre o país de origem da instituição editora que consta no registro das bases consultadas (SJR, primariamente, e ISSN, complementarmente). Também aqui o processo de categorização tem implicações e desafios, decorrentes não só da atualidade da informação disponível nas bases, mas também da própria dinâmica da indústria de periódicos. Como observam Simard *et al.* (2024), mudanças na propriedade e no controle sobre a produção e a distribuição dos títulos alteram sua localização geográfica do ponto de vista formal/legal, mas não do ponto de vista do seu público-alvo, não sendo incomum que a instituição esteja geograficamente localizada em um mercado que não é o da comunidade científica atendida pela publicação.

A variável “visibilidade” (nº 4) utilizou a classificação em quartis feita pela Scimago com base no indicador Scimago Journal and Country Rank (SJR), adotado aqui como proxy para a visibilidade do periódico. O SJR é um indicador que mede o prestígio de um título com base tanto no número de citações recebidas por esse periódico quanto no número de citações recebidas pelos periódicos nos quais aquelas citações originais se originaram; em outras palavras, o SJR mede o prestígio do periódico com base em uma rede de citações e atribui maior valor a citações vindas de periódicos de maior prestígio. Com base nesse indicador, a Scimago classifica os periódicos dentro de cada disciplina em quatro quartis (Q1, Q2, Q3 e Q4), cada um agrupando 25% dos títulos, ordenados em ordem decrescente com base no número de citações: enquanto o Q1 reúne os periódicos com maior número de citações (considerados aqui os de maior visibilidade), o Q4 inclui os periódicos com menor número de citações (considerados aqui os de menor visibilidade). Diversos estudos apontam que, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o indicador SJR é fortemente correlacionado com indicadores similares, como o Journal Impact Factor (JIF) e o Eigenfactor Score (EF), ambos do Journal of Citation Reports (Clarivate, 2024), e o Source Normalized Impact per Paper (SNIP), da Scopus (Salvador-Oliván; Agustín-Lacruz, 2015; Sanmarco; Vázquez; Fariña, 2019). Como argumenta Alves Vieira (2024), apesar das limitações dessas métricas, é razoável inferir que indicadores baseados em citações servem como *proxy* da visibilidade de um trabalho ou publicação.

A variável “modelo de negócios” (nº 5) categorizou os títulos em diamante, dourado, híbrido e assinatura de acordo com as informações fornecidas na página eletrônica de cada publicação. Para a categorização ora adotada, utilizaram-se como referências os trabalhos de Gatti (2020), Piwowar *et al.* (2018) e Bosman *et al.* (2021). Periódicos que publicam em acesso aberto e não trazem qualquer informação sobre cobrança de APC, independentemente do tipo de licença adotada, foram classificados como diamante. Periódicos que disponibilizam todo o conteúdo em acesso aberto e cobram APC ou outras taxas foram classificados como dourados. Periódicos que, em suas páginas eletrônicas, trazem avisos e sinalizações informando “*supports open access*” ou “*accepts open access*” ou “*choose to publish open access*” foram classificados com híbridos. Já distinguir os periódicos dourados dos híbridos foi desafiador do ponto de vista metodológico, já que nem sempre as publicações informam explicitamente qual o modelo de negócios adotado. Quando essa informação não era explícita ou era ausente na página eletrônica do periódico, inferiu-se o modelo de negócios por meio da legenda que consta junto ao ícone, usualmente posicionado ao lado do artigo publicado, que indica o tipo de acesso àquele conteúdo: ícones com legenda “*full access*” e “*available access*” indicam acesso mediante

assinatura, ao passo que ícones com legenda “*open access*” e “*free access*” indicam conteúdo em acesso aberto com cobrança de taxa; dessa maneira, publicações que trazem os dois tipos de legendas foram classificados como híbridos. A Figura 2 ilustra.

Figura 2 – Exemplos de ícones e legendas que indicam periódicos híbridos



Fonte: Elaboração própria (2025) com base nas páginas eletrônicas de periódicos híbridos editados pela John Wiley & Sons e pela Routledge.

A variável-chave do presente estudo é a “compartilhamento de dados” (nº 6) e ela condiciona a observação das outras variáveis de caracterização das políticas (variáveis nº 7 a 15) a partir das evidências textuais dos conteúdos extraídos das páginas eletrônicas das publicações da amostra, conforme procedimentos e critérios descritos na seção 4.7.1 e no Quadro 7 adiante. As categorias de resposta que compõem essas variáveis foram baseadas na revisão da literatura apresentada na seção 3.3.1, que trata das características das políticas de compartilhamento de dados. A variável “grau de exigência” (nº 7) classificou a prática de abrir dados como obrigatória, opcional ou sob demanda, identificando se, nos periódicos investigados, compartilhar os dados de pesquisa relacionados aos artigos submetidos é uma exigência, é uma recomendação ou pode ser feito a critério das pessoas autoras sob a demanda de interessados. A variável “declaração de disponibilidade de dados” (nº 8) identificou se a política prevê a inclusão de uma declaração de disponibilidade de dados nos artigos com dados a compartilhar (resposta “sim”). A variável “tipos de submissões” (nº 9) buscou captar se o periódico restringe a prática de abrir dados a determinados tipos de submissões (resposta “sim”) como, por exemplo, artigos de pesquisa, artigos de revisão, artigos de pesquisa empírica etc. As variáveis “tipos de dados” e “formatos dos dados” (nº 10 e 11) procuraram identificar se a política especifica os tipos de dados a serem compartilhados e os formatos aceitos (resposta “sim”), por exemplo, se abertura diz respeito a dados primários, códigos e scripts e são aceitos formatos como *.csv, *.pdf, *.xls. A variável “prazo para compartilhamento” (nº 12) procurou

identificar se a política indica quando o compartilhamento dos dados pode/deve ocorrer (resposta “sim”), por exemplo, se na submissão do trabalho, durante a revisão por pares, previamente à publicação do trabalho etc. A variável “repositório de dados” (nº 13) identificou se a política menciona o uso de repositório pelas pessoas autoras para compartilhar os dados dos artigos (resposta “sim”) e a variável seguinte, “identificador persistente” (nº 14), se a política menciona a atribuição de identificador persistente ao conjunto de dados compartilhado. Já a variável nº 15 observou se há menção aos “princípios FAIR” no texto das políticas.

4.7 Análise dos dados

O estudo realizou três tipos de análise dos dados utilizando as variáveis apresentadas no Quadro 6 – Variáveis: uma análise de conteúdo, uma análise estatística de associações e uma análise estatística de regressão. As subseções seguintes descrevem cada uma delas, com suas etapas e procedimentos.

4.7.1. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo atendeu ao objetivo específico de caracterizar os periódicos e as políticas identificadas na amostra investigada e, com isso, responder às questões nº 1 e 2 da pesquisa: *Os periódicos da área de economia possuem políticas de compartilhamento de dados? Quais as características da política editorial de compartilhamento de dados, se existente?*

Para isso, realizou-se a análise de conteúdo do texto das políticas editoriais. Partindo das definições de Berelson (1952) e Holsti (1969), Bryman (2012) compreende a análise de conteúdo como uma abordagem à análise de documentos e textos (doravante chamados apenas de textos) que busca inferir o conteúdo manifesto das comunicações de forma objetiva e sistemática e quantificar elementos dessas mensagens de acordo com regras previamente definidas. Essa abordagem, observa Campos (2004), pode ser aplicada a textos em formatos diversos, como imagens, vídeos, peças publicitárias e outros.

A análise do conteúdo das políticas editoriais foi realizada em três etapas: codificação, processamento das observações e caracterização dos dados. A seguir, descrevem-se cada uma dessas etapas.

A codificação compreende, segundo Holsti (1969), a transformação dos dados brutos dos textos em unidades que descrevam características pertinentes dos conteúdos. Para Bardin (1977), codificar é atribuir categorias ou códigos a elementos constitutivos dos textos que,

infere-se, servem de indicadores textuais para as variáveis de interesse. Na visão da autora, por meio do recorte, da agregação e da enumeração de elementos dos textos, se constrói uma representação do conteúdo que exprime características das comunicações. No presente estudo, a etapa de codificação foi organizada conforme sugere Bardin (1977) e envolveu três escolhas metodológicas descritas a seguir: a unidade de registro ou análise, as regras de enumeração e as categorias ou códigos.

- a) Quanto à unidade de registro ou análise, adotou-se o *tema* que, segundo Bryman (2012), é uma unidade complexa, de tamanho e composição variáveis, podendo englobar palavras, frases e parágrafos (ou mesmo um documento inteiro) que signifiquem algo (convêm sentido) sobre o objeto de análise. Portanto, neste estudo, foi empregada a análise de conteúdo temática.
- b) Quanto às regras de enumeração, seguindo Bardin (1977), o modo de contagem adotado combinou duas: i) a *presença* ou *ausência* de elementos nos textos que expressem os temas selecionados, isto é, que indiquem a posição do periódico com relação à prática de compartilhamento de dados de pesquisa pelas pessoas autoras das submissões; e ii) a *intensidade* que o elemento presente convém acerca do tema, que, no caso deste estudo, diz respeito ao grau de exigência da política editorial com relação à prática de compartilhamento de dados. Segundo Bardin (1977), a intensidade é avaliada por meio de características dos verbos adotados no texto, como a semântica, o tempo e o modo verbais, assim como pelos tipos de advérbios de modo, adjetivos e outros atributos de qualificação empregados nos textos (ver Quadro 7).
- c) Quanto às categorias temáticas, foram empregadas categorias do tipo apriorística que, segundo Campos (2004) são aquelas definidas a priori – no caso, definidas com base nas variáveis do estudo elencadas no Quadro 6.

Quadro 7 – Termos e expressões buscados para categorização temática

Nome da variável	Termos e expressões		
	Língua portuguesa	Língua inglesa	Língua espanhola
Compartilhamento de dados	compartilhamento OU transparência OU abertura de dados OU códigos OU materiais; dados abertos	data OU code OU research material sharing OU transparency OU availability; open data	transparencia OU apertura de datos OU códigos OU materiales de investigación OU datos abiertos OU en abierto

Grau de exigência	dever; requerer; exigir; encorajar; incentivar precisar; obrigatório; opcional; a critério; à escolha; sob demanda; se OU quando exigido OU requerido OU solicitado	must; should; provide; require; agree to; request; expect; mandatory; oblige; upon request;	alimentarse; deber; poner a disposicion; a peticion; invitar; proporcionar acceso
Declaração de Disponibilidade de dados	declaração de disponibilidade; disponibilidade de dados; declaração dos dados empregados	data availability statement OU declaration	declarar OU declaracion de disponibilidad; disponibilidad de datos
Tipos de submissões	artigos OU papers OU trabalhos OU manuscritos; todas as submissões; artigos empíricos	all submissions; empirical OU original OU experimental OU simulation OU research articles OU papers; articles OU papers with any empirical OU experimental work OU simulations;	artículos; papers; manuscritos
Tipos de dados	dados de investigação OU de pesquisa OU brutos OU primários; códigos; protocolos; questionários; materiais de pesquisa OU investigação;	raw OU primary OU original OU processed data; codes; protocols; survey instrument; research data OU materials;	datos de investigacion OU de pesquisa OU brutos OU primarios; codigos; protocolos; formularios; materiales OU procedimientos de investigacion
Formatos dos dados	Formatos; extensões	data types; standard file formats; open OU non-proprietary formats; file size OU formats OU extensions; links; separate file; replication package; sufficient details to permit replication; descriptive caption; read me file; information template; documentation	accesibles; utilizables; documentacion; procedencia
Prazo para compartilhamento	na OU durante a submissão; junto ao artigo; antes da OU após a publicação; no OU previamente ao aceite	upon OU at submission; during peer review; prior to acceptance; make available to editors OU referees OU readers; at the same time as OU alongside the article; at any stage of the publication process;	despues de su OU la publicacion; en la autorizacion de publicacion
Repositório de dados	repositório	repository; repositories	repositorio
Identificador persistente	identificador persistente; DOI; PID	persistent identifier; DOI; PID	identificador persistente; DOI; PID

Princípios FAIR	FAIR; localizável, acessível, interoperável e reutilizável	FAIR; findable, accessible, interoperable, and reusable;	FAIR; encontrable, accesible, interoperable y reutilizable
------------------------	--	--	--

Fonte: Elaboração própria (2025).

A codificação compreendeu a busca ativa dos temas nos textos, seguida da categorização temática, ou seja, da atribuição dos códigos aos trechos contendo os termos e expressões que, infere-se, representam os temas, servindo de indicadores textuais para as variáveis de interesse. Essa etapa foi realizada entre 21/09/2024 e 31/10/2024 utilizando-se o software MAXQDA.

A etapa de processamento das observações compreendeu a revisão da codificação de cada documento de políticas, seguida do registro, em uma planilha do MS Excel, dos resultados atribuídos a cada periódico relativamente a cada uma das variáveis do estudo. Para a revisão da codificação, foram consultadas a página eletrônica da respectiva publicação e o portal do ISSN em busca de informações complementares e para dirimir dúvidas quanto às variáveis, quando aplicável. Esses procedimentos foram realizados utilizando-se o software MAXQDA (versão 24.4.1) e o MS Excel (versão do Microsoft 365) entre 10/11/2024 e 17/12/2024.

A etapa de caracterização e síntese dos resultados descritivos envolveu a elaboração de estatísticas descritivas de frequência para as respostas às variáveis de caracterização das publicações e das políticas. Essa etapa foi realizada entre 07/01/2025 e 22/01/2025 com o auxílio dos softwares MAXQDA (versão 24.4.1) e MS Excel (versão do Microsoft 365).

4.7.2. Análise estatística de associações

A análise estatística de associações teve por objetivo investigar a força da associação entre as variáveis visando responder às questões da pesquisa apresentadas no

Quadro 8.

Quadro 8 – Questões de pesquisa e variáveis usadas na análise estatística de associações

Questão de pesquisa	Pares de variáveis selecionadas
Q3: A existência de política editorial de compartilhamento de dados no periódico tem relação com o tipo de instituição responsável pela publicação?	Compartilhamento de dados Instituição editora

Q4: A existência de política editorial de compartilhamento de dados no periódico tem relação com o país da instituição responsável pela publicação?	Compartilhamento de dados Região geográfica
Q5: A existência de política editorial de compartilhamento de dados no periódico tem relação com o estágio de desenvolvimento do país da publicação?	Compartilhamento de dados Grupo econômico
Q6: A existência de política editorial de compartilhamento de dados no periódico tem relação com a visibilidade da publicação?	Compartilhamento de dados Visibilidade do periódico

Fonte: Elaboração própria (2025).

A análise estatística de associações foi realizada em duas etapas, entre 22/01/2025 e 20/02/2025, com o auxílio de um profissional especializado em estatística e do software R (pacote *survey*).²⁵ Primeiro, aplicou-se o teste de independência do Qui-Quadrado de Rao-Scott para verificar se havia associação entre as variáveis selecionadas. Segundo Anderson, Sweeney e Williams (2005), testes do Qui Quadrado são amplamente utilizados para determinar a associação ou a independência entre duas variáveis categóricas – que é o caso do presente estudo –, sendo o teste de Qui Quadrado de Rao-Scott o mais adequado para estudos que utilizam plano amostral complexo – que é o caso do presente estudo –, pois permite, segundo Lipsitz *et al.* (2015), ajustar os graus de liberdade para refletir melhor a estrutura amostral, evitando a subestimação dos erros-padrão e aumentando a confiabilidade da análise. O teste de Qui Quadrado de Rao-Scott indica que há uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis quando o p-valor encontrado for menor ou igual ao nível de significância de 5% (0,05).

A etapa seguinte foi a estimação do coeficiente (ou V) de Cramer, uma medida estatística empregada para determinar a força de associação entre duas variáveis em uma tabela de contingência (isto é, que classifica as variáveis em categorias distintas). Como observam Anderson, Sweeney e Williams (2005), esse método é utilizado em diferentes áreas do conhecimento e tem a vantagem de se ajustar a tabelas não quadradas, mostrando-se mais adequado a planos amostrais complexos, como o do presente estudo. Baseado no Qui-Quadrado, o cálculo do coeficiente de Cramer é dado pela fórmula (3) a seguir, na qual χ^2 é a

²⁵ A autora reconhece e agradece a contribuição de Leandro Andraos, profissional do quadro de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na realização deste trabalho. A colaboração com o profissional para desenvolvimento da análise estatística de associações envolveu a realização de reuniões virtuais e correspondências por e-mail e Whatsapp durante os meses de janeiro e fevereiro de 2025.

estatística do teste Qui-Quadrado; N é o tamanho total da amostra; e k é o menor número de categorias entre as variáveis (linhas ou colunas da tabela de contingência). Também aqui, o método empregado levou em consideração os pesos amostrais, uma vez que o estudo utilizou plano amostral complexo.

$$V = \sqrt{\frac{\chi^2}{N (K - 1)}} \quad (3)$$

A interpretação do coeficiente é bem direta: um valor próximo de 0 indica fraca ou nenhuma associação entre as variáveis selecionadas; um valor próximo de 1 sugere uma associação forte entre as variáveis; e valores intermediários (de 0,3 a 0,6) indicam associação moderada entre as variáveis.

Embora os resultados do teste de Cramer indiquem a força de associação entre os pares de variáveis testadas, a força dessa associação pode não ser homogênea para todas as categorias de respostas de cada variável testada. Dessa forma, com base nos resultados do teste de Cramer, foram elaboradas visualizações com os resultados para cada par de variáveis testadas (compartilhamento de dados/instituição editora, compartilhamento de dados/região geográfica, compartilhamento de dados/grupo econômico, compartilhamento de dados/visibilidade do periódico) que permitam examinar o equilíbrio na distribuição das respostas e identificar se há tendência (ou influência) em direção a uma resposta ou outra.

4.7.3. Análise estatística de regressão

A regressão é, de acordo com Gujarati e Porter (2011), uma técnica de análise estatística que modela a relação entre uma variável dependente ou de resposta e variáveis independentes ou explicativas, havendo vários tipos de modelos de regressão. Como observam os autores, a regressão logística estima a probabilidade de ocorrência de determinado evento dicotômico a partir de um conjunto de variáveis independentes categóricas (Gujarati; Porter, 2011). Segundo Fernandes *et al.* (2020), a regressão logística binomial é a mais adequada quando se trata de dados categóricos e variáveis dependentes dicotômicas, como o caso do presente estudo, que tem como variável dependente a ocorrência de política de compartilhamento de dados nos periódicos de economia. Essa técnica usa a função *logit*, descrita a seguir, para transformar a variável dependente (0 ou 1) em uma probabilidade cujos valores devem recair dentro do intervalo entre 0 e 1:

$$\log\left(\frac{p}{1-p}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n \quad (4)$$

Em (4), p é a probabilidade de o evento ocorrer; β_0 é o intercepto; β_n corresponde aos coeficientes do modelo; e X_n compreende as variáveis independentes.

Os coeficientes do modelo logístico representam o efeito das variáveis explicativas sobre a chance de o evento ocorrer (variável dependente), e cada coeficiente indica a direção e a magnitude desse efeito na forma de uma razão de chances (*odds ratio*) em relação a uma variável tomada como referência (chamada de intercepto). Quando o coeficiente resultar positivo (>1), isso significa que a variável independente ou explicativa aumenta a probabilidade (a razão de chances) de o evento ocorrer; quando negativo (<1), as chances são menores. Com isso, estima-se diretamente o impacto de cada variável explicativa sobre a variável de resposta.

O Quadro 9 a seguir mostra as variáveis testadas no modelo de regressão logística.

Quadro 9 – Análise de regressão logística: variáveis selecionadas

Tipo da variável no modelo	Nome da variável	Categorias de resposta
Variável dependente	Compartilhamento de dados	Sim; Não
Variável independente	Instituição editora	Instituição de ensino e/ou pesquisa; Sociedade científica ou associação; Editora comercial; Outro
Variável independente	Região geográfica	África; América do Norte; América Latina e Caribe; Ásia; Europa Ocidental; Europa Oriental; Oriente Médio; Pacífico
Variável independente	Grupo econômico	País desenvolvido; País em desenvolvimento
Variável independente	Visibilidade do periódico	Q1; Q2; Q3; Q4

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para avaliar a qualidade do ajuste do modelo, isto é, o quão bem o modelo elaborado representa os dados analisados e assim assegurar sua validade preditiva, podem se aplicar diferentes métricas. No presente estudo, essa avaliação foi realizada empregando-se três métricas estatísticas: a redução dos desvios (*deviance*), a análise dos resíduos e o critério de informação de Akaike (AIC). Segundo Agresti (2008), enquanto o desvio mostra como o modelo elaborado se compara a um modelo perfeito, a análise dos resíduos mostra a diferença entre os valores observados e os previstos, refletindo discrepâncias nas probabilidades estimadas. Já o AIC busca equilibrar a simplicidade do modelo (expressa no menor número de

parâmetros) com a qualidade do ajuste (maior verossimilhança, isto é, o quão bem se ajusta aos dados).

A análise de regressão foi realizada entre 07/03/2025 e 08/04/2025, com o auxílio de um profissional especializado em estatística e do software R (pacote *survey*).²⁶

O conjunto completo dos dados deste estudo está disponível para consulta e download no Zenodo (<https://doi.org/10.5281/zenodo.21255328>).

²⁶ A autora reconhece e agradece a contribuição de Leandro Andraos, profissional do quadro de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na realização deste trabalho. A autora reconhece e agradece a contribuição de Leandro Andraos, profissional do quadro de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na realização deste trabalho. A colaboração com o profissional para desenvolvimento da análise estatística de regressão envolveu a realização de reuniões virtuais e correspondências por e-mail e Whatsapp durante os meses de março e abril de 2025.

5 RESULTADOS

Este capítulo traz os resultados da investigação sobre as políticas de compartilhamento de dados nos periódicos de economia investigados. Os dados são apresentados em quatro blocos: o primeiro é dedicado à caracterização dos periódicos da amostra; o segundo traz os resultados relativos à ocorrência das políticas de compartilhamento de dados nos periódicos; o terceiro aborda os fatores que influenciam a ocorrência das políticas de interesse; e o quarto e último bloco faz o detalhamento das políticas de compartilhamento de dados identificadas. As sinopses estatísticas, contendo os resultados completos, são apresentadas no Apêndice C.

5.1. Caracterização dos periódicos de economia

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos 259 periódicos de economia segundo o tipo de instituição editora, o modelo de negócios e a visibilidade das publicações. Observa-se que a amostra é composta majoritariamente de títulos publicados por editoras comerciais (53%) e universidades ou institutos de pesquisa (30%). A participação das sociedades e associações – em sua maioria, organizações com atuação no campo acadêmico – é tímida, respondendo por menos de 13% da amostra. Minoritários na amostra, os outros tipos de instituições editoras de periódicos de economia incluem bancos de desenvolvimento, órgãos governamentais com atuação no campo da economia – como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Governo Federal brasileiro –, *think tanks* e empresas de mídia especializada.

Tabela 3 – Distribuição de periódicos de economia segundo características das publicações, 2024 (em quantidade e percentual) (n=259)

Características dos periódicos	Total	%	Características dos periódicos	Total	%
Tipo de instituição			Região geográfica		
Associação / sociedade	33	12,7	África	9	3,5
Editora comercial	137	52,9	América do Norte	55	21,2
Univer. / Instituto de pesquisa	77	29,7	América Latina e Caribe	23	8,9
Outro	12	4,6	Ásia	50	19,3
Modelo de negócios			Europa Ocidental	64	24,7
Assinatura	15	5,8	Europa Oriental	45	17,4
Diamante	80	30,9	Oriente Médio	7	2,7
Dourado	72	27,8	Pacífico	6	2,3
Híbrido	92	35,5	Grupo econômico		
Visibilidade			Desenvolvido	185	71,4
1° Quartil	62	23,9	Em desenvolvimento	74	28,6
2° Quartil	55	21,2			
3° Quartil	72	27,8			
4° Quartil	70	27,0			
			TOTAL	259	100,0

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao todo, os títulos da nossa amostra são editados por 146 instituições diferentes, que publicam em média 1,77 título cada.²⁷ Porém, quatro instituições – todas editoras comerciais – concentram 29,7% (n=77) dos títulos investigados: Elsevier e Springer Nature (21 títulos cada), Wiley (19) e Sage (16). Outras 19 instituições (ou 13%) publicam de dois a sete títulos cada, sendo responsáveis por 23% dos títulos da amostra (n=59), ao passo que 84% das instituições (n=123) editam apenas um título cada, mas respondem por quase 48% da amostra de periódicos investigados.

Com relação ao modelo de negócios adotado pelas publicações – se assinatura, AA dourado, AA diamante ou híbrido –, a Tabela 3 mostra que a distribuição encontrada é relativamente equilibrada entre títulos diamantes (30,9%), dourados (27,8%) e híbridos (35,5%), mas conta com participação tímida dos títulos de assinatura (5,8%).

Com relação à visibilidade dos periódicos – medida por meio dos quartis do SJR²⁸ –, Tabela 3 mostra que a distribuição dos 259 títulos entre os quartis ficou equilibrada, mas com leve predominância de títulos do 3º e 4º quartis (58%), considerados os de menor visibilidade. Quando a classificação em quartis é considerada à luz das instituições responsáveis pelas publicações, vê-se que, na presente amostra, 83% dos 62 periódicos do 1º quartil são publicados por editoras comerciais (17 ou 32,5% deles da Elsevier), ao passo que 54% dos 70 títulos do 4º quartil são de instituições universitárias.

A **Tabela 4** traz a distribuição percentual dos periódicos por região geográfica e grupos econômicos, segundo o tipo de instituição editora, o modelo de negócios e visibilidade da publicação. Os dados revelam que os periódicos de editoras comerciais são a maioria entre os países desenvolvidos (61%), notadamente os da América do Norte (80%) e da Europa Ocidental (92%), ao passo que, nos países em desenvolvimento, predominam publicações de universidades e institutos de pesquisa (46%), especialmente na América Latina e Caribe (74%). No presente estudo, 71% dos títulos da Europa Oriental são editados por instituições universitárias – percentual muito semelhante ao encontrado para a América Latina e Caribe. Com relação aos resultados para os países da África, na nossa amostra encontrou-se leve

²⁷ O Apêndice B traz a lista das instituições com o respectivo número de títulos na amostra.

²⁸ A classificação em quartis é feita pela Scimago com base no indicador Scimago Journal and Country Rank (SJR), que expressa uma média ponderada do número de citações recebidas em um ano pelos documentos publicados num dado periódico nos três anos anteriores. Com base nesse indicador, a Scimago classifica os periódicos dentro de cada disciplina em quatro quartis (Q1, Q2, Q3 e Q4), cada um agrupando 25% dos títulos, ordenados em ordem decrescente com base no número de citações: enquanto o Q1 reúne os periódicos com maior número de citações (considerados aqui os de maior visibilidade), o Q4 inclui os periódicos com menor número de citações (considerados aqui os de menor visibilidade).

preponderância de editoras comerciais (44%), seguida das sociedades/associações (33%) e das instituições universitárias (22%).

Tabela 4 – Distribuição de periódicos de economia por tipo de instituição editora, modelo de negócios e visibilidade, segundo regiões geográficas e grupos econômicos, 2024 (em percentual)

Características das publicações	Região geográfica								Grupo econômico	
	AF (n=9)	AN (n=55)	ALC (n=23)	AS (n=50)	EC (n=64)	EO (n=45)	OM (n=7)	PA (n=6)	DES (n=185)	EMD (n=74)
Tipo de instituição										
Associação / sociedade	33,3	9,1	4,3	24,0	6,3	15,6	14,3	0,0	12,4	13,5
Editora comercial	44,4	80,0	8,7	38,0	92,2	11,1	28,6	33,3	61,1	32,4
Univer./Inst. de pesquisa	22,2	7,3	73,9	32,0	1,6	71,1	42,9	33,3	23,2	45,9
Outro	0,0	3,6	13,0	6,0	0,0	2,2	14,3	33,3	3,2	8,1
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Modelo de negócios										
Assinatura	11,1	10,9	4,3	8,0	3,1	2,2	0,0	0,0	5,4	6,8
Diamante	0,0	10,9	91,3	28,0	7,8	60,0	42,9	66,7	25,9	43,2
Dourado	77,8	32,7	4,3	34,0	10,9	37,8	57,1	16,7	26,5	31,1
Híbrido	11,1	45,5	0,0	30,0	78,1	0,0	0,0	16,7	42,2	18,9
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Visibilidade										
1º Quartil	0,0	47,3	4,3	4,0	39,1	11,1	14,3	33,3	31,4	5,4
2º Quartil	22,2	27,3	8,7	22,0	28,1	11,1	28,6	0,0	22,2	18,9
3º Quartil	11,1	18,2	8,7	42,0	18,8	53,3	0,0	33,3	28,6	25,7
4º Quartil	66,7	7,3	78,3	32,0	14,1	24,4	57,1	33,3	17,8	50,0
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Notas: AF – África; AN – América do Norte; ALC – América Latina e Caribe; AS – Ásia; EC – Europa Ocidental; EO – Europa Oriental; OM – Oriente Médio; PA – Pacífico; EMD – Países em desenvolvimento; DES – Países desenvolvidos.

Fonte: Elaboração própria (2025).

A **Tabela 4** também mostra a distribuição dos títulos por região e grupo econômico segundo o modelo de negócios das publicações. Vê-se que os periódicos dourados são dominantes nos países da África (78%) e do Oriente Médio (57%); os diamantes têm maior participação no conjunto dos países em desenvolvimento (43%), de maneira geral, e nos países da América Latina e Caribe (91%), do Pacífico (67%) e da Europa Oriental (60%), de maneira específica; enquanto os periódicos híbridos predominam nos países da América do Norte (45%) e da Europa Ocidental (78%) e no conjunto dos países desenvolvidos como um todo (42%).

Considerando a visibilidade dos títulos das diferentes regiões geográficas (**Tabela 4**), os dados mostram que a América do Norte, a Europa Ocidental e o Pacífico registram a maior participação de títulos no 1º quartil, respectivamente, 47%, 39% e 33% dos periódicos. No outro

extremo, as regiões com maior proporção de títulos no 4º quartil são a América Latina e Caribe (78%), África (67%) e Oriente Médio (57%). Novamente, os países da Europa Oriental apresentam resultados divergentes em relação aos seus vizinhos ocidentais e, no quesito visibilidade, se aproximam dos países da Ásia, com a predominância de publicações no 3º quartil (53% e 42%, respectivamente), seguidas das publicações no 4º quartil (24% e 32%). Quando analisados sob a perspectiva dos grupos econômicos (**Tabela 4**), os resultados revelam que, entre os países desenvolvidos, há leve predominância de publicações do 1º quartil (31%), consideradas as de maior visibilidade, e, entre os países em desenvolvimento, é significativamente maior a participação de títulos do 4º quartil (50%), tidos como os de menor visibilidade.

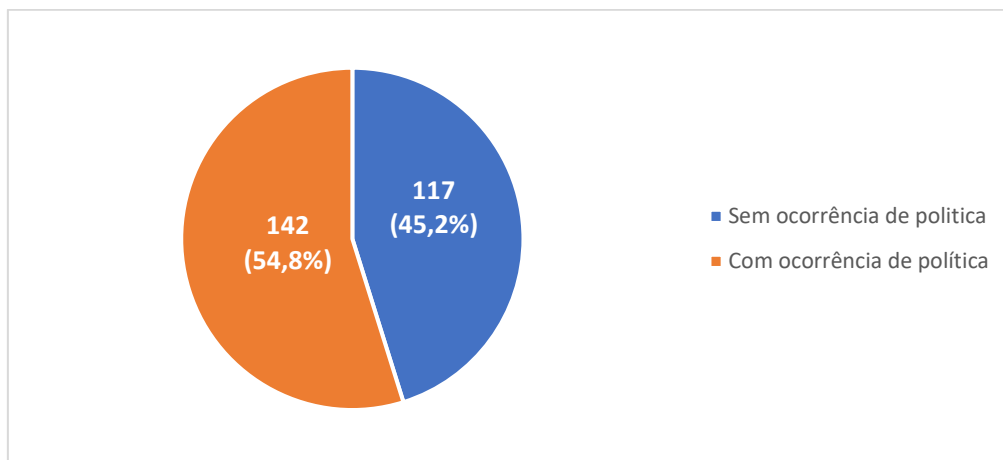
Uma vez caracterizada a amostra, serão apresentados os resultados da investigação sobre a ocorrência das políticas de compartilhamento de dados nos periódicos de economia e as características das publicações que podem influenciá-la.

5.2. Ocorrência de política de compartilhamento de dados nos periódicos de economia

Esta seção aborda a pergunta central do estudo, que questiona se *os periódicos da área de economia possuem políticas de compartilhamento de dados* (Q1), e examina a hipótese de que *a maioria dos periódicos de economia não possui políticas de compartilhamento de dados* (H1). Para testar essa hipótese, realizou-se a análise de conteúdo dos textos das políticas e verificou-se a frequência de respostas “sim” para a variável “compartilhamento de dados” (nº 6). A hipótese foi considerada confirmada se foi detectada a ocorrência da política de interesse (resposta “sim”) em pelo menos 50% dos periódicos de economia investigados.

O resultado mostrado na Figura 3 refuta a hipótese H1 desta tese, uma vez que 54,8% dos periódicos de economia investigados possuem alguma política de compartilhamento de dados. Esse percentual, no entanto, é menor do que os encontrados por Vlaeminck (2021), Butler, Currier e Lillard (2021) e Crosas *et al* (2018) para os títulos da área – respectivamente, 68%, 77% e 74%. E essa diferença pode ser justamente devida à composição das amostras: enquanto os estudos citados analisaram apenas títulos de alto fator de impacto, nossa amostra não se restringiu a títulos de maior visibilidade e incluiu publicações de todos os quartis do SJR, com leve preponderância de títulos dos quartis inferiores (55% dos títulos) e, portanto, de periódicos de menor visibilidade.

Figura 3 – Periódicos de economia com ocorrência de política de compartilhamento de dados, 2024 (em quantidade e percentual)



Fonte: Elaboração própria (2025).

A ocorrência de política de compartilhamento de dados não se dá de forma homogênea dentro da amostra, mas os resultados da **Tabela 5** mostram tendências bastante claras: a maior parte das políticas ocorre em periódicos de editoras comerciais (74%), nas publicações que adotam o modelo híbrido (54%), nos títulos de maior visibilidade (65%, considerando os quartis 1 e 2) e naqueles editados por instituições sediadas na América do Norte (31%), na Europa Ocidental (62%) e em países desenvolvidos (61%).

Com relação ao modelo de negócios, os resultados mostram ampla prevalência de políticas de dados em títulos híbridos, que representam 35,5% da amostra, mas 54% de todos os periódicos com as políticas de interesse; ademais, 83,7% de todas as publicações híbridas analisadas têm políticas de compartilhamento de dados.

No que diz à visibilidade dos periódicos, os resultados mostram a prevalência de políticas de dados em títulos pertencentes ao 1º (37%) e ao 2º (28%) quartil, considerados de maior visibilidade.

Do ponto de vista geográfico, os resultados da **Tabela 5** mostram a prevalência de políticas de dados em periódicos editados em países da América do Norte e da Europa Ocidental – regiões onde 80% e 69% dos títulos, respectivamente, apresentam políticas de dados e onde 80% e 92% dos títulos na amostra são publicações de editoras comerciais. Já quando olhados sob a ótica dos grupos econômicos, os resultados revelam que 61% dos títulos dos países desenvolvidos possuem alguma política de compartilhamento de dados. No entanto, quando desagregados ao nível do país (ver Sinopse Estatística no Apêndice C), vê-se que há nove países

em desenvolvimento (15,2% do total) com ocorrência de políticas de dados, quatro deles com resultado acima da média da amostra, como é o caso de Cingapura (87,5%), Índia (70%), África do Sul (60%) e da Colômbia (57,1%). O Brasil, que possui sete periódicos na amostra, apresenta apenas um periódico (14,3%) com ocorrência da política de interesse. Por outro lado, há 19 países na amostra (41,6% do total) sem qualquer ocorrência de política de dados, dos quais sete pertencem ao grupo dos desenvolvidos: Bélgica, França, Itália, Eslovênia, Hungria, Romênia e Israel.

Assim, embora os resultados revelem a prevalência de políticas de compartilhamento de dados em títulos de economia com determinadas características – publicados por editoras comerciais, com modelo de negócios híbrido, pertencentes a quartis de maior visibilidade, sediados em países desenvolvidos e da América do Norte e Europa Ocidental –, a influência dessas características sobre probabilidade de as políticas de dados ocorrerem pode não ser evidente ou direta, fazendo-se necessário investigá-la mais a fundo.

Tabela 5 – Periódicos de economia com ocorrência de política de compartilhamento de dados por característica das publicações, 2024

Características dos periódicos	Amostra (n=259)	Títulos com políticas (n=142)	Participação na categoria (em %)
Tipo de instituição			
Associação / sociedade	33	16	48,5
Editora comercial	137	105	76,6
Universidade / Instituto de pesquisa	77	20	26,0
Outro	12	1	8,3
<i>Total</i>	<i>259</i>	<i>142</i>	
Modelo de negócios			
Assinatura	15	5	33,3
Diamante	80	24	30,0
Dourado	72	36	50,0
Híbrido	92	77	83,7
<i>Total</i>	<i>259</i>	<i>142</i>	
Visibilidade			
1° Quartil	62	52	83,9
2° Quartil	55	40	72,7
3° Quartil	72	33	45,8
4° Quartil	70	17	24,3
<i>Total</i>	<i>259</i>	<i>142</i>	
Região geográfica			
África	9	4	44,4
América do Norte	55	44	80,0
Ásia	50	27	54,0
Europa Ocidental	64	44	68,8
Europa Oriental	45	15	33,3
Oriente Médio	7	1	14,3
Pacífico	6	2	33,3
América Latina e Caribe	23	5	21,7
<i>Total</i>	<i>259</i>	<i>142</i>	
Grupo econômico			
Desenvolvido	185	113	61,1
Em desenvolvimento	74	29	39,2
<i>Total</i>	<i>259</i>	<i>142</i>	

Nota: Participação na categoria – percentual de títulos com ocorrência da política sobre o total de títulos que apresentam a característica correspondente à categoria.

Fonte: Elaboração própria (2025).

5.3. Fatores de influência sobre a ocorrência de política de compartilhamento de dados nos periódicos de economia

Esta seção aborda as questões de pesquisa a respeito dos fatores que influenciam o fenômeno de interesse, quais sejam: *a ocorrência de política de compartilhamento de dados no periódico tem relação com o tipo de instituição editora (Q3), com o país da instituição editora*

(Q4), com o grupo econômico do país da instituição editora (Q5) e com a visibilidade da publicação (Q6)? Para responder a essas questões, quatro hipóteses foram examinadas: *é maior a probabilidade de haver políticas de compartilhamento de dados em periódicos editados por editoras comerciais* (H3), *em periódicos da Europa Ocidental e da América do Norte* (H4), *em periódicos dos países desenvolvidos* (H5) e *em periódicos de maior visibilidade* (H6).

Para testar as hipóteses, foram utilizados dois testes estatísticos (Qui-Quadrado da Independência e Coeficiente de Cramer) e a técnica de regressão binomial para verificar a força da associação entre as variáveis, identificar tendências entre as categorias de resposta e investigar o efeito das variáveis “instituição editora”, “região geográfica”, “grupo econômico” e “visibilidade do periódico” sobre a probabilidade de ocorrer política de compartilhamento. As hipóteses foram consideradas confirmadas se os coeficientes estimados para as respostas “editora comercial”, “Europa Ocidental” e “América do Norte”, “países desenvolvidos” e “1º quartil” foram maiores do que 1 e do que os encontrados para as respostas das respectivas variáveis (tipo de instituição editora, região geográfica, grupo econômico e visibilidade). Os resultados completos da análise de regressão encontram-se no Apêndice D.

A **Tabela 6** e a **Tabela 7** apresentam os resultados dos testes estatísticos, que mostram ser moderada a força da associação entre a ocorrência de política do compartilhamento de dados e as variáveis “tipo de instituição”, “região geográfica” e “visibilidade do periódico”; já a relação entre a ocorrência da política de compartilhamento de dados e “grupo econômico” foi considerada fraca.

Tabela 6 – Associação entre ocorrência de política de compartilhamento de dados e tipo de instituição editora, região geográfica, grupo econômico e visibilidade: Teste Qui-Quadrado de Independência

Variáveis independentes	Variável dependente: Compartilhamento de dados
Tipo de instituição editora	0,00000637
Região geográfica	0,002399
Grupo econômico	0,000555
Visibilidade	0,000002949

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 7 – Associação entre ocorrência de política de compartilhamento de dados e tipo de instituição editora, região geográfica, grupo econômico e visibilidade: Coeficiente de Cramer

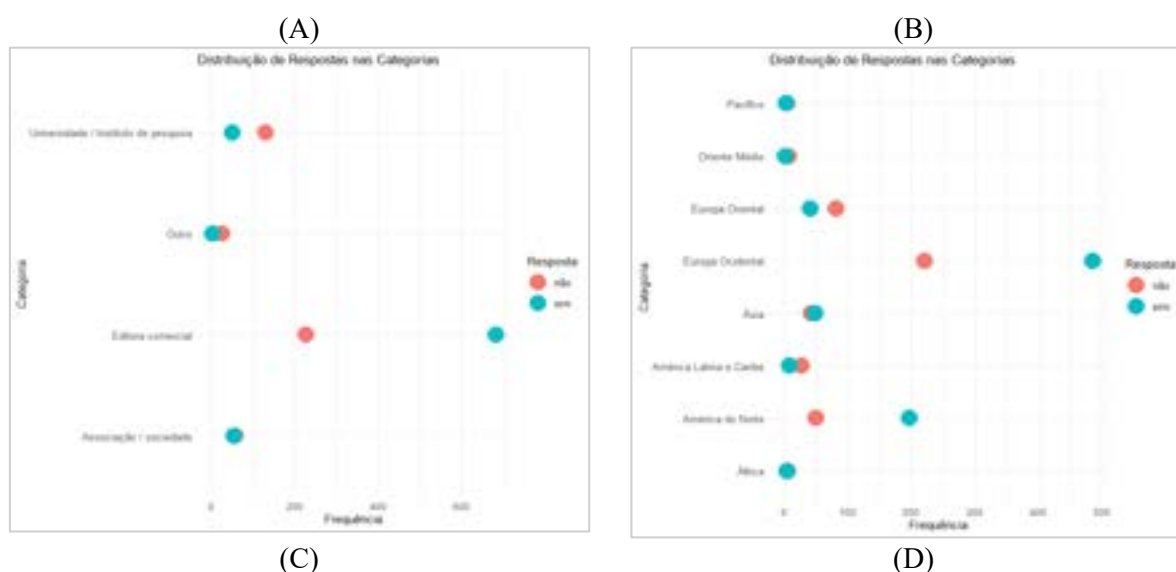
Variáveis independentes	Variável dependente: Compartilhamento de dados	Intepretação
Tipo de instituição editora	0,4105842	Relação moderada

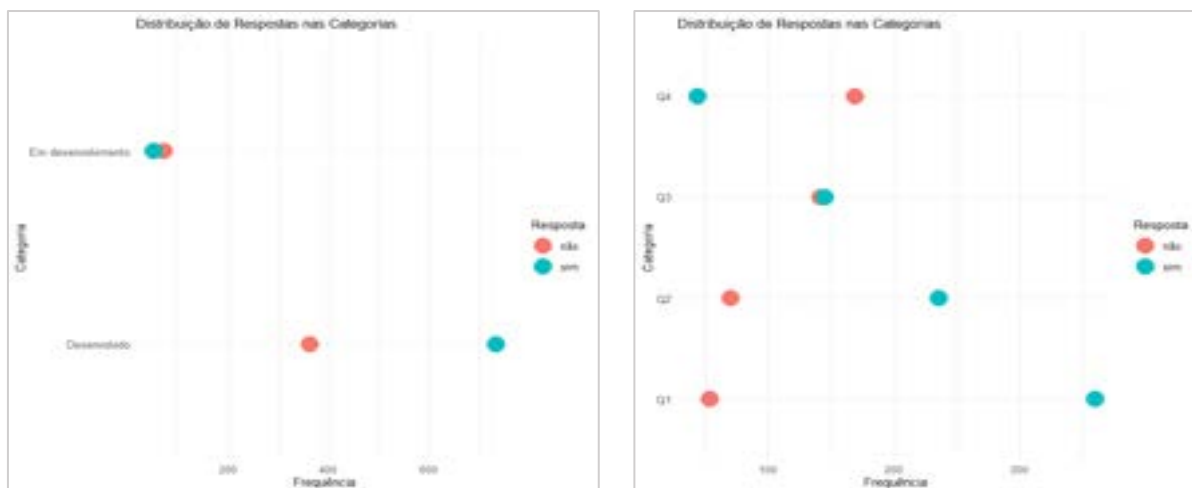
Região geográfica	0,3219832	Relação moderada
Grupo econômico	0,158046	Relação fraca
Visibilidade	0,5090348	Relação moderada

Fonte: Elaboração própria (2025).

A Figura 4 traz as visualizações, elaboradas com base nos resultados do teste de Cramer, que permitem verificar a força da associação entre as categorias das variáveis testadas. Na figura, o eixo vertical traz as categorias das variáveis “instituição editora” (4A), “região geográfica” (4B), “grupo econômico” (4C) e “visibilidade do periódico” (4D), ao passo que os pontos ou bolinhas representam a distribuição das respostas obtidas para cada categoria testada em relação à ocorrência das políticas de compartilhamento: em cada categoria, quando mais próximos os pontos estão uns dos outros, mais equilibrada é a distribuição, indicando que não há uma tendência (ou influência) clara daquela categoria na associação testada; inversamente, quanto maior o distanciamento entre os pontos ou bolinhas, maior é a tendência de a categoria influenciar a resposta, ainda que outros fatores externos possam contribuir para a distribuição dos dados. A visualização dos resultados do teste de Cramer mostra que é mais forte a associação entre a ocorrência de política de compartilhamento e as categorias “editora comercial” (Figura 4A), “Europa Ocidental” e “América do Norte” (Figura 4B), “países desenvolvidos” (Figura 4C) e “Q1” (Figura 4D).

Figura 4 - Associações entre a ocorrência da política de compartilhamento de dados e o tipo de instituição editora (A), a região geográfica (B), o grupo econômico (C) e a visibilidade do periódico (D)





Fonte: Elaboração própria (2025).

Os resultados da análise estatística de regressão logística (ver Figura 7 do Apêndice D) encontraram coeficientes maiores do que 1 para todas as categorias de resposta testadas, com exceção de “Europa Ocidental”, sugerindo ser maior a probabilidade de ocorrerem políticas de dados em periódicos de “editora comercial”, da “América do Norte”, de “países desenvolvidos” e do “1º quartil”. No caso da instituição editora, os resultados indicam que há 9,34 mais chances de ocorrer política de compartilhamento de dados em periódicos de “editoras comerciais” do que naqueles editados por instituições de ensino e/ou pesquisa e quase três vezes mais chances de ocorrer nos editados por sociedade científica ou associação, ambos com significância estatística. No caso da região geográfica, os resultados mostram que a probabilidade de ocorrer política de compartilhamento de dados em um periódico editado na América do Norte é a mais alta entre todas as regiões testadas e que as outras regiões apresentam probabilidade decrescente, nessa ordem: Europa Ocidental, Ásia, África, Europa Oriental, Pacífico, América Latina e Oriente Médio. Sobre a influência do grupo econômico, os resultados apontam influência alta influência da categoria testada: há quase quatro vezes mais chances de ocorrer políticas de compartilhamento de dados em periódicos editados nos países desenvolvidos do que naqueles em desenvolvimento. Já com relação à visibilidade, os testes sugerem que a probabilidade de ocorrer política de compartilhamento de dados em periódicos do 1º quartil é significativamente mais alta do que naquelas dos outros quartis, embora a probabilidade de ocorrer também em títulos do 2º quartil seja estatisticamente significativa. Dessa forma, as hipóteses 3, 5 e 6 do estudo foram integralmente corroboradas pelos resultados, mas a hipótese 4 foi confirmada apenas parcialmente, ainda que não seja estatística irrelevante a probabilidade de ocorrer políticas em títulos da Europa Ocidental comparativamente às demais regiões.

Em resumo, as análises estatísticas mostraram que, na amostra analisada, é maior a probabilidade de ocorrer políticas de compartilhamento de dados em periódicos de economia de editoras comerciais, da América do Norte, dos países desenvolvidos e de maior visibilidade.

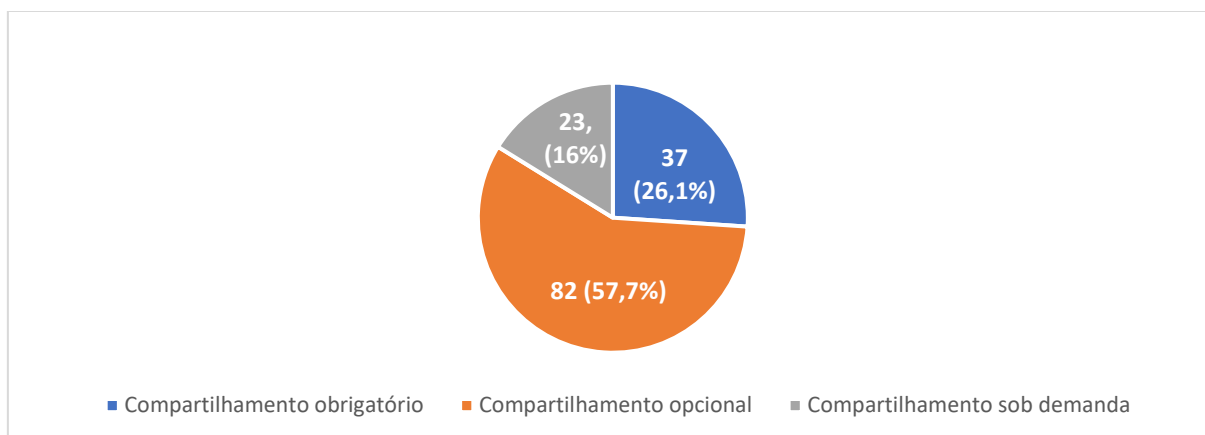
5.4. Caracterização das políticas editoriais de compartilhamento de dados

Este estudo identificou a ocorrência de política de compartilhamento de dados em 55% dos títulos de economia investigados (n=142). As características dessas políticas foram, então, examinadas em resposta à segunda questão de pesquisa, que indaga *quais as características das políticas editoriais de compartilhamento de dados, se existentes*. As hipóteses formuladas supõem que *a maioria das políticas existentes apenas recomenda o compartilhamento de dados* (H2.1) e *é pouco específica* (H2.2). Em outras palavras, além de facultativas ou opcionais, supõe-se que as políticas existentes sejam majoritariamente genéricas, cobrindo apenas uma parte daqueles tópicos usualmente cobertos pelas políticas revisadas na seção 3.3.1.

Para testar a hipótese 2.1, foi utilizada a variável “grau de exigência” (nº 7), que classificou como obrigatória, opcional ou sob demanda a prática de compartilhar os dados de pesquisa relacionados aos artigos submetidos. A hipótese foi considerada confirmada se, em pelo menos 50% dos periódicos com ocorrência de políticas (n=142), as políticas identificadas foram categorizadas como “opcional” e “sob demanda”, de forma agregada. Já o teste da hipótese 2.2 envolveu as variáveis nº 8 a 15, que abordam os tópicos mencionados nas políticas: uso de declaração de disponibilidade de dados; tipo de submissão que precisa ter os dados compartilhados; tipos de dados, códigos e materiais a serem compartilhados; formatos de dados aceitos; prazo para ocorrer o compartilhamento dos dados; uso de identificador persistente; uso de repositórios; e adequação a princípios FAIR. A hipótese foi considerada confirmada se até três dos oito tópicos, independentemente de quais sejam, foram mencionados por pelo menos 50% dos periódicos com ocorrência de políticas (n=142).

A Figura 5 mostra a distribuição de periódicos com ocorrência de políticas de compartilhamento de dados, por grau de exigência das políticas: 57,7% têm políticas que apenas recomendam a abertura dos dados (tipo facultativa); 26,1% têm políticas que exigem o compartilhamento de dados (tipo obrigatória); e 16,2% têm políticas que orientam a abertura dos dados apenas a pedido (sob demanda). Os resultados confirmam a hipótese 2.1 do estudo: entre os periódicos com ocorrência de política de compartilhamento de dados, a maioria (73,9%) adota políticas do tipo facultativa ou sob demanda.

Figura 5 – Distribuição de periódicos de economia com ocorrência de política de compartilhamento de dados por grau de exigência da política, 2024 (em quantidade e percentual) (n=142)



Fonte: Elaboração própria (2025).

A **Tabela 8** mostra as distribuições de títulos com cada tipo de política de dados (obrigatória, opcional ou sob demanda) segundo as diferentes características das publicações. Os resultados revelam que as políticas opcionais são a maioria entre as editoras comerciais (66,7%), nos periódicos que adotam os modelos dourado (58,3%) e híbrido (66,2%), nas publicações de todas as regiões com exceção da Europa Oriental, assim bem nos títulos de ambos os grupos de países (desenvolvidos e em desenvolvimento) e de todos os quartis de visibilidade. Quando analisadas em seu conjunto (coluna “Participação no resultado”), vê-se que, de todas as políticas opcionais identificadas (n=82), a grande maioria é de periódicos das editoras comerciais (85,4%), de títulos híbridos (62,2%) e daqueles editados na Europa Ocidental (19%), América do Norte (16,9%) Ásia (14,1%). As políticas obrigatórias não prevalecem em nenhuma categoria com exceção dos títulos de assinatura, em que três dos cinco periódicos com políticas obrigam a abertura dos dados das submissões; no entanto, 70,3% das políticas obrigatórias identificadas neste estudo são de periódicos de editoras comerciais, 51,4% são de periódicos híbridos, 45,9% e 35,1% são da América do Norte e da Europa Ocidental, respectivamente. Já as políticas que determinam o compartilhamento de dados sob demanda também não são maioria em nenhuma categoria à exceção dos títulos editados na Europa Oriental, onde 60% das políticas identificadas são desse tipo.

Tabela 8 – Distribuição de periódicos de economia por grau de exigência da política de dados, segundo características das publicações, 2024

Características dos periódicos	Amostra (n=259)	Distribuição na categoria (em %)				Participação no resultado (em %)		
		OB (n=37)	OP (n=82)	SD (n=23)	Total (n=142)	OB (n=37)	OP (n=82)	SD (n=23)
Tipo de instituição								
Associação / sociedade	33	25,0	37,5	37,5	100,0	10,8	7,3	26,1
Editora comercial	137	24,8	66,7	8,6	100,0	70,3	85,4	39,1
Univer. / Inst. de pesquisa	77	35,0	30,0	35,0	100,0	18,9	7,3	30,4
Outro	12	0,0	0,0	100,0	100,0	0,0	0,0	4,3
<i>Total</i>	<i>259</i>					<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Modelo de negócios								
Assinatura	15	60,0	20,0	20,0	100,0	8,1	1,2	4,3
Diamante	80	25,0	37,5	37,5	100,0	16,2	11,0	39,1
Dourado	72	25,0	58,3	16,7	100,0	24,3	25,6	26,1
Híbrido	92	24,7	66,2	9,1	100,0	51,4	62,2	30,4
<i>Total</i>	<i>259</i>					<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Visibilidade								
1º Quartil	62	44,2	46,2	9,6	100,0	62,2	29,3	21,7
2º Quartil	55	17,5	70,0	12,5	100,0	18,9	34,1	21,7
3º Quartil	72	12,1	66,7	21,2	100,0	10,8	26,8	30,4
4º Quartil	70	17,6	47,1	35,3	100,0	8,1	9,8	26,1
<i>Total</i>	<i>259</i>					<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Região geográfica								
África	9	25,0	50,0	25,0	100,0	2,7	2,4	4,3
América do Norte	55	38,6	54,5	6,8	100,0	45,9	29,3	13,0
América Latina e Caribe	50	20,0	80,0	0,0	100,0	2,7	4,9	0,0
Ásia	64	7,4	74,1	18,5	100,0	5,4	24,4	21,7
Europa Ocidental	45	29,5	61,4	9,1	100,0	35,1	32,9	17,4
Europa Oriental	7	20,0	20,0	60,0	100,0	8,1	3,7	39,1
Oriente Médio	6	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	1,2	0,0
Pacífico	23	0,0	50,0	50,0	100,0	0,0	1,2	4,3
<i>Total</i>	<i>259</i>					<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>
Grupo econômico								
Desenvolvido	185	29,2	53,1	17,7	100,0	89,2	73,2	87,0
Em desenvolvimento	74	13,8	75,9	10,3	100,0	10,8	26,8	13,0
<i>Total</i>	<i>259</i>					<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

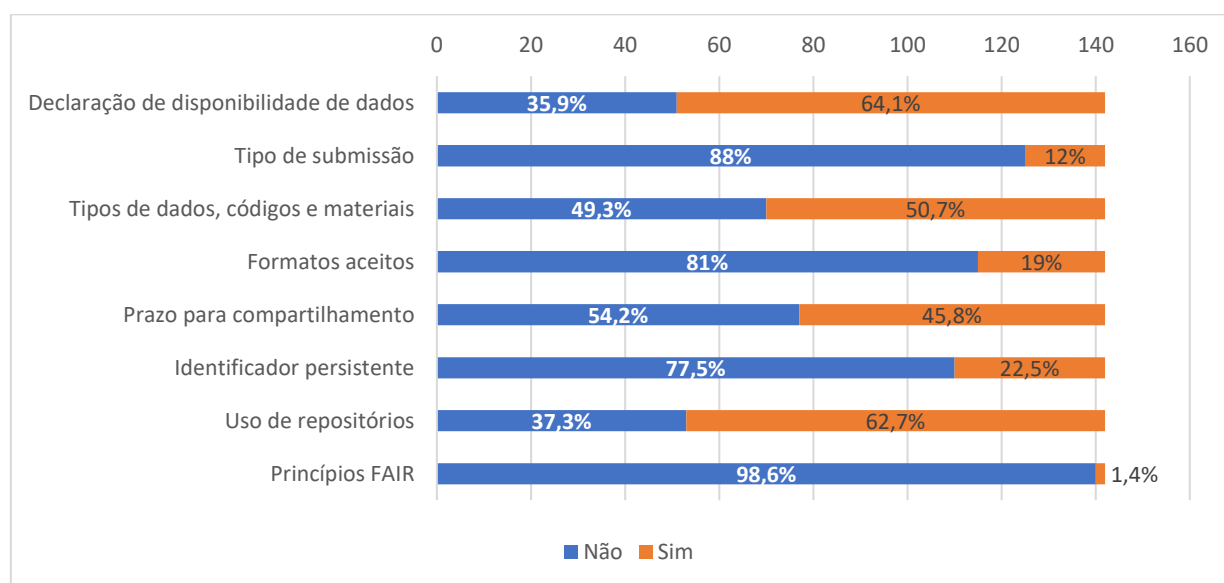
Notas: OB – compartilhamento obrigatório; OP – compartilhamento opcional; SD – compartilhamento sob demanda. Distribuição na categoria – percentual de títulos com ocorrência daquele tipo de política sobre o total de títulos com políticas naquela categoria. Participação no resultado – percentual de títulos com ocorrência daquele tipo de política naquela categoria sobre o total de títulos da amostra com ocorrência da política.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Com relação aos tópicos mencionados nas políticas, a **Figura 6** traz os resultados agregados para os 142 títulos com políticas de dados e mostram que, dos oito tópicos

investigados, apenas três são mencionados por mais de 50% dos periódicos com políticas de dados. São eles: declaração de disponibilidade de dados (64,1%), uso de repositórios (62,7%) e tipos de dados a serem compartilhados (50,7%). O tópico referente aos prazos para compartilhamento, isto é, quando / em que momento do processo de publicação as pessoas autoras devem compartilhar os dados, é mencionado por cerca de 46% dos periódicos com políticas de dados. Esses resultados corroboram a hipótese 2.2 do estudo, que supõe serem genéricas ou pouco detalhadas as políticas de dados que ocorrem nos periódicos de economia.

Figura 6 – Ocorrência dos tópicos nas políticas identificadas, 2024 (n=142)



Fonte: Elaboração própria (2025).

O destaque negativo desses achados é a escassez de menções aos princípios FAIR nas políticas de dados identificadas – apenas dois periódicos mencionam o tópico, sendo ambos títulos europeus, um publicado por editora comercial e outro por instituição de ensino e pesquisa.

A Tabela 9 mostra a distribuição das menções aos quatro tópicos mais frequentemente citados nas políticas de dados, segundo as características das publicações (a Tabela 15, no Apêndice C, apresenta a distribuição completa das menções aos oito tópicos segundo todas as características das publicações). Os resultados da Tabela 9 revelam que as menções a esses quatro tópicos são mais frequentes nas políticas de dados dos títulos das editoras comerciais, dos híbridos, da Europa Ocidental e da América do Norte, e do 1º quartil.

Tabela 9 – Tópicos mais frequentemente mencionados nas políticas, segundo características das publicações, 2024

Características dos periódicos	Amostra (n=259)	Títulos com políticas (n=142)	Periódicos que mencionam cada tópico (em %)			
			DAS (n=91)	Uso de Repositórios (n=89)	Tipo de dados (n=72)	Prazos (n=65)
Tipo de instituição						
Associação/sociedade	33	16	4,4	9,0	8,3	13,8
Editora comercial	137	105	93,4	83,1	80,6	66,2
Outro	77	20	0	0	0	0
Universidades/Inst. de pesq.	12	1	2,2	7,9	11,1	20,0
<i>Total</i>	259	142	100	100,0	100,0	100,0
Modelo de negócios						
Assinatura	15	5	0	1,1	4,2	4,6
Diamante	80	24	7,7	9,0	12,5	18,5
Dourado	72	36	20,9	25,8	22,2	29,2
Híbrido	92	77	71,4	64,0	61,1	47,7
<i>Total</i>	259	142	100,0	100,0	100,0	100,0
Visibilidade						
1° Quartil	62	52	36,3	42,7	52,8	50,8
2° Quartil	55	40	34,1	28,1	23,6	20
3° Quartil	72	33	24,2	20,2	13,9	18,5
4° Quartil	70	17	5,5	9,0	9,7	10,8
<i>Total</i>	259	142	100,0	100,0	100,0	100,0
Região geográfica						
África	9	4	3,3	1,1	1,4	1,5
América do Norte	55	44	31,9	34,8	41,7	40,0
Ásia	50	27	20,9	14,6	8,3	6,2
Europa Ocidental	64	44	39,6	39,3	38,9	32,3
Europa Oriental	45	15	1,1	5,6	5,6	16,9
Oriente Médio	7	1	0	0	0	0
Pacífico	6	2	1,1	1,1	0	0
América Latina e Caribe	23	5	2,2	3,4	4,2	3,1
<i>Total</i>	259	142	100,0	100,0	100,0	100,0
Grupo econômico						
Desenvolvido	185	113	78,0	85,4	90,3	92,3
Em desenvolvimento	74	29	22,0	14,6	9,7	7,7
<i>Total</i>	259	142	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas: DAS – declaração de disponibilidade de dados.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Como pode ser verificado na Tabela 15 do Apêndice C, em termos de cobertura temática, apenas periódicos de editoras comerciais e instituições de ensino pesquisa, da Europa Ocidental e Europa Oriental, títulos dourados e diamantes, periódicos do 2º quartil e aqueles dos países desenvolvidos mencionam todos os oito tópicos investigados em suas políticas de dados. No entanto, considerando a frequência com que os tópicos são citados, os resultados

apontam que as políticas de dados mais detalhadas e completas figuram nos periódicos de economia das editoras comerciais, nos títulos híbridos, nos da América do Norte (EUA) e Europa Ocidental, assim como nos títulos de maior visibilidade.

6 DISCUSSÃO

Com relação às características dos títulos da amostra, a predominância de títulos publicados por editoras comerciais é consistente com a literatura que aponta a prevalência da periódicos dessas organizações nas bases de dados *mainstream*, como a Scopus, de onde se origina a maior parte dos dados do SJR (Taskin *et al.*, 2024; Aguado-López, 2021; Larivière; Haustein; Mongeon, 2015). Outras bases e indexadores, no entanto, podem não ter a mesma distribuição de títulos por tipo de instituição, como o caso do DOAJ, onde, segundo Crawford (2025, 2021), cerca de 75% dos periódicos e 2/3 dos artigos de acesso aberto da área de economia são publicados por universidades. Assim, dependendo da base ou do indexador, a composição da coleção por tipo de instituição editora pode variar, assim como ocorre com a cobertura geográfica e por áreas do conhecimento, como evidenciado em Singh *et al.* (2021) e Mongeon e Hus (2016).

Quando considerados sob a respectiva geográfica (ver Tabela 4), os resultados vão ao encontro de vários estudos que revelam a predominância das universidades como instituições editoras na América Latina (Beigel, 2025; Crawford, 2025; Beigel *et al.*, 2024), especialmente nas ciências sociais e humanidades (Crawford, 2025; Neubert; Rodrigues, 2021; Repiso; Orduña-Malea; Aguaded, 2019). Estudos como o de Laakso e Multas (2023) e o de Larivière, Haustein e Mongeon (2015) também mostram a dominância dos grandes grupos editoriais em países como os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Países Baixos. A concentração de títulos editados por instituições universitárias na Europa Oriental (71%) – percentual semelhante ao da América Latina e Caribe (73,9%) – também é apontada por Laakso e Multas (2023), cuja análise dos 26.577 títulos ativos editados nos países europeus em 2021 revelou que 96% dos periódicos da Europa Oriental e Central (n=7985) eram publicados por instituições de pequeno e médio porte, geralmente instituições universitárias, sociedades e associações. Com relação aos resultados para os países da África, na nossa amostra encontrou-se leve preponderância de editoras comerciais (44%), seguida das sociedades/associações (33%) e das instituições universitárias (22%). Esses resultados diferem parcialmente dos encontrados por Asubiaro e Onaolapo (2023) em sua análise da cobertura de periódicos africanos nas bases da Crossref, Web of Science e Scopus: segundo os autores, cerca de 37% dos títulos africanos na Scopus em 2021 eram publicados por sociedades científicas e institutos de pesquisa, 33% por instituições universitárias e 30% por editoras comerciais e outros tipos de instituições. Cumpre observar que os autores consideraram todas as áreas do conhecimento de forma agregada e

utilizaram uma tipologia de instituições diferente da adotada no presente estudo, o que pode estar na origem de tais diferenças.

Do ponto de vista estrutural, os resultados do presente estudo revelam um reduzido grupo de instituições (a maioria, editoras comerciais) concentrando muitos títulos, seguido de uma longa cauda de instituições (geralmente de menor porte e expressão) contribuindo com um título ou poucos. Essa distribuição não diverge da verificada para o conjunto da base do SJR por Kim e Atteraya (2023) e converge com a estrutura da indústria descrita por Laakso e Multas (2023), Nishikawa-Pacher (2022) e Pollock e Staines (2022a, 2022b).

Com relação aos modelos de negócios dos títulos da amostra, a distribuição relativamente equilibrada entre títulos híbridos, diamantes e dourados (35,5%, 30,9% e 27,8% respectivamente) diverge daquela encontrada por Kim e Atteraya (2024): na estimativa dos autores, a participação dos periódicos de assinatura e híbridos somada ultrapassava 70% dos títulos indexados no SJR em 2021. Essa divergência pode ser devida à composição da nossa amostra, que considerou apenas a área de economia e propôs uma estratificação considerando títulos de todas as regiões e grupos econômicos, enquanto Kim e Atteraya (2024) analisaram toda a população de títulos da base.

Chama a atenção a quantidade de periódicos híbridos na amostra, praticamente todos pertencentes a editoras comerciais (n=91), sendo 68,5% de apenas quatro empresas: Springer Nature, Wiley, Elsevier e Sage. Estudos sobre a prevalência de periódicos híbridos na área de economia são escassos, mas estudos analisando artigos publicados e taxas pagas ajudam a interpretar esse resultado. Jahn, Matthias e Laakso (2022) revelam que o número de artigos publicados em periódicos híbridos da Elsevier mais que dobrou entre 2015 e 2019. Um crescimento de 15% no número de artigos publicados em títulos híbridos entre 2018 e 2022 foi identificado por Jahn (2025), que analisou publicações realizadas no bojo de mais de 700 acordos transformativos firmados por instituições europeias e grandes editoras comerciais. Já Butler *et al.* (2023), que analisaram os APCs pagos para Elsevier, Sage, Springer Nature, Taylor & Francis, e Wiley entre 2015 e 2018, estimam que 69% das taxas relacionadas a publicações nas áreas das ciências sociais foram para periódicos híbridos – segunda maior participação na amostra de 505.555 publicações de países da OCDE analisadas, atrás apenas das humanidades.

Também chama a atenção a predominância dos periódicos de acesso aberto (AA), incluindo os dourados e diamantes, correspondendo a quase 60% da amostra. Essa participação é maior do que a encontrada para o conjunto de títulos de economia, econometria e finanças listados no Scimago Journal Ranking em 2023 (Scimago, 2024), que forneceu os dados da

amostra e onde 26,8% dos títulos são de acesso aberto (diamante e dourado). Para entender essa super-representação de títulos AA na nossa amostra relativamente ao conjunto de títulos de economia no SJR, cumpre analisar nossos resultados sob a perspectiva regional (ver Tabela 4), considerando a técnica de amostragem utilizada (ver seção 4.4), que construiu um plano amostral baseado em regiões geográficas e grupos econômicos. Embora os países da América Latina e Caribe, África, Ásia e Oriente Médio representem 13% do total de periódicos de economia listados no SJR em 2023 e, ademais, sejam sabidamente subrepresentados na cobertura da Scopus (ver Maddi; Maisonobe; Boukacem-Zeghmouri, 2025), que é a fonte principal dos dados do SJR – , esses países respondem por quase 30% dos títulos da presente amostra e 36% do subconjunto de títulos de AA. Não obstante, também é importante olhar para a contribuição dos países da Europa Oriental na maior participação dos títulos diamantes e dourados na nossa amostra: embora representem 11% dos títulos de economia da SJR em 2023 e 17,4% da amostra investigada, os países da Europa Oriental concentram 28% dos títulos de AA identificados – mais do que o triplo do registrado para os seus vizinhos da Europa Ocidental, que são 55% da população e 24,7% da amostra. Além dos aspectos amostral e regional, um componente informacional pode ajudar a explicar a maior prevalência de títulos de AA na nossa amostra, relacionado ao tipo de fonte e ao grau de atualização da informação utilizada para a atribuição do modelo de negócio. Segundo a versão disponível de seu Content Coverage Guide (Elsevier, 2023), a Scopus extrai informações do Directory of Open Access Journals (DOAJ) e do Directory of Open Access Scholarly Resources (ROAD) para atribuição do status de acesso aberto aos títulos indexados, ao passo que na presente pesquisa a categorização em um dos quatro modelos de negócio foi feita com base em informações extraídas diretamente da página institucional de cada periódico investigado. Divergências entre os registros do DOAJ e do ROAD e as páginas eletrônicas das publicações podem afetar os resultados.

Quando considerados sob a perspectiva geográfica (ver Tabela 4), os resultados mostram que os periódicos dourados são dominantes nos países da África (78%) e do Oriente Médio (57%); os diamantes têm maior participação no conjunto dos países em desenvolvimento (43%), de maneira geral, e nos países da América Latina e Caribe (91%), do Pacífico (67%) e da Europa Oriental (60%), de maneira específica; enquanto os periódicos híbridos predominam nos países da América do Norte (45%) e da Europa Ocidental (78%) e no conjunto dos países desenvolvidos como um todo (42%). Esses achados corroboram a literatura que aponta a predominância dos periódicos diamantes na América Latina (Beigel *et al.*, 2024; Bosman *et al.*, 2021; Aguado-López, 2021) e ressalta a fundamental importância do modelo dourado na sustentabilidade das publicações em países africanos (Harris *et al.*, 2022). Nossos achados

também se alinham aos de Jahn (2025, 2021), Shu e Larivière (2023) e Butler *et al.* (2023), que mostram a expansão sustentada do modelo híbrido entre os títulos editados pelas grandes editoras comerciais, como Elsevier, Sage, Springer Nature, Taylor & Francis e Wiley, as quais têm sede nos países desenvolvidos, como EUA, Holanda, Reino Unido e Suíça.

Acerca do fenômeno central de interesse – a ocorrência de políticas de dados nos periódicos de economia –, a prevalência dessas políticas nos títulos das editoras comerciais não surpreende: como mostram os trabalhos de Clarke *et al.* (2025) e Hrynaszkiewicz *et al.* (2020), as editoras comerciais – notadamente as grandes corporações do oligopólio que controla a indústria, como Springer Nature, Wiley e Elsevier (cf. Larivière; Haustein; Mongeon, 2015) – foram pioneiras no desenho e na implementação de políticas editoriais de compartilhamento de dados, estabelecendo um marco referencial para a indústria nesse aspecto. Essas editoras possuem catálogos amplos e diversificados e, como observam Hrynaszkiewicz *et al.* (2017), estabelecem políticas de dados padronizadas para suas coleções.

Considerando que 99% dos títulos híbridos da amostra são de editoras comerciais, a prevalência de políticas de dados em publicações que adotam esse modelo de negócios também não surpreende no contexto do presente estudo, mas se trata de um novo achado para a literatura, diante da escassez de estudos sobre políticas editoriais de compartilhamento de dados que abordem o modelo de negócios das publicações.

No que diz à visibilidade dos periódicos, nossos achados vão ao encontro das evidências de diversos outros estudos, como os Rousi e Laakso (2020), Malicki *et al.* (2019), Resnik *et al.* (2019) e Vasilevsky *et al.* (2017), que mostraram que essas políticas são prevalentes em títulos de maior impacto nas diversas áreas do conhecimento.

Sobre as características das políticas de dados identificadas, os resultados confirmam a prevalência de políticas do tipo facultativa e pouco detalhadas, se alinhando aos achados de Vlaeminck (2021), de Dosch e Martindale (2020), e de Butler, Currier e Lillard (2021) para os periódicos de economia e, de maneira geral, aos resultados de todos os estudos empíricos envolvendo títulos das ciências sociais revisados na seção 3.3.2, que apontam a prevalência de políticas facultativas e pouco específicas nessas áreas.

A respeito dos tópicos mais mencionados nas políticas identificadas – DAS, uso de repositórios, tipos de dados e prazos para compartilhamento –, chama a atenção que 93,4% das menções às DAS ocorrem em políticas das editoras comerciais. Com efeito, diversos estudos apontam para o aumento contínuo do número de artigos com DAS nos periódicos das editoras

comerciais, como Springer Nature (Hahnel; Smith; Campbell, 2024), PLOS e BMC (Colavizza *et al.*, 2020) e Wiley (Graf *et al.*, 2020). Fica sugerido nesses estudos que tal aumento se dá em decorrência da própria adoção das políticas de dados pelas editoras comerciais que incluem a DAS em seu arcabouço, como descrevem Hrynaszkiewicz *et al.* (2020). Com relação ao uso de repositórios, chama a atenção que haja significativamente mais menções a esse tópico do que à DAS entre os títulos editados pelas universidades e institutos de pesquisa, nos da Europa Oriental e América Latina e Caribe e, mesmo tempo, relativamente bem menos menções ao tópico entre títulos da África e dos países em desenvolvimento de maneira geral. Essa diferença pode estar associada às condições de desenvolvimento e à disponibilidade dessas infraestruturas nos diferentes tipos de instituições editoras e nas regiões onde elas se localizam. Por exemplo, segundo informações do Register of Open Access Repositories (ROAR), o número de repositórios da Europa (n=1819) é mais do que o dobro do número de repositórios da América Latina e Caribe (n=736), que por sua vez é mais do que o triplo dos repositórios da África (n=209) (ROAR, 2025). Comparativamente aos demais tópicos, as menções aos tipos de dados a serem compartilhados e aos prazos para ocorrer o compartilhamento aumentam de forma mais pronunciada entre as políticas dos periódicos publicados na América do Norte e nos do 1º quartil, mas sem que tendências claras se revelem com relação às demais características dos periódicos.

Já as escassas menções aos princípios FAIR nas políticas de dados são um resultado surpreendente, considerando que se trata de diretrizes fundamentais para a preparação, o depósito e a preservação dos dados nas infraestruturas de apoio ao compartilhamento, que costumam, inclusive, figurar nas políticas das agências de financiamento à pesquisa dos países desenvolvidos, como a Horizon Europe, da União Europeia (European Commission, 2025). Estudos apontam, no entanto, que o grau de familiaridade dos pesquisadores com os princípios FAIR varia consideravelmente entre países e regiões: é o que mostra a pesquisa Digital Science (Hahnel; Smith; Campbell, 2024), cujos resultados não apontam tendências claras entre os perfis de países onde se verifica maior ou menor familiaridade com o FAIR – da mesma forma como, no presente estudo, nem nos títulos dos países desenvolvidos há consistentemente mais menções ao FAIR. Olhando da perspectiva disciplinar, a revisão de literatura de Sharma e Babel (2026) apontou que a familiaridade com os princípios FAIR aumentou especialmente nas ciências biomédicas e naturais, mas é ainda restrita nas ciências sociais e, para todos, há ainda uma lacuna grande entre o conhecimento e a aplicação desses princípios.

Com relação aos fatores que influenciam a ocorrência das políticas de dados nos títulos de economia, os resultados mostram que é maior a probabilidade de tais políticas ocorrerem nos títulos das editoras comerciais, da América do Norte, dos países desenvolvidos e de maior visibilidade. Ademais, essas também são as características dos títulos nos quais ocorrem as políticas de dados mais detalhadas.

Esse resultado sugere que, como visto em Hrynaskiewicz *et al.* (2020, 2017) e Clare *et al.* (2025), as editoras comerciais dos países desenvolvidos têm políticas editoriais de compartilhamento de dados mais maduras. Como discutem esses autores, os grandes grupos editoriais europeus e dos EUA possuem longa trajetória e experiência acumulada no desenho e na implementação de políticas editoriais de compartilhamento de dados e suas políticas constituem marcos referenciais para os demais tipos de instituições editoras interessadas em tais instrumentos. Ademais, a prevalência de tais políticas (e de políticas detalhadas) nos periódicos das editoras comerciais e naqueles de maior visibilidade também pode ser estar associada à pressão exercida pelas agências de fomento e pelos financiadores, como sugerem os trabalhos de Abadal e Anglada (2021) e European Commission (2016), que apontam o papel fundamental desses atores no amadurecimento e na institucionalização das práticas de compartilhamento de dados em diversos países.

No geral, os resultados do estudo revelam grandes assimetrias entre países e tipos de instituições envolvendo questões do compartilhamento de dados, que não parecerem ser uma exclusividade dessa amostra e nem dos periódicos de economia. Embora não tenham sido encontrados estudos sobre a ocorrência de políticas editoriais de dados que tracem comparações entre países ou regiões ou entre tipos de instituições editoras – os quais possam, assim, fornecer evidências para balizar a análise dos presentes resultados –, diversos trabalhos revelam assimetrias entre países e instituições no que concerne a distribuição de recursos necessários para viabilizar o compartilhamento de dados, como infraestrutura, capacidade computacional, recursos humanos, conhecimentos e habilidades, padrões técnicos, financiamento, políticas de incentivo. Khan *et al.* (2023) analisam a distribuição de repositórios de dados na base do re3data e revelam grande concentração dessas infraestruturas nos países desenvolvidos. A pesquisa Digital Science (Hahnel; Smith; Campbell, 2024) traz evidências de que pesquisadores de diferentes países diferem quanto à familiaridade com relação aos princípios FAIR e às rotas de compartilhamento de dados utilizadas. Evertsz, Bull e Pratt (2023) e Bezuidenhout e Chakauya (2018) discutem como assimetrias no acesso a treinamento, serviços de internet, computadores, financiamento e pessoal de apoio, entre outros, se transformam em barreiras para pesquisadores

e instituições localizados em países de renda média e baixa desenvolverem práticas e políticas de compartilhamento de dados.

Nesse sentido, as assimetrias encontradas entre regiões e instituições editoras no que tange a ocorrência e o grau de detalhamento das políticas de dados podem refletir o tamanho, a qualificação e o grau de profissionalização das equipes editoriais responsáveis pelo desenho e pela implementação de tais políticas nos periódicos. Assim, instituições editoras com acesso a mais recursos de financiamento e maior grau de profissionalização da produção – como as editoras comerciais e as sociedades científicas, por exemplo, especialmente na América do Norte e na Europa Ocidental – se mostrariam mais capazes de desenhar e implementar tais políticas do que as instituições universitárias dos países em desenvolvimento.

Para Ross-Hellauer *et al.* (2022), como o compartilhamento de dados é uma atividade localizada e altamente dependente de infraestrutura, desigualdades estruturais na distribuição dos recursos necessários à prática tendem a beneficiar países e instituições que já possuem vantagens acumuladas – gerando o famoso “efeito Mateus”, observado por Merton (1968). Nesse sentido, as assimetrias entre países e instituições editoras captadas no presente estudo podem também ser um reflexo de diferentes trajetórias nacionais e institucionais no desenvolvimento e na implementação de políticas e padrões técnicos associados ao compartilhamento de dados. Como discutiu Miedema (2022), ao repassar a história da ciência aberta, países da Europa Ocidental e os EUA foram pioneiros na implementação de práticas e políticas de compartilhamento de dados de pesquisa, logrando estabelecer infraestruturas, marcos políticos e cultura de compartilhamento antes de muitos outros países. Ressalta-se, como discutido na seção 3.2.3, que sociedades científicas da área de economia nos EUA, Canadá e Reino Unido implantaram políticas de dados mais exigentes em seus periódicos, com efeitos multiplicadores dentro dessas comunidades (Vilhuber, 2020; Vlaeminck, 2013).

7 CONCLUSÕES

O presente estudo teve por objetivos investigar, a partir de uma perspectiva comparada internacional, a ocorrência de políticas de compartilhamento de dados em periódicos de economia e identificar associações entre características das publicações e das políticas. De natureza quantitativa e descritiva, a pesquisa seguiu um desenho de estudo de corte transversal, de estudo comparativo e de estudo de caso e empregou pesquisa documental e três tipos de análises – análise de conteúdo temática, análise estatística de associações e análise estatística

de regressão – para examinar as políticas editoriais de uma amostra de 259 títulos classificados na área do conhecimento “Economia, Econometria e Finanças” no Scimago Country Rankings em 2023. O estudo observou 15 variáveis do tipo categorial envolvendo características das publicações e das políticas e buscou testar sete hipóteses, supondo que a maioria dos periódicos da área de economia não possui políticas de compartilhamento de dados; que, quando ocorrem, as políticas são em sua maioria facultativas e pouco específicas; e que é maior a probabilidade de ocorrer políticas de compartilhamento de dados em periódicos de editoras comerciais, em periódicos de países desenvolvidos, nos títulos da Europa Ocidental e da América do Norte e naqueles de maior visibilidade.

Os resultados do estudo mostram que 55% dos títulos de economia investigados apresentaram alguma política de compartilhamento de dados de pesquisa no ano de 2024; que, de fato, é maior a probabilidade de ocorrer políticas de dados nos títulos das editoras comerciais, da América do Norte e dos países em desenvolvimento e naqueles de maior visibilidade; e que prevalecem políticas do tipo facultativas e pouco específicas ou detalhadas. Dessa forma, os resultados refutaram a hipótese central do estudo, confirmaram integralmente a hipótese sobre as características das políticas existentes e as hipóteses acerca dos fatores de influência da ocorrência das políticas, com exceção daquela relativa à região geográfica, uma vez que a influência da região da Europa Ocidental na ocorrência das políticas não tenha ficado estatisticamente provada.

Embora não seja amplamente majoritário, o número de periódicos com tais políticas (55% de 259) sugere que a comunidade da área de economia – cuja pesquisa costuma fazer uso intensivo de dados quantitativos e recursos computacionais – não está indiferente à prática de compartilhamento de dados e mostra alguma compreensão acerca dessa prática de ciência aberta, o que certamente facilita intervenções futuras do ponto de vista das políticas públicas e institucionais voltadas para promover e fortalecer a ciência aberta nesse campo.

Para além do teste das hipóteses, os resultados revelam características dos periódicos de economia já conhecidas pela literatura, como o protagonismo das editoras comerciais como instituições editoras nos países da Europa Ocidental e nos EUA e das instituições de ensino e pesquisa nos países da América Latina e Caribe e da Europa Oriental. Ao mesmo tempo, este estudo traz dados inéditos sobre a participação dos títulos híbridos na área de economia e na base do SJR.

No que tange a ocorrência e as características das políticas de compartilhamento de dados, ficaram evidentes assimetrias entre regiões geográficas e tipos de instituições editoras:

as políticas de dados são, no geral, mais frequentes e completas entre os títulos das editoras comerciais e naqueles editados na América do Norte e na Europa Ocidental do que, comparativamente, entre os títulos de universidades/institutos de pesquisa e sociedades/associações e aqueles editados em países da Europa Oriental, da América Latina e Caribe, da África e da Ásia.

No caso da América Latina e Caribe, o número restrito de periódicos com políticas editoriais de compartilhamento dados contrasta com o rico debate sobre a ciência aberta na região, o que pode tanto indicar uma dificuldade de se transformar o debate em políticas públicas e institucionais, quanto ser uma consequência das carências de infraestrutura e capacitação que caracterizam o cenário da editoria científica na região. Nesse sentido, cabe destacar o papel da Scielo, principal plataforma de publicação de periódicos de acesso aberto do Brasil. Desde 2018, seus critérios de avaliação vêm sendo aperfeiçoados para incentivar a adoção de práticas de ciência aberta junto aos títulos da coleção, incluindo a adoção de políticas de compartilhamento de dados e o uso do repositório ScieloData (Scielo, 2024); no entanto, estudo recente de Dias (2024) mostrou que é ainda tímida a ocorrência de políticas de dados em títulos das ciências sociais aplicadas que integram a coleção.

A prevalência de políticas genéricas e pouco específicas significa que aspectos relevantes do processo de preparação dos dados de pesquisa para compartilhamento, como a adequação a princípios FAIR, a observação de determinados padrões de formatação e o uso de identificadores persistentes, estão sendo pouco abordados nas políticas existentes, mesmo entre aquelas de caráter mandatório. Esse achado suscita diferentes interpretações e encaminhamentos. Pode sugerir um desconhecimento por parte de editores do que é realmente necessário para se compartilhar dados de pesquisa de forma que os conjuntos de dados possam ser acessados, verificados e reusados por terceiros. Nesse caso, é preciso haver políticas públicas e institucionais com foco na capacitação e no treinamento dos editores, visando à elaboração de políticas editoriais de dados mais robustas e capazes de orientar melhor os autores sobre como tratar seus dados para compartilhamento. Ao mesmo tempo, é fundamental apoiar os autores na tarefa de preparar e abrir os dados – como mostra a pesquisa Digital Science *et al.* (2023, 2022), a falta de conhecimento e de tempo figura entre as principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores para se compartilhar dados. Nesse sentido, as políticas públicas e institucionais também precisam endereçar a capacitação dos autores e a construção de uma rede de serviços e infraestruturas de apoio ao compartilhamento de dados por meio das revistas. Carências materiais e estruturais nas instituições e regiões, relacionadas a repositórios,

equipamentos, pessoal de apoio etc, também podem contribuir negativamente para a prevalência de políticas genéricas ou a ausência total de políticas, o que deve ser sanado com investimentos públicos e privados.

Ressalta-se que os resultados apresentados devem considerados à luz das limitações do estudo, relacionadas à metodologia e à fonte de dados utilizada para amostragem. Sendo um estudo de corte transversal, ele fornece um retrato do campo em um dado momento do tempo, mas essa paisagem pode se modificar rapidamente, ainda mais considerando que as políticas editoriais devem ser atualizadas pelos periódicos com alguma frequência. A codificação dos textos das políticas – que é uma etapa-chave na metodologia do estudo, centrada na análise de conteúdo temática – não foi validada por um segundo codificador; como se trata de uma pesquisa de doutorado, a autora realizou e revisou sozinha a codificação, o que pode acarretar erros, apesar da larga experiência da autora com a editoria científica de periódicos.

As escolhas relacionadas à construção da amostra também trazem algumas limitações. A base de dados utilizada – o Scimago Journal Rankings – deriva seus dados da Scopus e tem cobertura parcial, não sendo representativa de todo o campo da economia. Já a técnica de amostragem proporcional, ainda que baseada em estratos geográficos, tende a reproduzir a desigualdade de representatividade existente na base original. Ademais, a exclusão de títulos após a validação dos cadastros pode ter modificado as proporções originais, com alguma repercussão sobre os resultados, ainda que a maior parte dos títulos excluídos seja justamente nos estratos em que ocorrem a maior parte das políticas identificadas.

Apesar dessas limitações, este estudo logrou aportar algumas contribuições tanto para o campo da economia, que constitui seu campo empírico, quanto para a ciência da informação, no qual se inscreve teoricamente. O desenho do estudo original e a combinação de diferentes técnicas de análise compuseram um grande esforço metodológico que permitiu revelar diferentes aspectos do fenômeno de interesse, fazer inúmeras inferências sobre a ocorrência e as características das políticas de compartilhamento de dados – além de ter sido detalhada de maneira a facilitar a replicação do estudo para outras áreas e amostras. Os resultados agregam novas evidências à literatura da ciência da informação sobre o tema das políticas editoriais de compartilhamento de dados no campo das ciências sociais aplicadas, ao mesmo tempo que revelam características novas das publicações e o estado-de-coisas das políticas editoriais de dados na área da economia, onde ainda são pouco numerosos os estudos sobre essa temática, em especial abrangendo periódicos brasileiros.

Por fim, ressalta-se que, diante da experiência acumulada nessa empreitada, uma agenda de pesquisa se enseja, contemplando, por exemplo, a realização de novas investigações com os periódicos de economia. A repetição da mesma amostra, na forma de um estudo de desenho longitudinal, permitiria identificar se houve evolução na adoção de tais políticas ou amadurecimento das políticas existentes. A realização de investigações com outras amostras e usando outras fontes de dados proporcionaria uma visão mais ampla do estado de coisas no campo da economia ao mesmo tempo em que permitiria comparações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADAL, E.; ANGLADA, L. Políticas de ciencia abierta en Europa. *In*: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz. **Sob a lente da ciência aberta**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021, p. 45-66. (Conferências e debates interdisciplinares). DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2022-0> Disponível em: <https://monographs.uc.pt/iuc/catalog/book/184>. Acesso em: 17 ago. 2026.
- ACZEL, Balazs; SZASZI, Barnabas; HOLCOMBE, Alex. A billion-dollar donation: estimating the cost of researchers' time spent on peer review. **Research Integrity and Peer Review**, [s. l.], v. 6, n. 1, art. 14, nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1186/s41073-021-00118-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s41073-021-00118-2>. Acesso em: 17 ago. 2026.
- AGRESTI, Alan. **Categorical data analysis**. 2. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2008.
- AGUADO-LÓPEZ, Eduardo. De la esperanza al fracaso: la privatización del acceso abierto a veinte años de las tres B. *In*: BECERRIL-GARCÍA, Arianna; GÓNZALEZ, Saray Córdoba. **Conocimiento abierto en América Latina**. Bogotá: CLACSO, 2021, p. 37-78. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88f34.7>. Acesso em: 17 ago. 2026.
- AHMED, M.; OTHMAN, R. B.; NOORDIN, M. F. Trends in open science: A bibliometric analysis of research topics, citations, journals, and productive entities. **Journal of Information Systems and Digital Technologies**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 170-193, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31436/jisdt.v5i2.422>. Disponível em: <https://journals.iium.edu.my/kict/index.php/jisdt/article/view/422>. Acesso em: 17 ago. 2026.
- ALBAGLI, Sarita. Ciência Aberta: movimento de movimentos. *In*: Shintaku, Milton; Sales, Luana Ferreira. (org.). **Ciência aberta para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2019. p. 15-20. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/978-85-93910-02-9.cap2>. Disponível em: https://www1.abecbrasil.org.br/arquivos/ciencia_aberta_editores_cientificos_ebook.pdf. Acesso em: 17 ago. 2026.
- ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne; RAYCHTOCK, Sabryna. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-450, nov. 2014.
- ALEIXANDRE-BENAVENT, Rafael *et al.* Correlation between impact factor and public availability of published research data in Information Science and Library Science journals. **Scientometrics**, [s. l.], v. 107, p. 1-13, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-016-1868-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-016-1868-7>. Acesso em: 17 ago. 2026.
- ALPERIN, Juan. Why I think ending article-processing charges will save open access. **Nature**, [s. l.], v. 610, n. 233, 2022. DOI: 10.1038/d41586-022-03201-w. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36224414/>. Acesso em: 17 ago. 2026.
- ALTER, George C.; VARDIGAN, Mary. Addressing Global Data Sharing Challenges. **Journal of Empirical Research on Human Research Ethics**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 317-323, jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1556264615591561>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1556264615591561>. Acesso em: 17 ago. 2026.

- ALVES VIEIRA, Gabriel. **Cobertura de fontes secundárias e indicadores de visibilidade: um estudo de caso sobre a produção científica da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2024. Tese (Doutorado em Educação, Gestão e Difusão em Biociências) – Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- ANDERSON, David; SWEENEY, Dennis; WILLIAMS, Thomas. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- ANDERSON, Kent. Focusing on Value - 102 Things Journal Publishers Do (2018 Update). **The Scholarly Kitchen**, [s. l.], 6 fev. 2018. Disponível em: <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2018/02/06/focusing-value-102-things-journal-publishers-2018-update/>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ANDERSON, Richard G. *et al.* The role of data/code archives in the future of economic research. **Journal of Economic Methodology**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 99-119, mar. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501780801915574>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501780801915574>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ANDREOLI VERSBACH, Patrick; MUELLER-LANGER, Frank. Open Access to Data: An Ideal Professed but Not Practised. **Science Research Network**, Rochester, 30 maio 2013. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=2272027>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ANDRINGA, Sible *et al.* Diamond is a scientist's best friend: Counteracting systemic inequality in open access publishing. **Dutch Journal of Applied Linguistics**, Amsterdam, v. 13, mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51751/dujal18802>. Disponível em: <https://dujal.nl/article/view/18802>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ARAÚJO, Denise O. de; Silva, Marcio B. da. Repositório digital: a delimitação de um conceito por meio de mapa conceitual. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 10, n. 3, p. 18-33, set./dez. 2021. DOI: 10.5433/2317-4390.2021v10n3p18. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/44878>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ARCHAMBAULT, Éric; LARIVIÈRE, Vincent. History of the journal impact factor: Contingencies and consequences. **Scientometrics**, [s. l.], v. 79, n. 3, p. 635–649, jun. 2009. DOI: 10.1007/s11192-007-2036-x. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-007-2036-x>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ARIEF, Ikhwan. **Open Access Journals in DOAJ**: live snapshot (hourly) from DOAJ public data dump. Padang: Universitas Andalas, 2026. Disponível em: <https://ikhwan-arief.github.io/doaj/>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. **Encontro Nacional de Economia**. Trabalhos. Vários Anos. [S. l.]: ANPEC, 2026. Disponível em: <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- ASUBIARO, Toluwase; ONAOLAPO, Sodiq. A comparative study of the coverage of African journals in Web of Science, Scopus, and CrossRef. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 74, p. 745-758, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.24758>. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.24758>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ASUBIARO, Toluwase; ONAOLAPO, Sodiq; MILLS, David. Regional disparities in Web of Science and Scopus journal coverage. **Scientometrics**, [s. l.], v. 129, p. 1469-1491, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-024-04948-x>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-024-04948-x>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BABINI, Dominique; ROVELLI, Laura. **Tendencias recientes en las políticas científicas de ciencia abierta y acceso abierto en Iberoamérica**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Fundación Carolina, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, João Luiz D.; DUQUIA, Rodrigo P. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 229-232, out./dez. 2007.

BATES, Jo. The politics of data friction. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 74, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-05-2017-0080>. Disponível em: <https://www.emerald.com/jd/article/74/2/412/203372/The-politics-of-data-friction>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BATES, Jo; LIN, Yu-Wei; GOODALE, Paula. Data journeys: Capturing the socio-material constitution of data objects and flows. **Big Data & Society**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 2053951716654502, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/2053951716654502>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053951716654502>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BAUMGARTNER, Peter. Toward a taxonomy of open science (TOS). **Open Science Education**, [s. l.], v. 22, set. 2019. Disponível em: <https://notes.peter-baumgartner.net/2019/06/24/toward-a-taxonomy-of-open-science/>. Acesso em: 14 out. 2023.

BEIGEL, Fernanda. (Re)Opening the Social Sciences: the challenges of open science. **Global Dialogue**, [s. l.], v. 13, n. 1, 2023. Disponível em: <https://globaldialogue.isa-sociology.org/articles/reopening-the-social-sciences-the-challenges-of-open-science>. Acesso em: 13 mai. 2023.

BEIGEL, Fernanda. The transformative relation between publishers and editors: Research quality and academic autonomy at stake. **Quantitative Science Studies**, Cambridge, v. 6, p. 154-170, 2025. DOI: https://doi.org/10.1162/qss_a_00343. Disponível em: https://direct.mit.edu/qss/article/doi/10.1162/qss_a_00343/125733/The-transformative-relation-between-publishers-and. Acesso em: 13 jul. 2026.

BEIGEL, Fernanda. The transformative relation between publishers and editors: Academic autonomy at stake. **OSF**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31219/osf.io/pf89t>. Disponível em: https://osf.io/preprints/osf/pf89t_v1. Acesso em: 13 jul. 2026.

BEIGEL, Fernanda; PACKER, Abel; GALLARDO, Osvaldo. OLIVA: La Producción Científica Indexada en América Latina. Diversidad Disciplinar, Colaboración Institucional y Multilingüismo en SciELO y Redalyc (1995-2018). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, e20210174, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.1.307x>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/XxLf5wmZBw97k8yGdbvGDvh/?lang=en>. Acesso em: 17 jul. 2026.

BERELSON, Bernard. **Content Analysis in Communication Research**. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1952.

BERKOWITZ, Heloise; DELACOUR, Helene. Opening research data: what does it mean for Social Sciences? **M@n@gement**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37725/mgmt.v25.9123>. Disponível em: <https://management-aims.com/index.php/mgmt/article/view/9123>. Acesso em: 17 jul. 2026.

- BESANÇON, L. *et al.* Open science saves lives: lessons from the COVID-19 pandemic. **BMC Medical Research Methodology**, [s. l.], v. 21, n. 117, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12874-021-01304-y>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12874-021-01304-y>. Acesso em: 17 jul. 2026.
- BESANÇON, L.; SEGALAS, C.; LEYRAT, C. Has COVID-19 been the making of Open Science? **Impact of Social Sciences Blog**, [s. l.], 29 out. 2021. Disponível em: <https://eprints.lse.ac.uk/112843/>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BEZJAK, Sonja *et al.* **The Open Science Training Handbook (1.0)** [Computer software]. Zenodo, 2018. Disponível em: <https://zenodo.org/record/1212496>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- BEZUIDENHOUT, Louise; CHAKAUYA, Ereck. Hidden concerns of sharing research data by low/middle-income country scientists. **Global Bioethics**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 39-54, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/11287462.2018.1441780>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/11287462.2018.1441780>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- BJÖRK, Bo-Christer. A model of scientific communication as a global distributed information system. **Information Research**, [s. l.], v. 12, n. 2, jan. 2007. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/12-2/paper307.html>. Acesso em: 27 dez. 2025.
- BJÖRK, Bo-Christer. Scholarly journal publishing in transition– from restricted to open access. **Electronic Markets**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 101-109, maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12525-017-0249-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12525-017-0249-2>. Acesso em: 5 ago. 2026.
- BLAHOUS, Benedikt *et al.* Data policies in journals under scrutiny: their strength, scope and impact. **Bibliometrie - Praxis und Forschung**, Viena, v. 5, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5283/BPF.269>. Disponível em: <https://www.bibliometrie-pf.de/article/view/269>. Acesso em: 17 jul. 2026.
- BOLLEN, Kenneth *et al.* **Social, Behavioral, and Economic Sciences Perspectives on Robust and Reliable Science**. [S. l.]: National Science Foundation, 2015. Disponível em: <http://web.stanford.edu/group/bps/cgi-bin/wordpress/wp-content/uploads/2015/09/NSF-Robust-Research-Workshop-Report.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BORREGO, Angel; ANGLADA, Lluís; ABADAL, Ernest. Transformative agreements: do they pave the way to open access? **Learned Publishing**, [s. l.], v. 34, p. 216–232, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1347>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1347>. Acesso em: 17 jul. 2026.
- BORYCZ, Joshua *et al.* Perceived benefits of open data are improving but scientists still lack resources, skills, and rewards. **Humanit Soc Sci Commun**, [s. l.], v. 10, n. 339, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41599-023-01831-7>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-023-01831-7>. Acesso em: 17 jul. 2026.
- BOSMAN, Jeroen *et al.* **The OA diamond journals study**. [S. l.]: Science Europe; cOAlition S, mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.455870>. Acesso em: 17 jul. 2026.
- BOULTON, Geoffrey. **Open Science for the 21st Century**: draft ISC Working Paper. [S. l.]: International Science Council, jun. 2021. Disponível em: https://council.science/wp-content/uploads/2020/06/International-Science-Council_Open-Science-for-the-21st-Century_Working-Paper-2020_compressed.pdf. Acesso em: 17 jul. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 17 jul. 2026.

BREMBS, Björn; BUTTON, Katherine; MUNAFÒ, Marcus. Deep impact: unintended consequences of journal rank. **Frontiers in Human Neuroscience**, [s. l.], v. 7, jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.3389/fnhum.2013.00291>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/human-neuroscience/articles/10.3389/fnhum.2013.00291/full>. Acesso em: 17 jul. 2026.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Os dois métodos da teoria econômica**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Florianópolis, 19-20 jun. 2003. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/e30ebe88-1f0f-4e6c-998e-6fdebb690f22/content>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRYMAN, Alan. **Social Research Methods**. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2012.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Read the Declaration – Budapest Open Access Initiative**. Budapeste, 14 fev. 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BUDZINSKI, Oliver *et al.* Drivers of article processing charges in open access. **Scientometrics**, [s. l.], v. 124, n. 3, p. 2185–2206, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03578-3>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-020-03578-3>. Acesso em: 9 jun. 2026.

BUTLER, Courtney; CURRIER, Brett; LILLARD, Kira. Safeguarding research: a review of Economics journals' preservation policies for published code and data files. **Federal Reserve Bank of Kansas City**, Oklahoma City, dez. 2021. (Working Paper No. 21-14). DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3977279>. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3977279. Acesso em: 9 jun. 2026.

BUTLER, L.-Q.A. *et al.* The oligopoly's shift to open access: How the big five academic publishers' profit from article processing charges. **Quantitative Science Studies**, Amsterdam, v. 4, n. 4, p. 778–799, 2023. DOI https://doi.org/10.1162/qss_a_00272. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big>. Acesso em: 9 jun. 2026.

CAMPBELL, Hamish A.; MICHELI-CAMPBELL, Mariana A.; UDYAWER, Vinay. Early Career Researchers Embrace Data Sharing. **Trends in Ecology & Evolution**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 95–98, fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tree.2018.11.010>. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big>. Acesso em: 9 jun. 2026.

CAMPOS, Claudinei J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-4, set/out. 2004.

CASTRO, Eleni *et al.* Evaluating and promoting open data practices in open access journals. **Journal of Scholarly Publishing**, [s. l.], v. 49, n. 1, p. 66-88, 2017.

CHRISTENSEN, Garret *et al.* Open Science practices are on the rise: the state of Social Science (3S) Survey. **Working Paper Series**, n. WPS-106, Berkeley: Center for Effective Global Action, University of California, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.31222/osf.io/5rksu>. Disponível em: https://osf.io/preprints/metaarxiv/5rksu_v1. Acesso em: 9 jun. 2026.

CHRISTIAN, Thu-Mai *et al.* Journal data policies: Exploring how the understanding of editors and authors corresponds to the policies themselves. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 15, n. 3, e0230281, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0230281>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0230281>. Acesso em: 9 jun. 2026.

CIRASELLA, Jill; BOWDOIN, Sally. Just Roll with It? Rolling Volumes vs. Discrete Issues in Open Access Library and Information Science Journals. **Journal of Librarianship and Scholarly Communication**, Ames, v. 1, n. 4, 15 ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.7710/2162-3309.1086>. Disponível em: <https://www.iastatedigitalpress.com/jlsc/article/id/12695/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

CLARE, Connie *et al.* The Value of RDA for Policy Series - Advancing Community-Led Impact on Science Policies. [S. l.]: **Zenodo**, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://zenodo.org/records/16963858>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CLARIVATE. **Journal Citation Reports**. Categories. Economics. [S. l.]: Clarivate, 2024. Disponível em: <https://jcr.clarivate.com/jcr/browse-category-list>. Acesso em 5 mar. 2025.

CLARKE, Michael. The journal publishing services agreement: A guide for societies. **Learned Publishing**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 37–41, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1266>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/leap.1266>. Acesso em: 9 jun. 2026.

CLARKE, Roger. Revenue Models for Journal-Publishing in the Open Access Era. In: THE IMPACT OF OPEN ACCESS ON PUBLISHERS, LIBRARIANS AND ACADEMICS, 7., Melbourne, 29 abr. 2005. **Fiesole Collection Retreat Series**. Disponível em: <https://www.rogerclarke.com/EC/JP-RM.html>. Acesso em: 9 jun. 2026.

COALITION S. **Accelerating the transition to full and immediate Open Access to scientific publications**. [S. l.]: Coalition S, [s. d.]. Disponível em: https://www.coalition-s.org/wp-content/uploads/PlanS_Principles_and_Implementation_310519.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

COLAVIZZA, Giovanni *et al.* The citation advantage of linking publications to research data. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 15, n. 4, e0230416, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0230416>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0230416>. Acesso em: 9 jun. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Tabela de Áreas do Conhecimento**. [S. l.]: CNPq, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>. Acesso em 9 jun. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área: Economia**. Área 28. 2025-2028. [S. l.]: CAPES, 2025. Disponível em:

https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/ECONOMIA_DOCAREA_2025_2028.pdf. Acesso em 9 jun. 2026.

CRAWFORD, Walt. **Gold Open Access 2024: Articles in Journals 2019-2023 (GOA9)**. Livermore, 2024. Disponível em: <https://waltcrawford.name/goa9.pdf>. Acesso em 9 jun. 2026.

CRAWFORD, Walt. **Gold Open Access 2025: Articles in Journals 2020-2024 (GOA10)**. Livermore, 2025. Disponível em: <https://waltcrawford.name/goa25.pdf>. Acesso em 9 jun. 2026.

CROSAS, Mercè *et al.* Data policies of highly-ranked social science journals. **SocArXiv**, 30 mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.31235/osf.io/9h7ay>. Acesso em 9 jun. 2026.

CROW, Raym. **Income models for open access: an overview of current practice**. Washington: Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition, 2009. Disponível em: https://sparcopen.org/wp-content/uploads/2016/01/incomemodells_v1.pdf. Acesso em 9 jun. 2026.

CROW, Raym. **The Case for Institutional Repositories: A SPARC Position Paper**. Washington: Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition, 2002. Disponível em: https://www.utoronto.ca/~chan/oaindia/pdf_files/SPARC_positionpaper_IR.pdf. Acesso em 9 jun. 2026.

DANCE, Amber. Peer review needs a radical rethink. **Nature**, v. 614, p. 581-583, 16 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-00403-8>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-023-00403-8>. Acesso em: 9 jun. 2026.

David, P. A. The economic logic of “open science” and the balance between private property rights and the public domain in scientific data and information: a primer. *In*: NATIONAL RESEARCH COUNCIL ON THE ROLE OF THE PUBLIC DOMAIN IN SCIENCE; UHLIR, P.; ESANU, J. (eds.). **The role of scientific and technical data and information in the public domain: Proceedings of a Symposium**. Washington, DC: National Academy Press, 2003. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK221867/>. Acesso em: 29 out. 2025.

DAVID, P. A. The historical origins of 'open science': an essay on patronage, reputation and common agency contracting in the scientific revolution. **Capitalism and Society**, [s. l.], v. 3, n. 2, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2202/1932-0213.1040>. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.2202/1932-0213.1040/html>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DAVIS, John. Economics and economic methodology in a core-periphery economic world. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 39, n. 3 (156), p. 408-426, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-35172019-3004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Vh7D7knczXmkBrRR5XfGmWp/?lang=en>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DE VAUS, David (ed.). **Research design in social research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2001.

DEWATRIPONT, Mathias *et al.* **Study on the economic and the technical evolution of scientific publication markets in Europe: final Report**. Brussels: European Commission,

jan. 2006. Disponível em: <https://difusion.ulb.ac.be/vufind/Record/ULB-DIPOT:oai:dipot.ulb.ac.be:2013/9545/Details>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DIAS, Carolina G. S. Panorama das políticas federais de ciência aberta no Brasil no período de 2020 a 2023. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 131–153, 2025a. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v18.n1.2025.55276>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/55276>. Acesso em: 10 jun. 2026.

DIAS, Carolina G. S. Perfil dos portais de periódicos científicos das instituições de ensino superior públicas brasileiras. **Transinformação**, Campinas, v. 37, e2513844, 2025b. DOI: <https://doi.org/10.1590/23180889202537e2513844>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/K7p6ScxP9BGftSPcBTwqzTR/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DIAS, Carolina G. S. Políticas editoriais de compartilhamento de dados em periódicos brasileiros de ciências sociais aplicadas na coleção Scielo. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 29, 2024: e95038. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2024.e95038>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/95038>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DIAS, Carolina G. S. *et al.* Mapeando a controvérsia da cobrança de taxas de processamento de artigos (article processing charges - apc) por acesso aberto. **Bibliocanto**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/246824>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DIAZ, Maria D. M.; POSTALI, Fernando A. S. Integridade científica nos periódicos brasileiros da área de economia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 47., São Paulo, 10-13 dez. 2019. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_I/i1-4d65f7a001c7d586f1d08d939468dc10.pdf. Acesso em 2 jan. 2024.

DIGITAL SCIENCE *et al.* **The State of Open Data 2022**. Report. [S. l.]: Digital Science, 2022. DOI: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.21276984.v5>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DIGITAL SCIENCE *et al.* **The State of Open Data 2023**. Report. [S. l.]: Digital Science, 2023. Disponível em: https://digitalscience.figshare.com/articles/report/The_State_of_Open_Data_2023/24428194. Acesso em 2 dez. 2025.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS (DOAJ). Guide to applying – DOAJ. The type of open access. [S. l.]: DOAJ, 2025. Disponível em: <https://doaj.org/apply/guide/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS SCHOLARLY RESOURCES. **International Standard Serial Number**. [S. l.]: ROAD, 2025. Disponível em: <https://road.issn.org/>. Acesso em: 5 mar. 2026.

DORSCH, I. *et al.* **Mapping Open Science Scholarly Literature**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION INDICATORS (STI2024), 28., Berlin, Germany, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14163843>. Acesso em: 5 mar. 2026.

DOSCH, Brianne; MARTINDALE, Tyler. Reading the fine print: A review and analysis of business journals' data sharing policies. **Journal of Business & Finance Librarianship**, [s. l.], v. 25, n. 3-4, p. 261-280, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08963568.2020.1847549>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08963568.2020.1847549>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ENWALD, Heidi *et al.* Data sharing practices in open access mode: a study of the willingness to share data in different disciplines. **Information Research**, [s. l.], v. 27, n. 2, jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.47989/irpaper932>. Disponível em: <https://informationr.net/ir/27-2/paper932.html>. Acesso em: 9 jun. 2026.

EUROPEAN COMMISSION. **ERA Structural Policies (2025-2027)**. European Research Area Platform. [S. l.]: European Commission, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://european-research-area.ec.europa.eu/era-policy-agenda-2025-2027>. Acesso em: 9 jun. 2026.

EUROPEAN COMMISSION. **Future of scholarly publishing and scholarly communication**: report of the Expert Group to the European Commission. Brussels: European Commission, 2019. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2777/836532>. Acesso em: 5 dez. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Open innovation, open science, open to the world**. Brussels: European Commission, 2016. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/3213b335-1cbc-11e6-ba9a-01aa75ed71a1>. Acesso em: 5 dez. 2023.

EVERTSZ, Natalia; BULL, Susan; Pratt, Bridget. What constitutes equitable data sharing in global health research? A scoping review of the literature on low-income and middle-income country stakeholders' perspectives. **BMJ Global Health**, [s. l.], v. 8, e010157, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2022-010157>. Disponível em: <https://gh.bmj.com/content/8/3/e010157>. Acesso em: 9 jun. 2026.

FEENEY, Justin. Robust science: a review of journal practices in Industrial-Organizational Psychology. **Industrial and Organizational Psychology**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 48-54, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1017/iop.2017.84>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/industrial-and-organizational-psychology/article/robust-science-a-review-of-journal-practices-in-industrialorganizational-psychology/604E5761420648017CBC92A0A353D9E2>. Acesso em: 9 jun. 2026.

FERGUSON, Joel *et al.* Survey of open science practices and attitudes in the social sciences. **Nature Communications**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 5401, set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-023-41111-1>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-023-41111-1>. Acesso em: 9 jun. 2026.

GALVÃO, Taís Freire; SILVA, Marcus Tolentino; GARCIA, Leila Posenato. Ferramentas para melhorar a qualidade e a transparência dos relatos de pesquisa em saúde: guias de redação científica. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, p. 427-436, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742016000200022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/F9fKy5PYP7TyvPMYJ6cjqNN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2026.

GARFIELD, Eugene. The History and Meaning of the Journal Impact Factor. **JAMA**, [s. l.], v. 295, n. 1, p. 90, jan. 2006. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big>. Acesso em: 9 jun. 2026.

GARVEY, W. D. The scientific journal article. *In*: GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science. Facilitating information among librarians, scientists, engineers and students.** Oxford: Pergamon, 1979, p. 69-90.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Communication and information process within scientific disciplines, empirical findings for psychology. *In*: Garvey, W. D. **Communication: the essence of science. Facilitating information among librarians, scientists, engineers and students.** Oxford: Pergamon, 1979, p.127-147.

GATTI, Rupert. Business Models and Market Structure within the Scholarly Communications Sector. **International Science Council Occasional Paper**, 7 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17863/CAM.57975>. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/items/ff4780ad-c240-4253-92b0-5b9a825c48b2>. Acesso em: 9 jun. 2026.

GRAF, Chris *et al.* The open data challenge: An analysis of 124,000 data availability statements and an ironic lesson about data management plans. **Data Intelligence**, [s. l.], v. 2, p. 554–568, 2020. DOI: https://doi.org/10.1162/dint_a_00061. Disponível em: <https://direct.mit.edu/dint/article/2/4/554/94894/The-Open-Data-Challenge-An-Analysis-of-124-000>. Acesso em: 9 jun. 2026.

GROSSMANN, Alexander; BREMBS, Björn. Current market rates for scholarly publishing services. **F1000Research**, [s. l.], 1 jul. 2021. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/10-20>. Acesso em: 9 jun. 2026. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big>. Acesso em: 9 jun. 2026.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn, C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAHNEL, Mark; SMITH, Graham; CAMPBELL, Ann. **The State of Open Data 2024: Special Report Bridging Policy and Practice in Data Sharing**. Report. [S. l.]: Digital Science, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.27337476.v2>. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big>. Acesso em: 9 jun. 2026.

HAM, John; WRIGHT, Julian; YE, Ziqiu. Documenting and explaining the dramatic rise of the new society journals in economics. **Discussion Paper Series**, [s. l.], IZA Institute of Labor Economics, IZA DP n. 16337, jul. 2023. Disponível em: <https://www.iza.org/publications/dp/16337/documenting-and-explaining-the-dramatic-rise-of-the-new-society-journals-in-economics>. Acesso em: 27 dez. 2023.

HANDS, Wade D. Orthodox and heterodox economics in recent economic methodology. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 61-81, 2015. Disponível em: <https://ejpe.org/journal/article/view/184/175>. Acesso em: 27 dez. 2023.

HARRIS, Siân *et al.* Tendencias Mundiales del Acceso Abierto: Temas de África, Asia y América Latina. **The Scholarly Kitchen**, [s. l.], 1 set. 2022. Disponível em: <https://scholarlykitchen.sspnet.org/translation/tendencias-mundiales-del-acceso-abierto-temas-de-africa-asia-y-america-latina/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

HAUSTEIN, Stefanie; LARIVIÈRE, Vincent. The Use of Bibliometrics for Assessing Research: Possibilities, Limitations and Adverse Effects. *In*: WELPE, Isabell M. *et al.* (org.). **Incentives and Performance: Governance of Research Organizations**. Cham: Springer International Publishing, 2015. p. 121–139. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-09785->

5_8. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-09785-5_8. Acesso em: 9 jun. 2026.

HE, Zilong; FANG, Wei. Barriers and facilitators to research data sharing: a lifecycle perspective. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 80, n. 6, p. 1546–1569, 8 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-03-2024-0048>. Disponível em: emerald.com/jd/article/80/6/1546-1569/1229652. Acesso em: 9 jun. 2026.

HERNDON, Joe; O'REILLY, Robert. Data sharing policies in social sciences academic journals: Evolving expectations of data sharing as a form of scholarly communication. In: Kellam, L.; Thompson, K. (ed.). **Databrarianship: The academic data librarian in theory and practice**. Chicago: American Library Association, 2016. p. 219–242. Disponível em: <https://dukespace.lib.duke.edu/dspace/bitstream/handle/10161/12792/Chapter%2014.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 mai. 2025.

HESS, Charlotte. Mapping the New Commons. In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF THE COMMONS, 12., Cheltenham, England: University of Gloucestershire, July 14-18, 2008. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1356835>. Acesso em: 13 mai. 2025.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. A Framework for Analyzing the Knowledge Commons - a chapter from Understanding Knowledge as a Commons: from Theory to Practice. **Librarian Publications**, Syracuse University Library, n. 21, 2005. Disponível em: <https://surface.syr.edu/sul/21>. Acesso em: 9 jun. 2026.

HICKS, Diana *et al.* Bibliometrics: The Leiden Manifesto for research metrics. **Nature**, [s. l.], v. 520, n. 7548, p. 429–431, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1038/520429a>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/520429a>. Acesso em: 9 jun. 2026.

HILL, Ryan; STEIN, Carolyn; WILLIAMS, Heidi. Internalizing Externalities: Designing Effective Data Policies. **AEA Papers and Proceedings**, Nashville, v. 110, p. 49–54, maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.1257/pandp.20201060>. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles/pdf/doi/10.1257/pandp.20201060>. Acesso em: 9 jun. 2026.

HINCHLIFFE, Lisa Janicke. Advancing an Integrated Vertical Stack of Publication Services? **The Scholarly Kitchen**, [s. l.], 8 ago. 2018. Disponível em: <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2018/08/08/integrated-vertical-stack-of-publication-services/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

HODSON, Simon; MOLLOY, Laura. Current Best Practice for Research Data Management Policies. [S. l.]: **Zenodo**, 13 ago. 2015. Disponível em: <https://zenodo.org/records/27872>. Acesso em: 10 jun. 2026.

HOLSTI, Ole R. **Content Analysis for the Social Sciences and Humanities**. Reading: Addison-Wesley Publislung Company, 1969.

HRYNASZKIEWICZ, Iain *et al.* Developing a research data policy framework for all journals and publishers. **Data Science Journal**, [s. l.], v. 19, n. 5, p. 1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5334/dsj-2020-005>. Disponível em: <https://datascience.codata.org/articles/10.5334/dsj-2020-005>. Acesso em: 9 jun. 2026.

HRYNASZKIEWICZ, Iain *et al.* Standardising and harmonising research data policy in scholarly publishing. **International Journal of Digital Curation**, Edinburgh, v. 12, n. 1, p. 65-71, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.2218/ijdc.v12i1.531>. Disponível em: <https://ijdc.net/index.php/ijdc/article/view/12.1.65>. Acesso em: 9 jun. 2026.

HRYNASZKIEWICZ, Iain. Publishers' responsibilities in promoting data quality and reproducibility. In: BESPALOV, A.; MICHEL, M. C.; STECKLER, T. (ed.). **Good research practice in non-clinical pharmacology and biomedicine**, Springer Cham, 2019. (Handbook of Experimental Pharmacology, v. 257). DOI: https://doi.org/10.1007/164_2019_290.

Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/164_2019_290. Acesso em: 9 jun. 2026.

HRYNASZKIEWICZ, Iain; HARNEY, James; CADWALLADER, Lauren. A Survey of Researchers' Needs and Priorities for Data Sharing. **Data Science Journal**, [s. l.], v. 20, n. 1, 13 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5334/dsj-2021-031>. Disponível em:

<https://datascience.codata.org/articles/10.5334/dsj-2021-031>. Acesso em: 9 jun. 2026.

IKEUCHI, U. An analysis of open research data practice, drivers, and barriers in Japan. **Library and Information Science**, [s. l.], v. 79, p. 21-57, 2018. DOI:

<https://doi.org/10.46895/lis.79.21>. Disponível em:

<https://www.libinformsci.com/10.46895/lis.79.21/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ILLES, Jude; ROBILLARD, Julie. M. Play and Pay: In Pursuit of Win-Win Relief of the Open Access Fee. **AJOB Neuroscience**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 67-69, 2025. DOI:

<https://doi.org/10.1080/21507740.2025.2474224>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21507740.2025.2474224>. Acesso em: 9 jun. 2026.

INTERNATIONAL SCIENCE COUNCIL. **RDM Terminology**. CODATA, Committee on Data of the ISC, [S. d.]. Disponível em: <https://codata.org/initiatives/data-science-and-stewardship/rdm-terminology-wg/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

JACKSON, Brian. Open Data Policies among Library and Information Science Journals. **Publications**, Basel, v. 25, n. 9, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/publications9020025>.

Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-6775/9/2/25>. Acesso em: 9 jun. 2026.

JAHN, Najko. About the Hybrid OA Dashboard. [S. l.]: HOAD, 2021. Disponível em:

<https://subugoe.github.io/hoad/articles/about.html>. Acesso em: 9 jun. 2026.

JAHN, Najko. How open are hybrid journals included in transformative agreements?

Quantitative Science Studies, Amsterdam, v. 6, p. 242–262, 12 mar. 2025. DOI:

https://doi.org/10.1162/qss_a_00348. Disponível em:

https://direct.mit.edu/qss/article/doi/10.1162/qss_a_00348/127473/How-open-are-hybrid-journals-included-in. Acesso em: 9 jun. 2026.

JAHN, Najko; MATTHIAS, Lisa; LAAKSO, Mikael. Toward transparency of hybrid open access through publisher-provided metadata: An article-level study of Elsevier. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 73, p. 104–118, 2021. DOI: 10.1002/asi.24549 Disponível em:

<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.24549>. Acesso em: 9 jun. 2026.

JEONG, Geum Hee. Status of the data sharing policies of scholarly journals published in Brazil, France, and Korea and listed in both the 2018 Scimago Journal and Country Ranking and the Web of Science. **Science Editing**, [s. l.], 2020, v. 7, n. 2, p. 136-141, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.6087/kcse.208>. Disponível em:

<https://escienceediting.org/journal/view.php?doi=10.6087/kcse.208>. Acesso em: 9 jun. 2026.

- JIAO, Chenyue; LI, Kai; FANG, Zhichao. Data sharing practices across knowledge domains: A dynamic examination of data availability statements in PLOS ONE publications. **Journal of Information Science**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 673–689, 1 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/01655515221101830>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/01655515221101830>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- JOHNSON, Rob; WATKINSON, Anthony; MABE, Michael. **The STM Report**. An overview of scientific and scholarly publishing. 1968-2018 Celebrating the 50th Anniversary of STM. 5. ed. [S. l.]: STM, 2018. Disponível em: https://www.stm-assoc.org/2018_10_04_STM_Report_2018.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.
- JOINT INFORMATION SYSTEMS COMMITTEE. **OpenDOAR**. Directory. Per country. [S. l.]: JISC, 2025. Disponível em: https://v2.sherpa.ac.uk/view/repository_by_country/. Acesso em: 9 jun. 2026.
- JONES, Leila; GRANT, Rebecca; HRYNASZKIEWICZ, Ian. Implementing publisher policies that inform, support and encourage authors to share data: two case studies. **Insights**, [s. l.], v. 32, n. 11, p. 1–11, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1629/uksg.463>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/01655515221101830https://doi.org/10.1629/uksg.463>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- KHAN, A. M.; *et al.* Global overview of research data repositories: an analysis of re3data registry. **Information Discovery and Delivery**, [s. l.], vol. ahead-of-print, n. ahead-of-print, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1108/IDD-07-2022-0069>. Disponível em: <https://www.emerald.com/idd/article/52/1/53/1228710/Global-overview-of-research-data-repositories-an>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- KHAN, Nushrat; THELWALL, Mike; KOUSHA, Kayvan. Data sharing and reuse practices: disciplinary differences and improvements needed. **Online Information Review**, [s. l.], v. 47, n. 6, p. 1036–1064, 7 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-08-2021-0423>. Disponível em: <https://www.emerald.com/oir/article/47/6/1036/318209/Data-sharing-and-reuse-practices-disciplinary>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- KHANNA, Saurabh *et al.* Recalibrating the scope of scholarly publishing: A modest step in a vast decolonization process. **Quantitative Science Studies**, Amsterdam, v. 3, n. 4, p. 912–930, 2022. DOI: https://doi.org/10.1162/qss_a_00228. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/3/4/912/114119/Recalibrating-the-scope-of-scholarly-publishing-A>. Acesso em: 5 mar. 2025.
- KIM, Eungi; ATTERAYA, Mahu Sudhan. A decade of changes in OA and non-OA journal publication and production. **Journal of Librarianship and Information Science**, [s. l.], v. 56, n. 4, p. 978–987, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/09610006231179718>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09610006231179718>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- KIM, Youngseek; ADLER, Melissa. Social scientists' data sharing behaviors: Investigating the roles of individual motivations, institutional pressures, and data repositories. **International Journal of Information Management**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 408–418, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2015.04.007>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401215000432?via%3Dihub>. Acesso em: 9 jun. 2026.

KIM, Youngseek; STANTON, Jeffrey M. Institutional and individual factors affecting scientists' data-sharing behaviors: A multilevel analysis. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 67, n. 4, p. 776–799, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.23424>. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23424>. Acesso em: 9 jun. 2026.

KING, Diane; TENOPIR, Carol. A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 176-182, maio/ago. 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19651998000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/534gGZWFD5sVTsh98N9VPpb/#>. Acesso em: 2 mar. 2024.

KLEBEL, Thomas *et al.* Peer review and preprint policies are unclear at most major journals. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 15, n. 10, e0239518, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0239518>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0239518>. Acesso em: 9 jun. 2026.

LAAKSO, Mikael; MULTAS, Anna-Maija. European scholarly journals from small- and mid-size publishers: mapping journals and public funding mechanisms. **Science and Public Policy**, [s. l.], v. 50, p. 445–456, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1093/scipol/scac081>. Disponível em: <https://academic.oup.com/spp/article/50/3/445/7043797>. Acesso em: 9 jun. 2026.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARIVIERE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 10, n. 6, e0127502, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502>. Acesso em: 9 jun. 2026.

LASSER, Jana *et al.* MapOSR - A mapping review dataset of empirical studies on Open Science. **F1000Research**, [s. l.], v. 11, n. 535, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12688/f1000research.121665.1>. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/11-535/v1>. Acesso em: 9 jun. 2026.

LEE, Jae Yun; CHUNG, EunKyung. Mapping open science using a keyword bibliographic coupling analysis network. **Information Research**, [s. l.], v. 27, n. 4, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47989/irpaper949>. Disponível em: <https://publicera.kb.se/ir/article/view/61843>. Acesso em: 9 jun. 2026.

LIPSITZ, Stuart R. *et al.* Testing for independence in $J \times K$ contingency tables with complex sample survey data. **Biometrics**, [s. l.], v. 71, n. 3, p. 832–840, set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/biom.12297>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25762089/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MADDEN, Frances *et al.* Guides to Choosing Persistent Identifiers - Version 3. **Zenodo**, 28 maio 2020. Disponível em: <https://zenodo.org/record/3862655>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MADDI, Abdelghani; MAISONOBE, Marion; BOUKACEM-ZEGHMOURI, Chérifa. Geographical and disciplinary coverage of open access journals: OpenAlex, Scopus, and WoS. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. e0320347, 14 abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0320347>. Disponível em:

<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0320347>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MALIČKI, Mario *et al.* Journals' instructions to authors: A cross-sectional study across scientific disciplines. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 14, n. 9, e0222157, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0222157>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0222157>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MALIČKI, Mario *et al.* Systematic review and meta-analyses of studies analysing instructions to authors from 1987 to 2017. **Nature Communications**, [s. l.], v. 12, 5840, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-021-26027-y>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-021-26027-y>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MARQUES, Francisco. As disputas entre ortodoxos e heterodoxos: o que é (e o que não é) economia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, artigo e20210280, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.2.318>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/wydvF939TQ9Tnvk8BT4PGQs/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MASSARANI, Luisa *et al.* Acceso abierto excluye a científicos del mundo en desarrollo - América Latina y el Caribe. **SciDevNet**, [s. l.], 10 maio 2021. Disponível em: <https://www.scidev.net/america-latina/features/acceso-abierto-excluye-a-cientificos-del-mundo-en-desarrollo/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MCCABE, Mark; SNYDER, Christopher. Open access and academic journal quality. **American Economic Review**, v. 95, n. 2, p. 453–459, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4132864>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MCCABE, Mark; SNYDER, Christopher. Open access as a crude solution to a hold-up problem in the two-sided market for academic journals. **The Journal of Industrial Economics**, [s. l.], v. 66, n. 2, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/joie.12167>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/joie.12167>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MCGUINNESS, Luke A.; SHEPPARD, Athena L. A descriptive analysis of the data availability statements accompanying medRxiv preprints and a comparison with their published counterparts. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 16, n. 5, p. e0250887, 13 maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0250887>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0250887>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MCKIERNAN, Erin *et al.* Meta-Research: Use of the Journal Impact Factor in academic review, promotion, and tenure evaluations. **eLife**, [s. l.], v. 8, e47338, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7554/eLife.47338>. Disponível em: <https://elifesciences.org/articles/47338>. Acesso em: 9 jun. 2026.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1999.

MEHLENBACHER, Ashley Rose. Registered Reports: Genre Evolution and the Research Article. **Written Communication**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 38–67, 1 jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0741088318804534>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0741088318804534>. Acesso em: 9 jun. 2026.

- MERTON, Robert K. **La sociologia de la ciencia**. Madrid: Alianza Editorial, 1977.
- MERTON, Robert K. The Matthew effect in science. **Science**, [s. l.], v. 159, p. 56-63, jan. 1968. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.159.3810.56>. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.159.3810.56?referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- MIEDEMA, F. Transition to open science. In: MIEDEMA, F. **Open Science: the very idea**. Dordrecht: Springer, 2022. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-024-2115-6_7. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-024-2115-6_7. Acesso em: 9 jun. 2026.
- MIGUEL, Edward. Evidence on research transparency in Economics. **The Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 193-214, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27041221>. Acesso em: 13 mai. 2023.
- MOLES, Nathan. Data-PE: A framework for evaluating data publication policies at scholarly journals. **Data Science Journal**, [s. l.], v. 13, p. 192-202, 2015. DOI: <https://doi.org/10.2481/dsj.14-047>. Disponível em: <https://datascience.codata.org/articles/10.2481/dsj.14-047>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- MONGEON, Philippe; PAUL-HUS, Adèle. The journal coverage of Web of Science and Scopus: a comparative analysis. **Scientometrics**, [s. l.], v. 106, n. 1, p. 213–228, 1 jan. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1765-5>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-015-1765-5>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- MOZERSKY, Jessica *et al.* Barriers and facilitators to qualitative data sharing in the United States: A survey of qualitative researchers. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 16, n. 12, p. e0261719, 31 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261719>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0261719>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- NASSI-CALÒ, Lilian. Avaliação por pares: modalidades, prós e contras [online]. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, 23 mar. 2015. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2015/03/27/avaliacao-por-pares-modalidades-pros-e-contras/>. Acesso em: 5 abr. 2024.
- NAUGHTON, Linda; KERNOHAN, David. Making sense of journal research data policies. **Insights**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 84-89, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1629/uksg.284>. Disponível em: <https://insights.uksg.org/articles/10.1629/uksg.284>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- NEUBERT, Patrícia S.; RODRIGUES, Rosangela S. Oligopólios e publicação científica: a busca por impacto na América Latina. **Transinformação**, Campinas, v. 33, e200069, 2021. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202133e200069>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/NJCD5gNbYN5JNmBSp7rLtBk/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- NISHIKAWA-PACHER, Andreas. Who are the 100 largest scientific publishers by journal count? A webscraping approach. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 78, n. 7, p. 450–463, 19 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-04-2022-0083>. Disponível em: <https://www.emerald.com/jd/article/78/7/450/431739/Who-are-the-100-largest-scientific-publishers-by>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- NOSEK, Brian A. *et al.* Promoting an open research culture: Author guidelines for journals could help to promote transparency, openness, and reproducibility. **Science**, [s. l.], v. 348, n.

6242, p. 1422-1425, jun., 2015. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aab2374>. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aab2374>. Acesso em: 9 jun. 2026.

NUIJTEN, Michèle *et al.* Journal data sharing policies and statistical reporting inconsistencies in Psychology. **Collabra: Psychology**, [s. l.], v. 3, n. 1, art. 31, p. 1-22, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1525/collabra.102>. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/collabra/article/3/1/31/112350/Journal-Data-Sharing-Policies-and-Statistical>. Acesso em: 9 jun. 2026.

OPEN ACCESS NETWORK. **History of the Open Access Movement**. Open Access Network, 2025. Disponível em: <https://open-access.network/en/information/open-access-primers/history-of-the-open-access-movement>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Data-driven Innovation for Growth and Well-being**. Paris: OECD Publishing, 2015b.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Making Open Science a Reality. **OECD Science, Technology and Industry Policy Papers**, n. 25. Paris: OECD Publishing, 2015a. DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/5jrs2f963zs1-en>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Recommendation of the Council concerning Access to Research Data from Public Funding**. OECD/LEGAL/0347. Paris: OECD, 2006. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0347>. Acesso: 27 dez. 2023.

OSTERWALDER, Alexander. **The business model ontology: a proposition in a design science approach**. 2004. Dissertation (Doctor of Philosophy) – École des Hautes Études Commerciales, Université de Lausanne, Lausanne, Switzerland, 2004. Disponível em: https://virtual-economy.org/files/aosterwa/phd/osterwalder_phd_bm_ontology.pdf. Acesso em: 23 abr. 2017.

PACKER, Abel *et al.* Speeding up research communication: the actions of SciELO. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, 10 mar. 2016. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PEARCE, Joshua. The Rise of Platinum Open Access Journals with Both Impact Factors and Zero Article Processing Charges. **Knowledge**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 209-224, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/knowledge2020013>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2673-9585/2/2/13>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PERRIER, Laure; BLONDAL, Erik; MACDONALD, Heather. The views, perspectives, and experiences of academic researchers with data sharing and reuse: A meta-synthesis. **PLoS ONE**, v. 15, n. 2, p. e0229182, 27 fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0229182>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0229182>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PIWOWAR, H.; PRIEM, J.; ORR, R. The future of OA: a large-scale analysis projecting open access publication and readership. **bioRxiv**, [s. l.], out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1101/795310>. Disponível em: <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/795310v1>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PIWOWAR, Heather *et al.* The state of OA: a large-scale analysis of the prevalence and impact of Open Access articles. **PeerJ**, [s. l.], v. 6, e4375, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7717/peerj.4375>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29456894/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PIWOWAR, Heather; CHAPMAN, Wendy. A review of journal policies for sharing research data. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ELECTRONIC PUBLISHING (ELPUB), 12., 2008, Toronto **Proceedings** [...], Toronto, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/221436022_A_review_of_journal_policies_for_sharing_research_data. Acesso em: 13 mai. 2023.

POLLOCK, Dan; MICHAEL, Ann. News & Views: Market Sizing Update 2024: Has OA Hit A Peak? **Delta Think**, [s. l.], 22 out. 2024. Disponível em: <https://www.deltathink.com/news-views-market-sizing-update-2024-has-oa-hit-a-peak>. Acesso em: 9 jun. 2026.

POLLOCK, Dan; STAINES, Heather. News & Views: Market Sizing Supplement 2025 – Your Mileage May Vary. **Delta Think**, [s. l.], 2 dez. 2025a. Disponível em: <https://www.deltathink.com/news-views-market-sizing-supplement-2025-your-mileage-may-vary>. Acesso em: 9 jun. 2026.

POLLOCK, Dan; STAINES, Heather. News & Views: Market Sizing Update 2025 – Has OA recovered its mojo? **Delta Think**, [s. l.], 21 out. 2025b. Disponível em: <https://www.deltathink.com/news-views-market-sizing-update-2025-has-oa-recovered-its-mojo>. Acesso em: 9 jun. 2026.

POLLOCK, Dan; STAINES, Heather. News & Views: Open Access Loses Share – Market Sizing 2024 Sneak Peek. **Delta Think**, [s. l.], 16 jul. 2024. Disponível em: <https://www.deltathink.com/news-views-open-access-loses-share-market-sizing-2024-sneak-peek>. Acesso em: 9 jun. 2026.

POLLOCK, Dan; STAINES, Heather. News & Views: Publishers and Market Consolidation – Part 1 of 2. **Delta Think**, [s. l.], 21 jun. 2022a. Disponível em: <https://www.deltathink.com/news-views-publishers-and-market-consolidation-part-1-of-2>. Acesso em: 9 jun. 2026.

POLLOCK, Dan; STAINES, Heather. News & Views: Publishers and Market Consolidation – Part 2 of 2. **Delta Think**, [s. l.], 16 ago. 2022b. Disponível em: <https://www.deltathink.com/news-views-publishers-and-market-consolidation-part-2-of-2>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PONTIKA, N. *et al.* Fostering Open Science to Research using a Taxonomy and an eLearning Portal. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON KNOWLEDGE TECHNOLOGIES AND DATA DRIVEN BUSINESS, 15., 2015, [s. l.]. **Proceedings** [...]. [S. l.: s. n.], 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1145/2809563.2809571>. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2809563.2809571>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PRIEM, Jason; HEMMINGER, Bradley. Decoupling the scholarly journal. **Frontiers in Computational Neuroscience**, [s. l.], v. 6, 2012. DOI: <https://doi.org/10.3389/fncom.2012.00019>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fncom.2012.00019>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PRONK, T. E. The time efficiency gain in sharing and reuse of research data. [s. l.], 18, n. 10, p. 1-8, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5334/dsj-2019-010>. Disponível em: <https://datascience.codata.org/articles/10.5334/dsj-2019-010>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PROSSER, Annayah *et al.* When open data closes the door: A critical examination of the past, present and the potential future for open data guidelines in journals. **British Journal of Social Psychology**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/bjso.12576>. Disponível em: <https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/bjso.12576>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PUBLONS. **Global state of peer review 2018**. [S. l.]: Clarivate, 2018. Disponível em: <https://publons.com/static/Publons-Global-State-Of-Peer-Review-2018.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

RE3DATA. **Registry of Research Data Repositories**. Browse by country. [S. l.]: Re3data, 2025. Disponível em: <https://www.re3data.org/browse/by-country/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

REGISTRY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES. Repositories by country. [S. l.]: E-prints, 2025. Disponível em: <https://roar.eprints.org/view/geoname/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

REPISO, Rafael; ORDUÑA-MALEA, Enrique; AGUADED, Ignacio. Revistas científicas editadas por universidades en Web of Science características y contribución a la marca universidad. **El profesional de la información**, v. 28, n. 4, e280405, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3145epi.2019.jul.05>. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2019.jul.05>. Acesso em: 9 jun. 2026.

RESNIK, David *et al.* Effect of impact factor and discipline on journal data sharing policies. **Accountability in Research**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 139-156, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/08989621.2019.1591277>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08989621.2019.1591277>. Acesso em: 9 jun. 2026.

RODES, Sigmar. M.; SALES, Denise P.; ALVES, Maria S. Política editorial de um periódico científico. In: Rodes, S. M.; Principe, Eloisa. (org.). **Comunicação científica aberta**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 159-172. DOI: <https://doi.org/10.21452/ABEC.2022.isbn.978-65-89167-68-6>. Disponível em: <https://www1.abecbrasil.org.br/arquivos/e-book-comunicacao-cientifica-aberta.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ROSS-HELLAUER, Tony *et al.* Dynamics of cumulative advantage and threats to equity in open science: a scoping review. **Royal Society Open Science**, v. 9, n. 1, p. 211032, 19 jan. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsos.211032>. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/rsos/article/9/1/211032/96163/Dynamics-of-cumulative-advantage-and-threats-to>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ROUSI, Antti M.; LAAKSO, Mikael. Journal research data sharing policies: a study of highly-cited journals in neuroscience, physics, and operations research. **Scientometrics**, [s. l.], v. 124, n. 1, p. 131–152, 1 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03467-9>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-020-03467-9>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SABADINI Aparecida; SAMPAIO, Maria Imaculada; KOLLER, Silvia Helena. Preparando um artigo científico. In: SABADINI Aparecida; SAMPAIO, Maria Imaculada; KOLLER, Silvia Helena. (org.). **Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica**. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009. p. 117-161.

SALES, Luana Ferreira; SAYÃO, Luis Fernando. Uma proposta de taxonomia para dados de pesquisa. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan/jun. 2019.

SALVADOR-OLIVÁN, José Antonio; AGUSTÍN-LACRUZ, Carmen. Correlación entre indicadores bibliométricos en revistas de Web of Science y Scopus. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 25, n. 2, p. 341–359, 17 dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_RGID.2015.v25.n2.51241. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SAMAAN, Zainab *et al.* A systematic scoping review of adherence to reporting guidelines in health care literature. **Journal of Multidisciplinary Healthcare**, [s. l.], v. 6, p. 169–188, 6 maio 2013. DOI: <https://doi.org/10.2147/JMDH.S43952>. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/en/article/view/51241>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SAMARCO, Jessica; VÁZQUEZ, María José; FARIÑA, Francisca. Comparación de los índices de citas y clasificación de revistas del Journal Citation Reports y Scopus en el campo de la Psicología. **Revista Iberoamericana de Psicología y Salud**, Madrid, v. 10, n. 2, p. 122, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23923/j.rips.2019.02.030>. Disponível em: <https://www.rips.cop.es/pii?pii=30>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SAN FRANCISCO DECLARATION ON RESEARCH ASSESSMENT. Read the Declaration. **Dora**, [s. l.], 2012. Disponível em: <https://sfdora.org/read/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SANTOS, S. M. dos; CALÒ, L. N. Gestão editorial: tendências e desafios na transição para a ciência aberta. In: SILVA, Lucia da; SILVA, F. C. C. (org.). **Gestão editorial de periódicos científicos: Tendências e boas práticas**. Florianópolis: BU Publicações/UFSC; Edições do Bosque/UFSC, 2020, p. 17-56. DOI: <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0/1>. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208692>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, ano 1, n. 1, jul. 2009. DOI: <https://doi.org/10.63595/rbhcs.v1i1.10351>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SATYRO, Natalia G. D.; D'ALBUQUERQUE, Raquel W. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades? **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, e55631, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v23i.55631>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/55631>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Ferreira. Dados abertos de pesquisa: ampliando o conceito de acesso livre. In: Sales, Luana Ferreira; Viola, Carla. **Informação digital e suas diversas abordagens pela ótica de um cientista da informação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021a, p. 185-198.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Ferreira. Gestão de dados como serviço: proposta de um modelo. In: SALES, Luana Ferreira; VIOLA, Carla. **Informação digital e suas diversas abordagens pela ótica de um cientista da informação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021b, p. 285-334.

SAYOGO, Djoko Sigit; PARDO, Theresa A. Exploring the determinants of scientific data sharing: Understanding the motivation to publish research data. **Government Information Quarterly**, [s. l.], v. 30, p. S19–S31, jan. 2013. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2012.06.011>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X12001529?via%3Dihub>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SCHIMMER, R.; GESCHUHN, K. K.; VOGLER, A. Disrupting the subscription journals' business model for the necessary large-scale transformation to open access. **Max Planck Digital Library**, Open Access Policy White Paper, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.17617/1.3>. Disponível em: https://pure.mpg.de/view/item_2148961. Acesso em: 9 jun. 2026.

SCHNEEGANS, S.; STRAZA, T.; LEWIS, J. (ed.). **UNESCO Science Report: the Race Against Time for Smarter Development**. Paris: UNESCO Publishing, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377433>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SCHONFELD, Roger C. Will Publishers Have Platforms? **The Scholarly Kitchen**, [s. l.], 27 fev. 2019. Disponível em: <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2019/02/27/will-publishers-have-platforms/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SCHÖPFEL, Joachim; KERGOSIEN, Eric. Les revues SIC et les données de recherche. **Balisages**, [s. l.], v. 3, dec. 2021. Disponível em: <https://publications-prairial.fr/balisages/index.php?id=641>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: Scielo Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/media/files/20240900-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SCIMAGO. **Scimago Journal and Country Rank**. Journal Rankings. Economics, Econometrics, and Finance. 2023. [S. l.]: Scimago, 2024. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/countryrank.php>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SEGADO-BOJ, Francisco; PRIETO-GUTIÉRREZ, Juan-Jose; MARTÍN-QUEVEDO, Juan. Attitudes, willingness, and resources to cover article publishing charges: The influence of age, position, income level country, discipline and open access habits. **Learned Publishing**, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 489–498, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap.1455>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/leap.1455>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SEN, Amartya. Economic methodology: heterogeneity and relevance. **Social Research**, [s. l.], v. 71, n. 3, p. 583–614, 2004. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/4/4/778/118070/The-oligopoly-s-shift-to-open-access-How-the-big>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SEVERIN, Anna *et al.* Discipline-specific open access publishing practices and barriers to change: an evidence-based review. **F1000Research**, [s. l.], v. 7, 1925, 26 mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12688/f1000research.17328.2>. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/7-1925/v2>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SHARMA, Manish; BABEL, Praveen. Awareness and implementation of FAIR data principles in research data management: A systematic literature review. **IP Indian Journal of Library Science and Information Technology**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 99–113, 24 abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.18231/j.ijlsit.15781.1775038735>. Disponível em: <https://ijlsit.org/archive/volume/11/issue/1/article/26755>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SHMAGUN, H. *et al.* The Uptake of Open Science: Mapping the Results of a Systematic Literature Review. **ITM Web Conf.**, [s. l.], v. 33, 01001, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1051/itmconf/20203301001>. Disponível em: https://www.itm-conferences.org/articles/itmconf/abs/2020/03/itmconf_ictessh2020_01001/itmconf_ictessh2020_01001.html. Acesso em: 9 jun. 2026.

SHU, Fei; LARIVIÈRE, Vincent. The oligopoly of open access publishing. **Scientometrics**, [s. l.], v. 129, n. 1, p. 519–536, 1 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-023-04876-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-023-04876-2>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SILVA, Fabiano. C. da Gestão de dados científicos para periódicos. In: SILVEIRA, Lucia da; Silva, F. C. C. (org.). **Gestão editorial de periódicos científicos: Tendências e boas práticas**. Florianópolis: BU Publicações /UFSC; Edições do Bosque/UFSC, 2020, p. 57-79. DOI: <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0/2> Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208693>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SILVA, Maria Helena Ferreira Xavier da. **Política de gestão de dados de pesquisa em universidades públicas: estudo comparado Brasil e Reino Unido**. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; BARBOSA, Ares Dall’Agnol. Políticas editoriais de dados científicos em periódicos da área de comunicação e informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 286–306, 27 mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v16.n1.2023.42055>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42055>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SILVEIRA, Lucia *et al.* Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 1-27, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79646>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/79646>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVEIRA, Lucia *et al.* Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1-22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91712>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91712>. Acesso em: 10 out. 2023.

SIMARD, Marc-André *et al.* The Value of a Diamond: Understanding Global Coverage of Diamond Open Access Journals in Web of Science, Scopus, and OpenAlex to Support an Open Future. In: ANNUAL CONFERENCE OF CAIS / CONGRÈS ANNUEL DE L’ACSI, 2023, [local]. **Proceedings** [...]. [S. l.: s. n.], 2023. DOI: <https://doi.org/10.29173/cais1845>. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/ojs/cais-acsi.ca/index.php/cais-asci/article/view/1845>. Acesso em: 10 out. 2024.

SIMARD, Marc-André *et al.* We need to rethink the way we identify diamond open access journals in quantitative science studies. **Quantitative Science Studies**, Amsterdam, v. 5, n. 4, 2024. DOI: 1042–1046. Disponível em: https://doi.org/10.1162/qss_c_00331. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/5/4/1042/124449/We-need-to-rethink-the-way-we-identify-diamond>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SINGH, Vivek Kumar *et al.* The journal coverage of Web of Science, Scopus and Dimensions: A comparative analysis. **Scientometrics**, [s. l.], v. 126, n. 6, p. 5113–5142, 1 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-021-03948-5>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-021-03948-5>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SMITH, Audrey C. *et al.* Assessing the effect of article processing charges on the geographic diversity of authors using Elsevier's "Mirror Journal" system. **Quantitative Science Studies**, Amsterdam, v. 2, n. 4, p. 1123–1143, 1 dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.1162/qss_a_00157. Disponível em: <https://direct.mit.edu/qss/article/2/4/1123/107612/Assessing-the-effect-of-article-processing-charges>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SMITH, Richard. Peer review: a flawed process at the heart of science and journals. **Journal of the Royal Society of Medicine**, [s. l.], n. 99, art. 4, p. 178-182, abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/014107680609900414>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/014107680609900414>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SOLOMON, David J. Digital distribution of academic journals and its impact on scholarly communication: Looking back after 20 years. **Journal of Academic Librarianship**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 23-28, jan. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2012.10.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0099133312001553?via%3Dihub>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SPARKS, Summar C. From Gatekeepers to Facilitators: Understanding the Role of the Journal Editor. **College English**, [s. l.], v. 77, n. 2, p. 153–157, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24238172>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SPICHTINGER, D. (Coord.) Open Science and COVID Research. Version 6.1. Zenodo, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10550343>. Acesso em: 5 ago. 2024.

STM ASSOCIATION. **2025 STM OA Dashboard Data**. [S. l.]: STM Association, 24 out. 2025. Disponível em: [https://stm-assoc.org/document/2025-stm-oa-dashboard-data/STM Global](https://stm-assoc.org/document/2025-stm-oa-dashboard-data/STM%20Global). Acesso em: 9 jun. 2026.

STM ASSOCIATION. STM Global Brief 2021: Economics & Market Size. White Report. [S. l.]: STM Association, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://stm-assoc.org/document/stm-global-brief-2021-economics-and-market-size-2/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

STODDEN, Victoria; GUO, Peixuan; MA, Zhaokun. How journals are adopting open data and code policies. In: THEMATIC CONFERENCE ON THE THE KNOWLEDGE COMMONS, 1., 2012, Louvain-la-Neuve, Bélgica. **Anais [...]**. Louvain-la-Neuve, Bélgica 2012. Disponível em: <https://stodden.net/papers/IASC2012-STODDEN-Sept122012.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

STODDEN, Victoria; GUO, Peixuan; MA, Zhaokun. Toward Reproducible Computational Research: An Empirical Analysis of Data and Code Policy Adoption by Journals. **PLoS ONE**, v. 8, n. 6, p. e67111, 21 jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0067111>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0067111>. Acesso em: 9 jun. 2026.

STUART, David. *et al.* Whitepaper: Practical challenges for researchers in data sharing. **Springer Nature**, [s. l.], mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.5975011>. Disponível em: https://figshare.com/articles/journal_contribution/Whitepaper_Practical_challenges_for_researchers_in_data_sharing/5975011. Acesso em: 9 jun. 2026.

STUMPF, Ida. Avaliação de originais nas revistas científicas: uma trajetória em busca do acerto. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (org.).

Preparação de revistas científicas: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005, p. 103-122.

STUMPF, Ida. Avaliação pelos pares nas revistas de comunicação: visão dos editores, autores e avaliadores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Marília, v. 13, n. 1, p. 18-32, jan./abr. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/dn5DMFXZwjc4ndkRSK5X9zB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2024.

STUMPF, Ida. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/637>. Acesso em: 2 mar. 2024.

STUMPF, Ida. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **Intexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3369>. Acesso em: 2 mar. 2024.

STUMPF, Ida. Revisão pelos pares: do tradicional ao inovador. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

STURGES, Paul *et al.* Research Data Sharing. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 66, n. 12, p. 2445-2455, 2015. DOI:

<https://doi.org/10.1002/asi.23336>. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23336>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SUBER, Peter *et al.* **The Bethesda Statement on Open-Access Publishing**. 2003. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/48547523_The_Bethesda_Statement_on_Open-Access_Publishing Acesso em: 9 jun. 2026.

SUBER, Peter. Qu'est-ce que l'accès ouvert ? Tradução: Marie Lebert. Marseille: OpenEdition Press, 2016. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/1600>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SVEINSDOTTIR, Thordis; DAVIDSON, Joy; PROUDMAN, Vanessa. **An Analysis of Open Science Policies in Europe**. Version 7. [S. l.]: Zenodo, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://zenodo.org/records/4725817>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SWANSON, Nicholas *et al.* Research transparency is on the rise in Economics. **AEA Papers and Proceedings**, [s. l.], v. 110, p. 61-65, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.1257/pandp.20201077>. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pandp.20201077>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TAL-SOCHER, Michal; ZIDERMAN, Adrian. Data sharing policies in scholarly publications: interdisciplinary comparisons. **Prometheus**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 116-134, 2020. DOI: <https://doi.org/10.13169/prometheus.36.2.0116>. Disponível em:

<https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.13169/prometheus.36.2.0116>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TARGINO, Maria das Graças. Artigos científicos: a saga da autoria e co-autoria. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. (org.). **Preparação de revistas científicas:** teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 35-54.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

TARGINO, Maria das Graças; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. O editor e a revista científica: entre “o feijão e o sonho”. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Cengage Learning, 2008, p. 41-72.

TASŞKIN, Zehra *et al.* Mapping the publisher types and collaborations behind Web of Science indexed journals. **SocArXiv Papers**, [s. l.], nov. 7, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31235/osf.io/8skzg>. Disponível em: https://osf.io/preprints/socarxiv/8skzg_v1. Acesso em: 9 jun. 2026.

TEDERSOO, Leho *et al.* Data sharing practices and data availability upon request differ across scientific disciplines. **Sci Data**, [s. l.], v. 8, n. 192, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41597-021-00981-0>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41597-021-00981-0>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TENNANT, Jonathan P. *et al.* A multi-disciplinary perspective on emergent and future innovations in peer review [version 3; peer review: 2 approved]. **F1000Research**, [s. l.], v. 6, art. 1151, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12688/f1000research.12037.3>. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/6-1151/v3>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TENNANT, Jonathan P. Web of Science and Scopus are not global databases of knowledge. **European Science Editing**, [s. l.], v. 46, p. e51987, 27 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.3897/ese.2020.e51987>. Disponível em: <https://ese.arphahub.com/article/51987/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TENNANT, Jonathan; ROSS-HELLAUER, Tony. The limitations to our understanding of peer review. **Research Integrity and Peer Review**, [s. l.], v. 5, n. 6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1186/s41073-020-00092-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s41073-020-00092-1>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TENOPIR, Carol *et al.* Changes in Data Sharing and Data Reuse Practices and Perceptions among Scientists Worldwide. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 10, n. 8, e0134826, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0134826>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0134826>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TENOPIR, Carol *et al.* Data sharing, management, use, and reuse: Practices and perceptions of scientists worldwide. **PLoS ONE**, [s. l.], n. 15, v. 3, e0229003, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0229003>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0229003>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TENOPIR, Carol; KING, Donald. The use and value of scientific journals: past, present and future. **Serials**, [s. l.], v. 14, n. 2, July 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242824037_The_Use_and_Value_of_Scientific_Journals_Past_Present_and_Future/fulltext/55e0338308ae2fac47197fbf/The-Use-and-Value-of-Scientific-Journals-Past-Present-and-Future.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

TERRY, Robert F.; LITTLER, Katherine; OLLIARO, Piero L. Sharing health research data: the role of funders in improving the impact. **F1000Research**, [s. l.], v. 7, n. 1641, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12688/f1000research.16523.2>. Disponível em: <https://f1000research.com/articles/7-1641/v2>. Acesso em: 9 jun. 2026.

THE BERLIN DECLARATION on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. [S. l.]: Max Planck Society; Max Planck Institute for the History of Science, 22 out. 2003. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 9 jun. 2026.

THE PLOS MEDICINE EDITORS. The impact factor game. **PLoS Medicine**, [s. l.], v. 3, n. 6, e291, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0030291>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.0030291>. Acesso em: 9 jun. 2026.

THE ROYAL SOCIETY. **Science as an open enterprise**. The Royal Society Science Policy Centre Report 02/12. London: The Royal Society, 2012. Disponível em: <https://royalsociety.org/-/media/policy/projects/sape/2012-06-20-saoe.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2023.

THELWALL, Mike; PINFIELD, Stephen. The accuracy of field classifications for journals in Scopus. **Scientometrics**, [s. l.], v. 129, p. 1097–1117, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-023-04901-4>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-023-04901-4>. Acesso em: 9 jun. 2026.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOMASELLI, K. G. The geography of Plan S open science. **South African Journal of Science**, [s. l.], v. 117, n. 3/4, art. 9256, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17159/sajs.2021/9256>. Disponível em: <https://journals.co.za/doi/pdf/10.17159/sajs.2021/9256>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TRZESNIAK, Piotr. A estrutura editorial de um periódico científico. In: SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. (org.). **Publicar em psicologia**: um enfoque para a revista científica. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009. p. 87-102.

TRZESNIAK, Piotr; KOLLER, Silvia Helena. A redação científica apresentada por editores. In: SABADINI A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. (org.). **Publicar em psicologia**: um enfoque para a revista científica. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009, p. 19-33.

TSOUKALA, Victoria *et al.* **Policy ReCommendations for Open access to research Data in Europe**: Deliverable D5.1. [S. l.]: European Commission, 2015. Disponível em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/recode-project-recommendations-open-access-research-data-are-now-available>. Acesso em: 9 jun. 2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta**. In: CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO, 41., Paris, 9-24 nov. 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso: 18 jul. 2022.

UNITED NATIONS. **Standard country or area codes for statistical use (M49)**. [S. l.]: UN Statistic Division, 2024. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>. Acesso 2 jan. 2024.

VASILEVSKY, Nicole A. *et al.* Reproducible and reusable research: are journal data sharing policies meeting the mark? **PeerJ**, [s. l.], v. 5, p. e3208, 25 abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.7717/peerj.3208>. Disponível em: <https://peerj.com/articles/3208/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

VICENTE-SAEZ, Ruben; MARTINEZ-FUENTES, Clara. Open Science now: A systematic literature review for an integrated definition. **Journal of Business Research**, [s. l.], v. 88, p. 428-436, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.043>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296317305441?via%3Dihub>. Acesso em: 9 jun. 2026.

VILHUBER, Lars. Reproducibility and replicability in economics. **Harvard Data Science Review**, Cambridge, n. 2.4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1162/99608f92.4f6b9e67>. Disponível em: <https://hdsr.mitpress.mit.edu/pub/fgmpmj11/release/5>. Acesso em: 9 jun. 2026.

VILHUBER, Lars; TURITTO, James; WELCH, Keesler. Report by the AEA data editor. **AEA Papers and Proceedings**, Nahville, v. 110, p. 764-775, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1257/pandp.110.764>. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/pandp.110.764>. Acesso em: 9 jun. 2026.

VINES, Tim; MUDDIT, A. What's wrong with paying for peer review? **The Scholarly Kitchen**, [s. l.], 16 jun. 2021. Disponível em: <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2021/06/16/whats-wrong-with-paying-for-peer-review/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

VLAEMINCK, Sven. Data Management in Scholarly Journals and Possible Roles for Libraries: Some Insights from EDaWaX. **LIBER Quarterly**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 48-79, 2013. Disponível em: <https://liberquarterly.eu/article/view/10647/11443>. Acesso em: 9 jun. 2026.

VLAEMINCK, Sven. Dawning of a new age? Economics journals' data policies on the test bench. **LIBER Quarterly**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 1-29, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5337/lq.10940>. Disponível em: <https://liberquarterly.eu/article/view/10940>. Acesso em: 9 jun. 2026.

VLAEMINCK, Sven; HERRMANN, Lisa-Kristin. Data policies and data archives: a new paradigm for academic publishing in Economic Sciences? In: SCHMIDT, B.; Dobрева, M. (ed.). **New Avenues for Electronic Publishing in the Age of Infinite Collections and Citizen Science**, [S. l.: s. n.], 2015. E-book. DOI: <https://doi.org/10.3233/978-1-61499-562-3-145>. Disponível em: <https://ebooks.iospress.nl/publication/40893>. Acesso em: 9 jun. 2024.

WALTERS, William H. Data journals: incentivizing data access and documentation within the scholarly communication system. **Insights**, [s. l.], v. 33, n. 18, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1629/uksg.510>. Disponível em: <https://insights.uksg.org/articles/10.1629/uksg.510>. Acesso em: 9 jun. 2026.

WIBOWO, Muhamad Prabu; MON, Lorri. Investigating the practices and preferences of health scholars in sharing open research data. **PLoS ONE**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. e0313644, 12 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0313644>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0313644>. Acesso em: 9 jun. 2026.

WILKINSON, Mark D. *et al.* The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 160018, 15 mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/sdata201618>. Acesso em: 9 jun. 2026.

WILLIAMS, John W. *et al.* Shifts to open access with high article processing charges hinder research equity and careers. **Journal of Biogeography**, [s. l.], v. 50, n. 9, p. 1485–1489, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111%2Fjbi.14697>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jbi.14697>. Acesso em: 9 jun. 2026.

WILLINSKY, John. **The Access Principle: The Case for Open Access to Research and Scholarship**. Cambridge, MA; London: MIT Press, 2006.

WILLINSKY, John. The unacknowledged convergence of open source, open access, and open science. **First Monday**, [s. l.], 1 ago. 2005. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1265/1185>. Acesso em: 9 jun. 2026.

WISE, Alicia; ESTELLE, Lorraine. **Society Publishers Accelerating Open Access and Plan S (SPA OPS)**. [S. l.]: Information Power Ltd, 2020. Disponível em: https://www.informationpower.co.uk/wp-content/uploads/2020/06/SPA OPS_final-report.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

ZANGIROLAMI-RAIMUNDO, Julian; ECHEIMBERG, Jorge de Oliveira; LEONE, Claudio. Research methodology topics: Cross-sectional studies. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 356-360, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.152198>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/jhgd/en/article/view/152198> Acesso em: 9 jun. 2026.

ZENK-MÖLTGEN, Wolfgang *et al.* Factors influencing the data sharing behavior of researchers in sociology and political science. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 74, n. 5, p. 1053-1073, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1108/JD-09-2017-0126>. Disponível em: <https://www.emerald.com/jd/article/74/5/1053/214094/Factors-influencing-the-data-sharing-behavior-of>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ZENK-MÖLTGEN, Wolfgang; LEPTHIEN, Greta. Data sharing in sociology journals. **Online Information Review**, [s. l.], v. 38, n. 6, p. 709-722, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1108/OIR-05-2014-0119>. Disponível em: <https://www.emerald.com/oir/article/38/6/709/316093/Data-sharing-in-sociology-journals>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ZHANG, Lin *et al.* Should open access lead to closed research? The trends towards paying to perform research. **Scientometrics**, [s. l.], v. 127, n. 12, p. 7653–7679, 1 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-022-04407-5>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-022-04407-5>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ZHANG, Xijie. Is open access disrupting the journal business? A perspective from comparing full adopters, partial adopters, and non-adopters. **Journal of Infometrics**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 101574, 1 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2024.101574>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1751157724000865>. Acesso em: 9 jun. 2026.

ZIMAN, J. **An introduction to science studies: the philosophical and social aspects of science and technology**. New York: Cambridge University Press, 1984.

APÊNDICE A - LISTA DE TÍTULOS DA AMOSTRA

Quadro 10 – Lista de títulos da amostra por país, região geográfica e grupo econômico (n=259)

Título do Periódico	País	Região Geográfica	Grupo Econômico
African Finance Journal	África do Sul	África	Em desenvolvimento
African Journal of Agricultural and Resource Economics	Quênia	África	Em desenvolvimento
Agraris	Indonésia	Ásia	Em desenvolvimento
Algorithmic Finance	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
America Latina en la Historia Economica	México	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
American Economic Journal: Economic Policy	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
American Economic Review	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Annals of Economics and Finance	China	Ásia	Em desenvolvimento
Annals of Finance	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Annals of Financial Economics	Cingapura	Ásia	Em desenvolvimento
Annual Review of Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Applied Econometrics	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Apuntes del Cenes	Colômbia	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Argumenta Oeconomica	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Asia and the Pacific Policy Studies	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Asian Development Policy Review	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Asian Development Review	Cingapura	Ásia	Em desenvolvimento
Asian Economic and Financial Review	Paquistão	Ásia	Em desenvolvimento
Asian Economic Journal	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Asian Economic Policy Review	Austrália	Pacífico	Desenvolvido
Asian Journal of WTO and International Health Law and Policy	Taiwan	Ásia	Em desenvolvimento
Asian Review of Financial Research	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Asia-Pacific Financial Markets	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Asia-Pacific Journal of Regional Science	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Asia-Pacific Review	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido

Asia-Pacific Social Science Review	Filipinas	Ásia	Em desenvolvimento
Australasian Journal of Regional Studies	Austrália	Pacífico	Desenvolvido
Australian Economic Review	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Baltic Region	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Banking and Finance Review	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Borsa Istanbul Review	Turquia	Oriente Médio	Em desenvolvimento
Brazilian Journal of Political Economy	Brasil	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Bulletin of Monetary Economics and Banking	Indonésia	Ásia	Em desenvolvimento
Business Systems Research	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Business, Management and Economics Engineering	Lituânia	Europa Oriental	Desenvolvido
Cambridge Journal of Economics	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Cambridge Journal of Regions, Economy and Society	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Canadian Journal of Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Carbon Neutrality	China	Ásia	Em desenvolvimento
Central European Journal of Economic Modelling and Econometrics	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
China Economic Quarterly International	China	Ásia	Em desenvolvimento
China Journal of Economics	China	Ásia	Em desenvolvimento
Climate Change Economics	Cingapura	Ásia	Em desenvolvimento
ClinicoEconomics and Outcomes Research	Nova Zelândia	Pacífico	Desenvolvido
Communications for Statistical Applications and Methods	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Comparative Economic Research	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Contemporary Economic Policy	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Contemporary Economics	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Corporate Governance and Organizational Behavior Review	Ucrânia	Europa Oriental	Desenvolvido
Critical Finance Review	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Croatian Economic Survey	Croácia	Europa Oriental	Desenvolvido
Cuadernos de Desarrollo Rural	Colômbia	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Cuadernos de Economia	Espanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Desarrollo y Sociedad	Colômbia	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Econometric Theory	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido

Economía	Brasil	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Economia Aplicada	Brasil	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Economía y Política	Chile	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Economic Affairs	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Economic Analysis Review	Chile	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Economic and Political Weekly	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Economic Annals-XXI	Ucrânia	Europa Oriental	Desenvolvido
Economic Anthropology	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Economic Computation and Economic Cybernetics Studies and Research	Romênia	Europa Oriental	Desenvolvido
Economic Development and Cultural Change	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Economic Development	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Economic Development Quarterly	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Economic Modelling	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Economic Notes	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Economic Research	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Economics and Environment	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Economics and Sociology	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Economics of Transportation	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Ekonomika	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Empirical Economics	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Energy Economics	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Engineering Economics	Lituânia	Europa Oriental	Desenvolvido
Ensayos Sobre Política Económica	Colômbia	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Entrepreneurial Business and Economics Review	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Environmental Economics and Policy Studies	Japão	Ásia	Desenvolvido
Equilibrium	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Estudios de Economía	Chile	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Estudos Econômicos	Brasil	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Eurasian Business Review	Suíça	Europa Ocidental	Desenvolvido
European Competition and Regulatory Law Review	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido

European Journal of Finance	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Finance and Development	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Finance India	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Finance Research Letters	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Finance: Theory and Practice	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Financial and Credit Activity	Ucrânia	Europa Oriental	Desenvolvido
Financial Markets and Portfolio Management	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Finanzas y Política Económica	Colômbia	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Fiscal Studies	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Foreign Trade Review	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Foresight and STI Governance	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Forum for Social Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Forum Scientiae Oeconomia	Polónia	Europa Oriental	Desenvolvido
Foundations and Trends in Entrepreneurship	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Global Economy Journal	Cingapura	Ásia	Em desenvolvimento
Global Finance Journal	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Global Journal of Emerging Market Economies	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
History of Political Economy	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Hitotsubashi Journal of Economics	Japão	Ásia	Desenvolvido
Iberoamerica	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Indian Economic Review	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Indian Growth and Development Review	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Indian Journal of Economics and Development	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Indian Journal of Human Development	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Informacion Tecnica Economica Agraria	Espanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Information Economics and Policy	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Institutions and Economics	Malásia	Ásia	Em desenvolvimento
Intellectual Economics	Lituânia	Europa Oriental	Desenvolvido
International Economics and Economic Policy	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
International Journal of Business and Society	Malásia	Ásia	Em desenvolvimento

International Journal of Economic Policy Studies	Japão	Ásia	Desenvolvido
International Journal of Economic Theory	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
International Journal of Economics and Finance Studies	Turquia	Oriente Médio	Em desenvolvimento
International Journal of Economics and Management	Malásia	Ásia	Em desenvolvimento
International Journal of Energy Economics and Policy	Turquia	Oriente Médio	Em desenvolvimento
International Journal of Euro-Mediterranean Studies	Eslovênia	Europa Oriental	Desenvolvido
International Journal of Health Economics and Management	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
International Journal of Islamic Finance	Malásia	Ásia	Em desenvolvimento
International Journal of Revenue Management	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
International Journal of Trade and Global Markets	Suíça	Europa Ocidental	Desenvolvido
International Organisations Research Journal	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
International Review of Financial Analysis	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
International Studies of Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Iranian Economic Review	Irã	Oriente Médio	Em desenvolvimento
Israel Economic Review	Israel	Oriente Médio	Desenvolvido
Japanese Economic Review	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Advanced Transportation	Egito	África	Em desenvolvimento
Journal of Agricultural and Food Industrial Organization	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Agricultural and Resource Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Australian Political Economy	Austrália	Pacífico	Desenvolvido
Journal of Australian Taxation	Austrália	Pacífico	Desenvolvido
Journal of Banking and Finance	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Business Economics	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Comparative Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Competitiveness	República Tcheca	Europa Oriental	Desenvolvido
Journal of Contemporary Eastern Asia	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Journal of Contextual Economics	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Development Economics	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Distribution Science	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Journal of Economic Cooperation and Development	Turquia	Oriente Médio	Em desenvolvimento

Journal of Economic Growth	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Economic Integration	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Journal of Economic Interaction and Coordination	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Economic Literature	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Economic Perspectives	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Economic Structures	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Economic Surveys	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Economic Theory	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Economic Theory and Econometrics	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Journal of Economics and Business	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Economics and Finance	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Economics and Finance [Finance a Uver - Czech]	República Tcheca	Europa Oriental	Desenvolvido
Journal of Economics, Finance and Administrative Science	Peru	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Journal of Emerging Market Finance	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Journal of Entrepreneurship	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Journal of Entrepreneurship and Innovation in Emerging Economies	Cingapura	Ásia	Em desenvolvimento
Journal of Financial Intermediation	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Home Economics Research	Nigéria	África	Em desenvolvimento
Journal of Industrial Ecology	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of International Logistics and Trade	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Journal of Islamic Monetary Economics and Finance	Indonésia	Ásia	Em desenvolvimento
Journal of King Abdulaziz University, Islamic Economics	Arábia Saudita	Oriente Médio	Em desenvolvimento
Journal of Labor Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Mathematical Economics	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Political Economy	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Public Economic Theory	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Quantitative Economics	Suíça	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Risk and Financial Management	Suíça	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Risk and Uncertainty	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Risk Model Validation	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido

Journal of Sports Economics	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of the Association of Environmental and Resource Economists	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of the European Economic Association	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of the Japanese and International Economies	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of Time Use Research	Bélgica	Europa Ocidental	Desenvolvido
Journal of Wealth Management	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Journal of World Investment and Trade	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Jurnal Ekonomi Malaysia	Malásia	Ásia	Em desenvolvimento
Korean Economic Review	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Korean Journal of Financial Studies	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Law and Development Review	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Lecturas de Economia	Colômbia	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Local Economy	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Malaysian Journal of Consumer and Family Economics	Malásia	Ásia	Em desenvolvimento
Metroeconomica	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Mondes En Developpement	Bélgica	Europa Ocidental	Desenvolvido
Neuro-Fuzzy Modeling Techniques in Economics	Ucrânia	Europa Oriental	Desenvolvido
New Labor Forum	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
New Zealand Economic Papers	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Nigerian Journal of Economic and Social Studies	Nigéria	África	Em desenvolvimento
Norteamerica	México	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Nurture	Paquistão	Ásia	Em desenvolvimento
Panoeconomicus	Sérvia	Europa Oriental	Desenvolvido
Politics, Philosophy and Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Prague Economic Papers	República Tcheca	Europa Oriental	Desenvolvido
Problemas del Desarrollo	México	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Przegląd Wschodnioeuropejski (East European Review)	Polónia	Europa Oriental	Desenvolvido
Public and Municipal Finance	Ucrânia	Europa Oriental	Desenvolvido
Public Finance Quarterly	Hungria	Europa Oriental	Desenvolvido
Public Sector Economics	Croácia	Europa Oriental	Desenvolvido

Quarterly Journal of Austrian Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Quarterly Journal of Finance	Cingapura	Ásia	Em desenvolvimento
Regional and Sectoral Economic Studies	Espanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Research in International Business and Finance	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Resources, Conservation and Recycling	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Review of Asset Pricing Studies	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Review of Behavioral Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Review of Behavioral Finance	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Review of Corporate Finance Studies	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Review of Development Finance	África do Sul	África	Em desenvolvimento
Review of Income and Wealth	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Review of International Organizations	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Review of Radical Political Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Review of Social Economy	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Review of World Economics	Alemanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Revista Brasileira de Economia	Brasil	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Revista de Defesa da Concorrência	Brasil	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Revista de Economía del Rosario	Colômbia	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Revista de Economía e Sociología Rural	Brasil	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Revista de Economía Mundial	Espanha	Europa Ocidental	Desenvolvido
Revista Mexicana de Economía y Finanzas Nueva Época	México	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento
Revue d'Histoire de la Pensée Économique	França	Europa Ocidental	Desenvolvido
Revue Économique	França	Europa Ocidental	Desenvolvido
Russian Peasant Studies	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Science, Technology and Human Values	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Scientific Annals of Economics and Business	Romênia	Europa Oriental	Desenvolvido
Seoul Journal of Economics	República da Coreia	Ásia	Desenvolvido
Sever i Rynok	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Singapore Economic Review	Cingapura	Ásia	Em desenvolvimento
Social and Economic Studies	Jamaica	América Latina e Caribe	Em desenvolvimento

Society and Economy	Hungria	Europa Oriental	Desenvolvido
South African Journal of Economic and Management Sciences	África do Sul	África	Em desenvolvimento
South African Journal of Economics	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
South Asia Economic Journal	Índia	Ásia	Em desenvolvimento
Southern African Journal of Entrepreneurship and Small Business Management	África do Sul	África	Em desenvolvimento
Spatial Economics	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
St Petersburg University Journal of Economic Studies	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Structural Change and Economic Dynamics	Países Baixos	Europa Ocidental	Desenvolvido
Studies in Economics and Econometrics	África do Sul	África	Em desenvolvimento
Technological and Economic Development of Economy	Lituânia	Europa Oriental	Desenvolvido
Terra Economicus	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Thailand and the World Economy	Tailândia	Ásia	Em desenvolvimento
The American Economist	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
The Antitrust Bulletin	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
The World Economy	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
Valori e Valutazioni	Itália	Europa Ocidental	Desenvolvido
Value in Health Regional Issues	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
Virtual Economics	Polônia	Europa Oriental	Desenvolvido
Voprosy Ekonomiki	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido
Water Economics and Policy	Cingapura	Ásia	Em desenvolvimento
Work, Aging and Retirement	Estados Unidos da América	América do Norte	Desenvolvido
World Customs Journal	Austrália	Pacífico	Desenvolvido
World Development Perspectives	Reino Unido	Europa Ocidental	Desenvolvido
World Economy and International Relations	Rússia	Europa Oriental	Desenvolvido

Fonte: Elaboração própria (2025).

APÊNDICE B - LISTA DE INSTITUIÇÕES DA AMOSTRA

Tabela 10 – Lista de instituições com o respectivo número de títulos na amostra (n=259)

Nome da instituição	Quantidade
Science Direct [Elsevier]	21
Springer Link	21
John Wiley & Sons	19
SAGE Publications Inc.	16
World Scientific Publishing Co. Pte Ltd	7
Oxford University Press	6
Emerald	5
American Economic Association	4
Taylor & Francis	4
Now Publishers Inc	3
Routledge	3
The University of Chicago Press	3
Russian Academy of Sciences	3
Walter de Gruyter GmbH	3
AOSIS (Pty) Ltd	2
Asian Economic and Social Society	2
Bank Indonesia Institute	2
Inderscience Enterprises Ltd	2
National Research University	2
Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration	2
Universidad Nacional Autonoma de Mexico	2
Universidade de São Paulo	2
Vilnius Gediminas Technical University	2
Administrative Council for Economic Defense	1
AESSRA	1
Africa Growth Institute	1
African Association of Agricultural Economists	1
Akademai Kiado	1
Alexandru Ioan Cuza University of Iasi	1
Annual Reviews Inc.	1
Asociacion Cuadernos de Economia	1
Asociacion Interprofesional para el Desarrollo Agrario	1
Australia and New Zealand Regional Science Association International Inc.	1
Banco de la Republica Colombia	1
Bank of Israel	1
Brill Academic Publishers	1
CAIRN Belgique	1
Cambridge University Press	1
Central University of Finance and Economics	1
Centre for Customs and Excise Studies (CCES)	1
Centre of Sociological Research	1
Centro de Economia Politica	1
Charles University, Faculty of Social Sciences	1

Classiques Garnier	1
Colorado State University	1
Corvinus University of Budapest	1
Cracow University of Economics	1
De la Salle University	1
Dove Medical Press Limited	1
Duke University Press	1
Duncker und Humblot GmbH	1
Econjournals	1
Economic Research Institute of Chung-Ang University	1
Editora Universidad de Huelva	1
Editura Academia de studii economice	1
EMUNI University	1
Euro-American Association of Economic Development Studies	1
Financial University under The Government of Russian Federation	1
Fintech Aliance LLC	1
Fundacao Getulio Vargas	1
Hitotsubashi University	1
Home Economics Research Association of Nigeria	1
Immanuel Kant Baltic Federal University	1
Incisive Media Ltd.	1
Indian Institute of Finance	1
Institute of Economics (Zagreb)	1
Institute of Public Finance	1
Institute of Society Transformation	1
Instituto de Investigaciones Dr. Jose Maria Luis Mora	1
Instituto Mexicano de Ejecutivos de Finanzas (IMEF), A. C.	1
Institute Badan Gospodarczych of Economic Research	1
International Association for Time Use Research	1
International Monetary Fund	1
IOS Press BV	1
ISRA Research Management Centre	1
Journal of Australian Taxation Pty Ltd	1
Kauno Technologijos Universitetas	1
KeAi Communications Co.	1
King Abdulaziz University Scientific Publishing Center	1
Kola Science Centre of the Russian Academy of Sciences	1
Korea Distribution Science Association	1
Korean Econometric Society	1
Korean Finance Association	1
Korean Securities Association	1
Korean Statistical Society	1
Lexxion Verlagsgesellschaft mbH	1
LLC CPC Business Perspectives	1
Lodz University Press	1
Ludwig Von Mises Institute	1
Malaysian Consumer and Family Economics Association	1

Multidisciplinary Digital Publishing Institute	1
Mykolo Romerio Universitetas	1
National Taiwan University	1
Nigerian Economic Society	1
Pakistan Home Economics Association	1
Penerbit Universiti Kebangsaan Malaysia	1
Polish Academy of Sciences-Lodz Branch	1
Pontificia Universidad Javeriana	1
Portfolio Management Research	1
Presses de Sciences Po	1
Saint Petersburg State University	1
Sameeksha Trust	1
Savez Ekonomista Vojvodine [Association of Economists of Vojvodina]	1
School of Business Central Connecticut State University	1
Sejong University	1
Seoul National University	1
Social Sciences Research Society	1
Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural	1
Societa Italiana di Estimo e Valutazione	1
Southern Federal University	1
SpringerOpen	1
Statistical Economic and Social Research and Training Centre for Islamic Countries	1
Thammasat University	1
The Africagrowth Institute	1
The Korean Economic Association	1
The London Academy of Science and Business	1
The Society of Economics and Development	1
Tomas Bata University in Zlín	1
Tsinghua University Press	1
Universidad Adolfo Ibanez	1
Universidad Alberto Hurtado/School of Economics and Business	1
Universidad Catolica de Colombia	1
Universidad de Antioquia	1
Universidad de Chile	1
Universidad de los Andes, Colombia	1
Universidad del Rosario	1
Universidad Pedagogica y Tecnologica de Colombia	1
Universitas Muhammadiyah Yogyakarta	1
Universiti Malaysia Sarawak	1
Universiti Putra Malaysia	1
University of Chicago	1
University of Economics - Prague	1
University of Economics and Human Sciences, Warsaw	1
University of Malaya	1
University of Sydney	1
University of Teheran	1

University of the West Indies	1
University of Warmia and Mazury in Olsztyn	1
Vadym Hetman Kyiv National University of Economics	1
Vilnius University Press	1
Virtus Interpress	1
Voprosy Ekonomiki	1
World Association for Triple helix and Future strategy studies	1
Wroclaw University Economics	1
WSB University	1
Wydawnictwo Ekonomia i Srodowisko [Polish Association of Environmental and Resource Economists]	1

Fonte: Elaboração própria (2025).

APÊNDICE C – SINOPSE ESTATÍSTICA

Tabela 11 – Distribuição de periódicos de economia segundo características das publicações, 2024 (em quantidade) (n=259)

Características das publicações	Quant.	Regiões geográficas								Grupo Econômicos	
		AF	AN	ALC	AS	EC	EO	OM	PA	DES	EMD
Tipo de instituição											
Associação / sociedade	33	3	5	1	12	4	7	1	0	23	10
Editora comercial	137	4	44	2	19	59	5	2	2	113	24
Universidade / Instituto de pesquisa	77	2	4	17	16	1	32	3	2	43	34
Outro	12	0	2	3	3	0	1	1	2	6	6
Modelo de negócios											
Assinatura	15	1	6	1	4	2	1	0	0	10	5
Diamante	80	0	6	21	14	5	27	3	4	48	32
Dourado	72	7	18	1	17	7	17	4	1	49	23
Híbrido	92	1	25	0	15	50	0	0	1	78	14
Visibilidade											
1° Quartil	62	0	26	1	2	25	5	1	2	58	4
2° Quartil	55	2	15	2	11	18	5	2	0	41	14
3° Quartil	72	1	10	2	21	12	24	0	2	53	19
4° Quartil	70	6	4	18	16	9	11	4	2	33	37
Total	259	9	55	23	50	64	45	7	6	185	74

Notas: AF – África; AN – América do Norte; ALC – América Latina e Caribe; AS – Ásia; EC – Europa Ocidental; EO – Europa Oriental; OM – Oriente Médio; PA – Pacífico; EMD – Países em desenvolvimento; DES – Países desenvolvidos.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 12 – Distribuição de periódicos de economia por regiões e grupos econômicos, segundo tipo de instituição editora, modelo de negócios e visibilidade, 2024 (em percentual) (n=259)

Características das publicações	Região geográfica									Grupo econômico		
	AF	AN	ALC	AS	EC	EO	OM	PA	Total	DES	EMD	Total
Tipo de instituição												
Associação / sociedade	9,1	15,2	3,0	36,4	12,1	21,2	3,0	0,0	100,0	69,7	30,3	100,0
Editora comercial	2,9	32,1	1,5	13,9	43,1	3,6	1,5	1,5	100,0	82,5	17,5	100,0
Universidade / Instituto de pesquisa	2,6	5,2	22,1	20,8	1,3	41,6	3,9	2,6	100,0	55,8	44,2	100,0
Outro	0,0	16,7	25,0	25,0	0,0	8,3	8,3	16,7	100,0	50,0	50,0	100,0
Modelo de negócios												
Assinatura	6,7	40,0	6,7	26,7	13,3	6,7	0,0	0,0	100,0	66,7	33,3	100,0
Diamante	0,0	7,5	26,3	17,5	6,3	33,8	3,8	5,0	100,0	60,0	40,0	100,0
Dourado	9,7	25,0	1,4	23,6	9,7	23,6	5,6	1,4	100,0	68,1	31,9	100,0
Híbrido	1,1	27,2	0,0	16,3	54,3	0,0	0,0	1,1	100,0	84,8	15,2	100,0
Visibilidade												
1° Quartil	0,0	41,9	1,6	3,2	40,3	8,1	1,6	3,2	100,0	93,5	6,5	100,0
2° Quartil	3,6	27,3	3,6	20,0	32,7	9,1	3,6	0,0	100,0	74,5	25,5	100,0
3° Quartil	1,4	13,9	2,8	29,2	16,7	33,3	0,0	2,8	100,0	73,6	26,4	100,0
4° Quartil	8,6	5,7	25,7	22,9	12,9	15,7	5,7	2,9	100,0	47,1	52,9	100,0

Notas: AF – África; AN – América do Norte; ALC – América Latina e Caribe; AS – Ásia; EC – Europa Ocidental; EO – Europa Oriental; OM – Oriente Médio; PA – Pacífico; EMD – Países em desenvolvimento; DES – Países desenvolvidos.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 13 – Distribuição de periódicos de economia com ocorrência de política de dados por região geográfica e país, 2024

Regiões geográficas e países	Amostra (n=259)	Títulos com ocorrência de política (n=142)	Distribuição na categoria (em %)	Participação no resultado (em %)
África	9	4	44,4	2,8
África do Sul	5	3	60,0	2,1
Egito	1	1	100,0	0,7
Nigéria	2	0	0,0	0,0
Quênia	1	0	0,0	0,0
América do Norte	55	44	80,0	31,0
Estados Unidos da América	55	44	80,0	31,0
América Latina e Caribe	23	5	21,7	3,5
Brasil	7	1	14,3	0,7
Chile	3	0	0,0	0,0
Colômbia	7	4	57,1	2,8
Jamaica	1	0	0,0	0,0
México	4	0	0,0	0,0
Peru	1	0	0,0	0,0
Ásia	50	27	54,0	19,0
China	4	2	50,0	1,4
Cingapura	8	7	87,5	4,9
Filipinas	1	0	0,0	0,0
Índia	10	7	70,0	4,9
Indonésia	3	0	0,0	0,0
Japão	3	2	66,7	1,4
Malásia	6	1	16,7	0,7
Paquistão	2	2	100,0	1,4
República da Coreia	11	6	54,5	4,2
Tailândia	1	0	0,0	0,0
Taiwan	1	0	0,0	0,0

Europa Ocidental	64	44	68,8	31,0
Alemanha	11	6	54,5	4,2
Bélgica	2	0	0,0	0,0
Espanha	4	1	25,0	0,7
França	2	0	0,0	0,0
Itália	1	0	0,0	0,0
Países Baixos	15	13	86,7	9,2
Reino Unido	25	20	80,0	14,1
Suíça	4	4	100,0	2,8
Europa Oriental	45	15	33,3	10,6
Croácia	2	1	50,0	0,7
Eslovênia	1	0	0,0	0,0
Hungria	2	0	0,0	0,0
Lituânia	4	2	50,0	1,4
Polônia	12	7	58,3	4,9
República Tcheca	3	1	33,3	0,7
Romênia	2	0	0,0	0,0
Rússia	13	2	15,4	1,4
Sérvia	1	1	100,0	0,7
Ucrânia	5	1	20,0	0,7
Oriente Médio	7	1	14,3	0,7
Arábia Saudita	1	0	0,0	0,0
Irã	1	0	0,0	0,0
Israel	1	0	0,0	0,0
Turquia	4	1	25,0	0,7
Pacífico	6	2	33,3	1,4
Austrália	5	1	20,0	0,7
Nova Zelândia	1	1	100,0	0,7
Total	259	142	54,8	100,0

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 14 – Distribuição de periódicos por grau de exigência da política de dados, segundo características das publicações, 2024 (em quantidade) (n=142)

Características dos periódicos	Grau de exigência da política			
	Obrigatório	Opcional	Sob demanda	Total
Tipo de instituição				
Associação / sociedade	4	6	6	16
Editora comercial	26	70	9	105
Outro	0	0	1	1
Universidade / Instituto de pesquisa	7	6	7	20
Modelo de negócios				
Assinatura	3	1	1	5
Diamante	6	9	9	24
Dourado	9	21	6	36
Híbrido	19	51	7	77
Visibilidade				
1° Quartil	23	24	5	52
2° Quartil	7	28	5	40
3° Quartil	4	22	7	33
4° Quartil	3	8	6	17
Região geográfica				
África	1	2	1	4
América do Norte	17	24	3	44
América Latina e Caribe	1	4	0	5
Ásia	2	20	5	27
Europa Ocidental	13	27	4	44
Europa Oriental	3	3	9	15
Oriente Médio	0	1	0	1
Pacífico	0	1	1	2

Grupo econômico				
Desenvolvido	33	60	20	113
Em desenvolvimento	4	22	3	29
Total	37	82	23	142

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 15 – Distribuição de periódicos de economia por tópico mencionado na política de dados, segundo características das publicações, 2024 (em quantidade e percentual) (n=142)

Características dos periódicos	Tópicos mencionados nas políticas															
	DAS	%	Tipo de submissão	%	Tipo de dados	%	Formatos	%	Prazos	%	IP	%	Reposi- tórios	%	FAIR	%
Tipo de instituição																
Associação / sociedade	4	4,4	4	23,5	6	8,3	0	0,0	9	13,8	0	0,0	8	9,0	0	0,0
Editora comercial	85	93,4	9	52,9	58	80,6	24	88,9	43	66,2	31	96,9	74	83,1	1	50,0
Outro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Univer./Inst. de pesquisa	2	2,2	4	23,5	8	11,1	3	11,1	13	20,0	1	3,1	7	7,9	1	50,0
<i>Total</i>	91	100,0	17	100,0	72	100,0	27	100,0	65	100,0	32	100,0	89	100,0	2	100,0
Modelo de negócios																
Assinatura	0	0,0	2	11,8	3	4,2	0	0,0	3	4,6	0	0,0	1	1,1	0	0,0
Diamante	7	7,7	3	17,6	9	12,5	4	14,8	12	18,5	2	6,3	8	9,0	1	50,0
Dourado	19	20,9	7	41,2	16	22,2	1	3,7	19	29,2	8	25,0	23	25,8	1	50,0
Híbrido	65	71,4	5	29,4	44	61,1	22	81,5	31	47,7	22	68,8	57	64,0	0	0,0
<i>Total</i>	91	100,0	17	100,0	72	100,0	27	100,0	65	100,0	32	100,0	89	100,0	2	100,0
Visibilidade																
1° Quartil	33	36,3	11	64,7	38	52,8	11	40,7	33	50,8	19	59,4	38	42,7	0	0,0
2° Quartil	31	34,1	4	23,5	17	23,6	10	37,0	13	20,0	8	25,0	25	28,1	2	100,0
3° Quartil	22	24,2	1	5,9	10	13,9	3	11,1	12	18,5	4	12,5	18	20,2	0	0,0
4° Quartil	5	5,5	1	5,9	7	9,7	3	11,1	7	10,8	1	3,1	8	9,0	0	0,0

<i>Total</i>	<i>91</i>	<i>100,0</i>	<i>17</i>	<i>100,0</i>	<i>72</i>	<i>100,0</i>	<i>27</i>	<i>100,0</i>	<i>65</i>	<i>100,0</i>	<i>32</i>	<i>100,0</i>	<i>89</i>	<i>100,0</i>	<i>2</i>	<i>100,0</i>
Região geográfica																
África	3	3,3	0	0,0	1	1,4	0	0,0	1	1,5	0	0,0	1	1,1	0	0,0
América do Norte	29	31,9	11	64,7	30	41,7	9	33,3	26	40,0	8	25,0	31	34,8	0	0,0
Ásia	19	20,9	0	0,0	6	8,3	3	11,1	4	6,2	2	6,3	13	14,6	0	0,0
Europa Ocidental	36	39,6	3	17,6	28	38,9	12	44,4	21	32,3	19	59,4	35	39,3	1	50,0
Europa Oriental	1	1,1	3	17,6	4	5,6	1	3,7	11	16,9	2	6,3	5	5,6	1	50,0
Oriente Médio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pacífico	1	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	3,1	1	1,1	0	0,0
América Latina e Caribe	2	2,2	0	0,0	3	4,2	2	7,4	2	3,1	0	0,0	3	3,4	0	0,0
<i>Total</i>	<i>91</i>	<i>100,0</i>	<i>17</i>	<i>100,0</i>	<i>72</i>	<i>100,0</i>	<i>27</i>	<i>100,0</i>	<i>65</i>	<i>100,0</i>	<i>32</i>	<i>100,0</i>	<i>89</i>	<i>100,0</i>	<i>2</i>	<i>100,0</i>
Grupo econômico																
Desenvolvido	71	78,0	17	100,0	65	90,3	23	85,2	60	92,3	31	96,9	76	85,4	2	100,0
Em desenvolvimento	20	22,0	0	0,0	7	9,7	4	14,8	5	7,7	1	3,1	13	14,6	0	0,0
<i>Total</i>	<i>91</i>	<i>100,0</i>	<i>17</i>	<i>100,0</i>	<i>72</i>	<i>100,0</i>	<i>27</i>	<i>100,0</i>	<i>65</i>	<i>100,0</i>	<i>32</i>	<i>100,0</i>	<i>89</i>	<i>100,0</i>	<i>2</i>	<i>100,0</i>

Notas: DAS – declaração de disponibilidade de dados; IP – identificador persistente.

Fonte: Elaboração própria (2025).

APÊNDICE D – RESULTADOS DA ANÁLISE ESTATÍSTICA DE REGRESSÃO

A Figura 7 apresenta os resultados da análise estatística de regressão logística, que investigou a influência das quatro variáveis explicativas (tipo de instituição editora, região geográfica, grupo econômico e visibilidade) sobre a ocorrência de política de compartilhamento de dados nos periódicos de economia (hipóteses H3, H4, H5 e H6 do estudo). A informação-chave para interpretar o resultado vem dos coeficientes estimados (primeira coluna, incluindo o intercepto), cujo valor, quanto mais alto e positivo, representa o efeito de cada variável testada sobre a chance de ocorrer política de compartilhamento de dados nos periódicos de economia.

As hipóteses do estudo foram consideradas confirmadas se, após a análise estatística de associações, em se verificando relação moderada a forte entre as variáveis, os coeficientes estimados atenderam às seguintes condições: no caso da H3, o coeficiente de “editora comercial” foi superior a 1 e ao encontrado para “instituição de ensino e/ou pesquisa”, “sociedade científica ou associação” e “outro”; no caso da H4, o coeficiente de “Europa Ocidental” e de “América do Norte” foi superior a 1 e ao de “América Latina e Caribe”, “Europa Oriental”, “África”, “Oriente Médio”, “Ásia” e “Pacífico”; no caso da H5, o coeficiente de “países desenvolvidos” foi superior a 1 e ao encontrado para “países em desenvolvimento”; no caso da H6, o coeficiente encontrado para a resposta “Q1” foi maior do que 1 e do que o encontrado para “Q2”, “Q3” e “Q4”.

Figura 7 – Regressão logística: influência do tipo de instituição editora (A), região geográfica (B), grupo econômico (C) e visibilidade do periódico (D) sobre a ocorrência da política de compartilhamento de dados nos periódicos

(A)

```
> summary(model1)

Call:
glm(formula = vari0 ~ vari1, family = binomial, data = teste)

Coefficients:
(Intercept)          -1.0473    0.2599   -4.033 8.58e-05 ***
vari1editora comercial  2.2355    0.3291    6.793 1.10e-11 ***
vari1editora / sociedade  0.9067    0.4266    2.127  0.0332 *
vari1editora          -1.3506    1.0759   -1.255  0.2104

---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

(Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)

Null deviance: 354.63 on 255 degrees of freedom
Residual deviance: 289.75 on 255 degrees of freedom
AIC: 297.75

Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

(B)

```
Call:
glm(formula = vari0 ~ Regiao, family = binomial, data = modelo_000_vari0)

Coefficients:
(Intercept)          1.3863    0.3371    4.112 9.81e-05 ***
RegiaoEuropa Ocidental -0.5978    0.4317   -1.385  0.16610
RegiaoAsia           -1.2200    0.4604   -2.652  0.00880 **
RegiaoAfrica          -2.4099    0.7900   -3.050  0.00200 *
RegiaoAmerica Latina e Caribe -2.6872    0.6074   -4.426 6.19e-05 ***
RegiaoEuropa Oriental -2.0799    0.4622   -4.500 6.15e-06 ***
RegiaoAmerica Medio  -3.1782    1.2315   -2.580 0.00987 **
RegiaoOceania         -2.0799    0.8295   -2.520 0.01210 *

---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

(Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)

Null deviance: 354.63 on 255 degrees of freedom
Residual deviance: 310.69 on 251 degrees of freedom
AIC: 324.43

Number of Fisher Scoring iterations: 6
```

(C)

```
Call:
glm(formula = vari0 ~ Grupo, family = binomial, data = teste)

Coefficients:
(Intercept)          0.4507    0.1509    2.989 0.00280 **
GrupoEm desenvolvimento -0.8901    0.2819   -3.155 0.00159 **

---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

(Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)

Null deviance: 354.63 on 255 degrees of freedom
Residual deviance: 346.40 on 257 degrees of freedom
AIC: 350.4

Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

(D)

```
Call:
glm(formula = vari0 ~ Quartil, family = binomial, data = teste)

Coefficients:
(Intercept)          1.6487    0.3553    4.775 1.80e-06 ***
QuartilQ2           -0.6678    0.4582   -1.454  0.146
QuartilQ3           -1.8187    0.4188   -4.338 1.44e-05 ***
QuartilQ4           -2.7837    0.4838   -5.758 3.44e-09 ***

---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

(Dispersion parameter for binomial family taken to be 1)

Null deviance: 354.63 on 255 degrees of freedom
Residual deviance: 296.16 on 255 degrees of freedom
AIC: 304.16

Number of Fisher Scoring iterations: 4
```

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para testar a influência da variável “editora comercial”, o coeficiente estimado da categoria foi 2,2355 (Figura 7A), valor maior do que 1 e do que o das outras categorias de resposta testadas, o que levou à confirmação da hipótese 3 do estudo. No caso da região geográfica (Figura 7B), os coeficientes estimados para a “América do Norte” (intercepto) e Europa Ocidental foram, respectivamente, 1,3863 e -0,5978; logo, sendo o primeiro maior do que 1, mas não o segundo, a hipótese 4 do estudo foi confirmada apenas parcialmente, ainda que ambos os coeficientes sejam maiores do que os estimados para as demais categorias. Em relação ao grupo econômico (Figura 7C), o coeficiente estimado para a categoria “países desenvolvidos” (intercepto) foi 0,4507 e, portanto, maior do que 1 e do que o da outra categoria, permitindo confirmar a hipótese 5 do estudo. Por fim, com relação à influência dos diferentes quartis do SJR enquanto medida de visibilidade (Figura 7D), o coeficiente encontrado para a categoria Q1 (intercepto) foi 1,6487 que, sendo superior a 1 e a todos os outros coeficientes estimados na variável, leva à confirmação da hipótese 6 do estudo.